

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

DAVID PIMENTEL OLIVEIRA SILVA

**A LIGA DOS CAMPONESES POBRES (LCP)
E A LUTA PELA TERRA NO NORDESTE:
CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO SOBRE O MOVIMENTO CAMPONÊS NO BRASIL**

São Cristóvão - SE
2014

DAVID PIMENTEL OLIVEIRA SILVA

**A LIGA DOS CAMPONESES POBRES (LCP)
E A LUTA PELA TERRA NO NORDESTE:**
CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO SOBRE O MOVIMENTO CAMPONÊS NO BRASIL

Dissertação de Mestrado apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Geografia.
Área de Concentração: Produção e Organização do Espaço Agrário.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio Mitidiero Jr.

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S586l Silva, David Pimentel Oliveira
A Liga dos Camponeses Pobres (LCP) e a luta pela terra no
nordeste : contribuição ao estudo sobre o movimento camponês
no Brasil / David Pimentel Oliveira Silva ; orientador Marco Antônio
Mitidiero Jr.. – São Cristóvão, 2014.
172 f. : il.

Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal
de Sergipe, 2014.

1. Geografia agrícola – Brasil, Nordeste. 2. Camponeses –
Brasil, Nordeste. 3. Movimentos sociais rurais. 4. Reforma agrária.
5. Espaço em economia. I. Mitidiero Jr., Marco Antônio, orient. II.
Título.

CDU 911.3:63(812/813)

DAVID PIMENTEL OLIVEIRA SILVA

**A LIGA DOS CAMPONESES POBRES (LCP)
E A LUTA PELA TERRA NO NORDESTE:**
CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO SOBRE O MOVIMENTO CAMPONÊS NO BRASIL

BANCA EXAMINADORA:

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio Mitidiero Junior (UFPB)

Titular externo: Prof. Dr. Carlos Alberto Feliciano (UNESP)

Titular interno: Prof.^a Dr.^a Alexandrina Luz Conceição (UFS)

Suplente externo: Prof. Dr. Cláudio Ubiratan Gonçalves (UFPE).

Suplente interno: Prof. Dr. Eraldo da Silva Ramos Filho (UFS).

Nada é Impossível de Mudar

Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo.

E examinai, sobretudo, o que parece habitual.

Suplicamos expressamente:

*não aceiteis o que é de hábito como coisa natural,
pois em tempo de desordem sangrenta,
de confusão organizada, de arbitrariedade consciente,
de humanidade desumanizada,
nada deve parecer natural,
nada deve parecer impossível de mudar.*

Bertold Brecht

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu filho *Cauê* que me inspira a viver a vida e a lutar por um mundo melhor.

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, agradeço imensamente às famílias camponesas e aos militantes da LCP pela acolhida, pela atenção, pelo respeito, pelos ensinamentos e pela confiança na seriedade desta pesquisa. Em especial a: Del, Bina, Dida, Junior, PJ, Tom e Neto.

À minha mãe, Maria José Pimentel, professora, que lutou uma vida inteira por nossa família, me dando alicerce nos momentos de dificuldades e me incentivando sempre a estudar, o que tornou possível a minha chegada até aqui. Agradeço também ao meu pai, José George da Silva, pelo afeto e pelo apoio que tem me dado sempre que preciso.

Ao meu orientador, professor e amigo Marco Antônio Mitidiero Junior, pelos ensinamentos desde o tempo dos trabalhos na iniciação científica. Agradeço profundamente por ter acreditado em mim e nesta proposta de pesquisa.

À minha companheira, Carol Rezende, que nos últimos anos tem sido o meu sustentáculo familiar e é a pessoa que está comigo cotidianamente para o que der e vier, dividindo nossas angústias e alegrias. Também agradeço ao meu enteado Rauan Antônio (que o tenho como um filho) pelo amor e carinho, sempre preocupado com o andamento deste trabalho para ter um pouco mais da minha atenção. Amo vocês!

À minha irmã, Giovanna Pimentel, que, mesmo com os estudos para o ENEM, cedeu um pouco do seu tempo para me auxiliar na sistematização dos dados de pesquisa. Você é peça fundamental em minha vida. Agradeço também à minha irmã, Geyse Pimentel, por estar sempre cuidando da nossa mãe nos momentos em que eu estive ausente.

Aos amigos que sempre estiveram presentes em minha vida, dando-me força e proporcionando momentos de descontração, e que contribuíram de alguma forma para a conclusão deste trabalho. Em especial aos “irmãos peths”: Auderlan, Binho, Janisson, Rafael Preto, Ramom, Júlio César e Breno.

Aos amigos que já fazem parte da família: Arlei, Viviane, Tenório, Vinícius, Maroti, Fernanda, Jamile, Jânison e Jonas.

Aos amigos da vida acadêmica, que foram essenciais na socialização do conhecimento durante o mestrado: Ronilson, Pedro Paulo, Luís Carlos, Marina e Raqueline.

Aos amigos da República “Casca de Pau”, pela amizade e pelo companheirismo enquanto dividimos o mesmo teto: Cachaça, Franquito, Elminho e Fábio Rogério.

A todos os professores que me acompanham desde a graduação na UFS em Itabaiana e que contribuíram de alguma forma para a minha formação e consolidação deste trabalho. Porém, tenho que destacar três deles: agradeço ao professor e amigo Cláudio Ubiratan pelos primeiros ensinamentos teóricos da pesquisa científica na vida acadêmica e por todo apoio e amizade que me ajudaram a amadurecer como pessoa e profissional; agradeço à professora e amiga Josefa Lisboa pelo conhecimento compartilhado desde sempre, pela colaboração com o meu projeto de pesquisa e, principalmente, pela referência de ser humano que é para mim; agradeço à professora e amiga Alexandrina Luz pelas reflexões e esclarecimentos teóricos em

suas palestras, aulas e em nossas conversas e pela imensa contribuição na qualificação desta pesquisa.

Ao professor Carlos Alberto Feliciano pela atenção e excelente contribuição na qualificação desta pesquisa.

Ao professor José Nascimento de França pela acolhida em terras alagoanas, pela socialização do conhecimento concedida em nossas conversas sem pressa e pelas experiências vivenciadas em Maceió/AL.

À Lenilda (superintendente do INCRA/AL) e ao professor Golbery Lessa (assessor no INCRA/AL) pelas entrevistas concedidas em nosso trabalho de campo.

Ao meu sogro José Rezende e minha sogra Heliane que são a minha família no estado de Alagoas e me deram um importante apoio em minhas andanças das pesquisas de campo e que sempre me dão muita força nas minhas lutas diárias.

À amiga Nilsara Cisneiros pela atenção e apoio durante esta importante etapa da minha vida.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo subsídio para a pesquisa através da bolsa de estudos em todo o curso do mestrado.

Ao Núcleo de Pós-graduação em Geografia (NPGeo) por confiar na relevância e na seriedade da temática desta pesquisa para a sociedade.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	10
LISTA DE TABELAS	10
LISTA DE GRÁFICOS	10
LISTA DE FIGURAS	10
LISTA DE SIGLAS	11
RESUMO.....	12
ABSTRACT	13
INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 - A CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA E A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO CAMPONÊS NO BRASIL	23
1.1. Acerca (ou “A cerca”) da propriedade privada: considerações sobre a concentração fundiária no Brasil.....	23
1.2. O Estado, a ideologia e a luta de classes no campo brasileiro	38
CAPÍTULO 2 – A FORMAÇÃO E A ESPACIALIZAÇÃO DA LIGA DOS CAMPONESES POBRES (LCP) NO BRASIL.....	59
2.1. Precedentes históricos da formação da LCP: a “Batalha de Santa Elina” ou o “Massacre de Corumbiara”?.....	59
2.3. Liga dos Camponeses Pobres (LCP): teses teóricas e organização.....	77
CAPÍTULO 3 – A LIGA DOS CAMPONESES POBRES (LCP) E A LUTA PELA TERRA NO NORDESTE	88
3.1. O processo de territorialização do capital canavieiro no campo nordestino	88
3.2. A formação e a espacialização da LCP no Nordeste	96
3.2.1. LCP do Nordeste: organização e áreas revolucionárias	102
3.2.2. A “Área Revolucionária Renato Nathan”	105
3.2.3. A “Área Revolucionária José Ricardo”	121
3.3. LCP no Nordeste: algumas considerações.....	138
CAPÍTULO 4 – O MOVIMENTO CAMPONÊS SOB O OLHAR GEOGRÁFICO: A LIGA DOS CAMPONESES POBRES (LCP) E A LUTA PELA TERRA NO NORDESTE COMO REFERÊNCIA.....	143
4.1. Espaço, território e movimento camponês	145
4.2. O debate sobre o conceito dos movimentos sociais camponeses na perspectiva geográfica	148
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	159
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	163
ANEXOS	171

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Quadro Comparativo.....	55
Quadro 2: Usinas Cadastradas no Departamento de Cana-de-açúcar e Agroenergia.....	92
Quadro 3: Dados sobre famílias camponesas do acampamento Renato Nathan.....	114
Quadro 4: Quadro de Produção – Acampamento José Ricardo/2009	130
Quadro 5: Quadro de Produção – Acampamento José Ricardo/2012	130

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total	37
Tabela 2: Área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total	93

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Brasil – Reforma Agrária – Nº de Famílias Assentadas (2003-2012)	53
Gráfico 2: ORGANIZAÇÃO DA LCP	83

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Cartilha Nosso Caminho	74
Figura 2: Manifestação dos camponeses da LCP pelas ruas de Porto Velho/RO, 2008... ..	84
Figura 3: Organização de área camponesa da LCP.	87
Figura 4: Matéria do Jornal "Gazeta de Alagoas" sobre a LCP	97
Figura 5: Plenária de abertura do 1º Congresso da LCP do Nordeste.....	98
Figura 6: Acampamento "Área Revolucionária Renato Nathan".....	106
Figura 7: Plantação de macaxeira no acampamento.	115
Figura 8: Plantação de milho (frente), macaxeira e banana (fundo).	116
Figura 9: Escola Popular do Acampamento Renato Nathan.	118
Figura 10: Camponeses da LCP se organizaram em frente à obra.	119
Figura 11: Acampamento Riachão (Área Revolucionária José Ricardo).	122
Figura 12: Mapa de divisão dos lotes da Área Revolucionária José Ricardo.	126
Figura 13: Festa do Corte Popular.	129
Figura 14: Produção de hortaliças.	131
Figura 15: Plantação de Batatas no lote do Sr. Amaro.	132
Figura 16: Plantação de mandioca no lote do Sr. Ramiro.	133
Figura 17: Escola Popular do Acampamento José Ricardo.	134
Figura 18: Aula na Escola Popular do Acampamento José Ricardo.	136
Figura 19: Distribuição de caixas d'água no Acampamento José Ricardo.	137

LISTA DE SIGLAS

ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária
ANC – Assembleia Nacional Constituinte
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CDRA – Comitê de Defesa da Revolução Agrária
CEBRASPO – Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPT – Comissão Pastoral da Terra
DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra
Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FARC – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FDDP – Frente de Defesa dos Direitos do Povo
FETAGRO – Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia
FETAPE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco
FHC – Fernando Henrique Cardoso
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola
LCP – Liga dos Camponeses Pobres
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCC – Movimento Camponês Corumbiara
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEPR – Movimento Estudantil Popular Revolucionário
MFP – Movimento Feminino Popular
MPC – Modo de Produção Capitalista
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTL – Movimento Terra Livre
NAP/Brasil – Núcleo de Advogados do Povo do Brasil
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PM – Polícia Militar
PMAL – Polícia Militar do Estado de Alagoas
PMPE – Polícia Militar do Estado de Pernambuco
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
PT – Partido dos Trabalhadores
SIPRA – Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SNA – Sociedade Nacional de Agricultura
SRB – Sociedade Rural Brasileira
STR de Corumbiara – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Corumbiara
UDR – União Democrática Ruralista
UFAL – Universidade Federal de Alagoas
UFS – Universidade Federal de Sergipe
UNIR – Universidade Federal de Rondônia
USP – Universidade de São Paulo

RESUMO

A expansão do modelo capitalista e de suas relações no campo não criou apenas uma classe latifundiária enriquecida e organizada, gerou também uma classe camponesa expropriada que passou a lutar por sua reprodução alicerçada na luta pela posse da terra. Materializou-se, no movimento contraditório e conflitivo de luta de classes, a disputa territorial entre uma histórica classe dominante agrária a serviço do capital mundializado e uma massa de camponeses pobres proletarizados e/ou sem terra que ergueu a bandeira da luta pela terra e pela Reforma Agrária em todo o Brasil. Desse contexto, nasce, na história mais recente do país, um processo de formação e fragmentação de movimentos sociais camponeses, como por exemplo, a formação do MST e de suas dissidências. Inserida neste quadro histórico de fragmentação, divergências e dissidências, a *Liga dos Camponeses Pobres (LCP)* é um movimento social que surgiu logo após o conflito da fazenda Santa Elina em 1995, episódio que ficou conhecido como “Massacre de Corumbiara”, e nos provocou o anseio pela investigação científica ao conhecermos a sua proposta combativa. Nesta perspectiva, o presente trabalho teve o objetivo de se aprofundar em análises sobre a luta pela terra na conjuntura atual, tomando como referência as ações empreendidas pela Liga dos Camponeses Pobres na luta pela terra em territórios nordestinos. Desta forma, através do estudo dos processos de formação e de espacialização da LCP, foi possível analisar as suas formas de organização de luta, as transformações territoriais construídas ao longo da consolidação dos territórios disputados e os principais embates acerca das questões que envolvem a luta pela terra na conjuntura atual. Para tanto, o método materialista histórico dialético nos permitiu obter a essência da realidade estudada dentro da relação sujeito-objeto, assim como o trabalho com a clareza teórica dos antagonismos de classes. Através deste método, também foi possível fazer um retorno teórico-metodológico à ciência geográfica, dando uma contribuição ao debate que envolve os conceitos de Espaço, Território e Movimento Camponês.

Palavras-chave: Movimento Camponês; Liga dos Camponeses Pobres; Luta pela Terra; Reforma Agrária; Revolução agrária.

ABSTRACT

The expansion of the capitalist model and its relations in the countryside not only created an enriched and organized landlord class but also created a dispossessed peasantry that began to fight for their reproduction, rooted in the struggle for possession of land. This has materialized, in the contradictory and conflicting movement of class struggle, the territorial dispute between a historic agrarian ruling class, serving the globalized capital and a mass of poor proletarianized and / or landless peasants who raised the banner of struggle for land and for Agrarian Reform throughout Brazil. Out of this context, a process of formation and disintegration of peasants' social movements such as the formation of the MST and its dissents is born, in the more recent history of the country. Inserted in this historical context of fragmentation, divergence and dissidence, *A Liga dos Camponeses Pobres* (LCP) is a social movement that emerged right after the conflict of *Santa Elina* farm in 1995, which became known as the "Massacre of Corumbiara", and caused us to yearn for the scientific research when we knew their combative proposal. In this perspective, this study aimed to delve into analyzes of the struggle for land in the current situation, with reference to the actions undertaken by the *Liga dos Camponeses Pobres* in the struggle for land in northeastern territories. Thus, through the study of the processes of formation and of spatialization of the LCP, it was possible to analyze their forms of organization for struggle, the territorial transformations built over the consolidation of the disputed territories and the major clashes on issues involving the struggle for land in the current situation. The historical dialectical materialist method allowed us to obtain the essence of the reality studied within the subject-object relationship, as well as the work with the theoretical clarity of class antagonisms. Through this method, it was possible to make a theoretical and methodological return to the geographical science, giving a contribution to the debate surrounding the concepts of Space, Territory and Peasant Movement.

Keywords: Peasant Movement; *Liga dos Camponeses Pobres*; Struggle for the Land; Agrarian Reform; Agrarian revolution.

INTRODUÇÃO

Os estudos e as pesquisas sobre os movimentos sociais camponeses parecem ser algo que mais recentemente tem crescido no âmbito da ciência geográfica. A ampliação dos debates acerca desta temática vem ocorrendo de forma mais acentuada nas últimas duas décadas e está relacionada ao próprio contexto histórico do país. No período de redemocratização do Brasil, a partir de 1985, tornaram-se muito frequentes e conhecidos os processos de reivindicações, lutas e conflitos que acentuaram as divergências entre as facetas “concentração fundiária *versus* luta pela reforma agrária”, o que despertou o presente interesse de desenvolver estudos sob o viés da Geografia.

Nesse sentido, ricas análises sobre os movimentos sociais camponeses foram e ainda são desenvolvidas, a exemplo dos estudos sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) realizados por geógrafos, pesquisadores do espaço agrário brasileiro, de diversas partes do país. Dessa forma, o (re)conhecimento da legitimidade e da realidade dos processos de luta camponesa tem sido respaldado e, em até certo ponto, impulsionado por esses estudos, construindo uma importante força contrária à criminalização do movimento camponês. Movimento esse, representado pelas suas diversas bandeiras de luta pela terra, que resiste e lutam contra as ações empreendidas nos processos de dominação do modelo capitalista sobre o campo brasileiro.

Sendo assim, o quadro de discussões acerca da temática da Reforma Agrária, dos processos de luta camponesa pela terra e/ou da questão agrária brasileira, torna-se cada dia mais necessário no âmbito das ciências humanas, com destaque para as leituras geográficas sobre o tema. Trata-se do reflexo de uma realidade social, que no decorrer da história tem revelado o verdadeiro lado perverso da formação territorial brasileira. Essa crescente quantidade de estudos e discussões sobre os movimentos sociais no campo deve-se também à necessidade de se compreender as relações sociais produzidas no processo de luta camponesa pela terra, já que estes processos interferem na sociedade como um todo.

Sabe-se que, mesmo com o intenso processo de modernização e a inserção incisiva e dominante do capital na agricultura, surgido há décadas no Brasil, o modo de produção capitalista desenvolve-se de maneira desigual, combinada e contraditória, reproduzindo não somente relações capitalistas, mas também relações não-capitalistas subordinadas ao interesse

da reprodução (ampliada) do capital. A agricultura camponesa é o mais nítido exemplo de uma relação não-capitalista que é subordinada através da sujeição da renda da terra ao capital (OLIVEIRA, 2002), seja pela lógica do mercado, seja pelas políticas de créditos direcionadas aos assentamentos de reforma agrária (MARTINS, 1995). Essa é uma primeira interpretação que se revela como ponto de partida para a formulação de análises sobre como vem ocorrendo a espacialização da luta do campesinato sob as diversas formas de se organizar, agir e resistir em busca de um espaço que condicione a sua própria sobrevivência.

Na história brasileira, a luta camponesa pela terra, empreendida pelos movimentos sociais no campo, ganhou proporção nacional entre as décadas de 1950 e 1960 com a formação das Ligas Camponesas. As Ligas, que lutavam pela redução dos níveis de exploração do trabalho, mais tarde, formuladoras do lema “*Reforma Agrária na lei ou na marra*”, organizaram-se com apoio do Partido Comunista Brasileiro na luta radical e pela realização da redistribuição de terras no país. Nesse período, a luta pela Reforma Agrária no Brasil obteve grande avanço com as Ligas Camponesas que passaram a organizar, principalmente na região Nordeste do país, “a luta dos camponeses foreiros, moradores, rendeiros, pequenos proprietários e trabalhadores assalariados rurais da Zona da Mata, contra o latifúndio” (OLIVEIRA, 2007, p. 106). Esse movimento social foi extinto logo após o golpe de 1964, com a implantação do Regime Militar. No contexto de redemocratização do país, a partir de 1985, novos movimentos voltam a se organizar, destaque para o nascimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que rapidamente espacializou-se por todo território nacional (OLIVEIRA, 2007).

A espacialização do MST, presente em 23 estados brasileiros, foi fruto da organização e participação massiva de camponeses que passaram a empreender uma luta cotidiana pela terra, portanto, pela concretização da Reforma Agrária e transformação da estrutura fundiária no Brasil. Apesar do número significativo de assentamentos conquistados na luta junto ao MST e outros movimentos, ganha força a partir de 1997, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, uma política de criminalização dos movimentos sociais e de legitimação jurídica e ideológica de uma “reforma agrária de mercado”¹. Esta última, financiada por

¹ A “reforma agrária de mercado” caracteriza-se como um processo de desapropriação e distribuição de terras que disfarça a comercialização de imóveis rurais entre Estado e latifundiários. Nesse processo, geralmente, o Estado cede à pressão dos movimentos sociais camponeses e compra terras de baixa qualidade que já não interessam a seus grandes proprietários. A reforma agrária de mercado se tornou marcante no governo FHC que, com vistas a conter as ocupações no país, empreendeu um verdadeiro processo de “compra e venda de terras” financiado pelo BIRD.

instituições nacionais e internacionais, como por exemplo, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial. Ou seja, por um lado os projetos de Reforma Agrária criados e aprovados em lei nunca foram efetivamente executados por interesse do Estado, pois o que sempre aconteceu e vem acontecendo é o reiterado domínio político e econômico da também sempre renovada oligarquia rural brasileira. Por outro lado, é interessante ressaltar que a luta pela terra e a resistência camponesa - empreendida pelo MST e pelos diversos movimentos sociais surgidos no campo -, tornaram constantes, pelo menos de forma mais intensa até o final da década de 1990 e início da década de 2000, as ocupações, as manifestações, os conflitos e os rearranjos territoriais que inferem diretamente na produção e organização do espaço agrário brasileiro.

Estas formas de luta do campesinato têm sido representadas pelas diversas bandeiras de luta originadas no desenvolvimento moderno da organização das lutas sociais no campo e devido às dissidências de outros movimentos, em sua maioria advindas do MST, principalmente por motivos de divergências político-ideológicas ou “rachas” provocados por conflitos internos e personalismos².

A formação de “novos” movimentos teve um crescimento significativo, principalmente na década de 90, em virtude, sobretudo, da intensificação da problemática agrária brasileira, com preponderância para os processos de concentração de terras via apropriação pelo agronegócio. Outros fatores também se destacam para justificar a iminência de novos movimentos sociais no campo, entre os quais os processos de dissidências do MST, em virtude de divergências internas, levando à criação de novas agendas de ação e de bandeiras de luta. Além desses, existem também as pressões empreendidas pelos grandes latifundiários que se utilizam da força e do poder político-econômico para garantir os seus interesses; o Estado, que imerso na lógica capitalista do desenvolvimento desigual e combinado, acaba por favorecer a classe dominante; intrinsecamente relacionada, a pressão exercida pela mídia burguesa que historicamente tem criminalizado o movimento camponês, com o intuito de mascarar a imagem dos legítimos processos de luta camponesa.

² Entende-se esses personalismos existentes nos movimentos como a tentativa de impor, por parte de determinados indivíduos (principalmente lideranças), suas visões particulares de acordo com os seus interesses sobre algo que deveria possuir um objetivo comum/coletivo. Tal postura pode causar “rachas” em movimentos sociais organizados.

Inseridos nesse contexto de dissidências, encontram-se dezenas de movimentos sociais camponeses que têm espacializado suas ações por todo o país. Por esse motivo, os processos de luta pela terra e transformações no espaço agrário, que giram em torno das dissidências, têm chamado a atenção de pesquisadores da geografia³.

Em diversas partes do Brasil, um movimento, formado por lideranças advindas de outros movimentos como o MST e o Movimento Camponês Corumbiara (MCC), destaca-se pela expressão social obtida nos últimos anos: é o caso da Liga dos Camponeses Pobres (LCP). Há 19 anos, a Liga dos Camponeses Pobres (LCP) tem espacializado pelo Brasil processos de luta pela terra (e também por moradia) e de resistência camponesa diante de uma realidade marcada pela reprodução de relações sociais contraditórias e desiguais. Revela-se como mais uma entidade organizativa de uma classe historicamente em luta e que, por vezes, é enfraquecida pelos processos de expropriação, exploração, sujeição, criminalização e fragmentação política, provocados pelas articulações político-econômicas e ideológicas das classes dominantes. O perfil radical e combativo do programa e do discurso da LCP, em algumas regiões do país, tem inserido o movimento em um cenário de conflitos, perseguições, prisões e mortes nessas regiões onde desenrolam ações do movimento.

Os objetivos do programa da LCP, assim como alguns outros exemplos de movimentos sociais⁴ do campo brasileiro, não se restringem à luta dos camponeses pela terra, pela sobrevivência e por melhores condições de vida. Além desses objetivos, no projeto desse movimento encontra-se também a meta de se construir um processo revolucionário no país, com base em etapas, sendo a primeira etapa a de uma revolução Democrático-Burguesa e a segunda etapa a do Socialismo. Para a LCP, o Brasil ainda é uma semicolônia que guarda relações semifeudais. O movimento segue as teses do Capitalismo Burocrático⁵. Por isso, o termo *revolução agrária* é utilizado em substituição ao termo *reforma agrária*, sob a inspiração do pensamento maoísta.

Algo que inicialmente também nos chamou a atenção foi o fato de o programa da LCP propor ações para além do que está redigido nas políticas de Reforma Agrária. O programa da LCP desconsidera/ignora teoricamente a legalidade e a burocracia das políticas públicas que se materializam nas ações de instituições como o INCRA e o Ministério de Desenvolvimento

³ Em destaque: (MITIDIERO JUNIOR, 2002); (LIMA, 2006) e (LIMA, 2011); (FELICIANO, 2006), (RAMOS FILHO, 2008).

⁴ Por exemplo, Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST).

⁵ Trataremos deste conceito no segundo capítulo.

Agrário (MDA), já que o projeto para os seus acampamentos não é mais o de esperar por uma Reforma Agrária formulada pelo Estado, mas sim, de lutar por uma Revolução Agrária construída pelo poder popular. Interessante ressaltar que o próprio movimento, e não o INCRA, faz o chamado *corte das terras*⁶ e distribui os lotes entre as famílias.

Conhecemos a Liga dos Camponeses Pobres em janeiro de 2010, quando tivemos uma experiência de campo promovida por estudantes da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), no XVIII Encontro Nacional dos Estudantes de Geografia (ENEG). Já estávamos no final (oitavo período) do curso de graduação em Geografia na UFS/Itabaiana, mas continuávamos imersos no trabalho de pesquisa sobre “luta pela terra”, “assentamentos rurais” e “reforma agrária”, e por esse motivo, o tema da experiência de campo em Alagoas nos chamou a atenção.

O trabalho de campo foi organizado por estudantes ligados ao Movimento Estudantil Popular Revolucionário (MEPR). De Maceió, viajamos para Capela, município localizado na Zona da Mata Alagoana, para conhecer o complexo de “Áreas Revolucionárias” Pedrinhas, Pitombeira e Vieira. Esse complexo de áreas formava, na verdade, um conjunto de três acampamentos de ocupação da LCP nas terras das fazendas da falida Usina João de Deus.

Os camponeses nos contaram que trabalharam nas fazendas Pedrinhas, Pitombeira e Vieira por toda a vida, e, após a falência da usina, foram expulsos das terras e não receberam os seus direitos trabalhistas. Os mais prejudicados se organizaram sob a liderança da LCP e “tomaram” as terras. Nesta época, o proprietário legal das três fazendas era o Secretário de Desenvolvimento de Alagoas, Sérgio Moreira. E, mesmo com os camponeses produzindo nelas há cerca de três anos, Sérgio Moreira alugou as terras para outro usineiro, João Lyra, que solicitou uma reintegração de posse das terras, sendo que essa reintegração já tinha sido concedida pelo juiz da vara agrária de Alagoas.

Nesse dia de campo, nas chamadas “*áreas revolucionárias*”⁷, conhecemos a principal liderança do movimento na região de Alagoas, o “Índio”. O Índio era coordenador destas áreas em Capela/AL e de aproximadamente mais 20 áreas em todo o estado. No mesmo dia, junto a um grupo de cerca de vinte e cinco estudantes, participamos de atividades políticas no campo e na cidade. Foi uma experiência através da qual pudemos compartilhar com os camponeses momentos de militância, conversas, o alimento já colhido na terra “*abandonada*”

⁶ O corte das terras, ou Corte Popular, é uma expressão cunhada no movimento e significa a divisão dos lotes entre as famílias camponesas. Abordaremos mais a fundo sobre isso no capítulo 3.

⁷ Tanto os acampamentos quanto os assentamentos da LCP são chamados de Áreas Revolucionárias.

e o “forrozinho” tradicional pé-de-serra.

As ações camponesas lideradas por esse movimento haviam se espacializado por diversas localidades de alguns estados nordestinos, mas principalmente na microrregião da Zona da Mata alagoana, em grande parte sob a liderança de Índio. Isso ocorreu devido ao próprio contexto histórico do estado, marcado pelo cultivo das monoculturas da cana-de-açúcar sustentado na exploração do trabalho em grandes propriedades por quase todos os municípios deste estado. Entretanto, a LCP passou por problemas de divergências internas entre lideranças, também ocorreram alguns despejos e, com isso, a liga sofreu um processo de enfraquecimento na região. Dos 26 acampamentos existentes no estado de Alagoas, restaram apenas 2 (um de luta por terra e outro de luta por moradia). Em Pernambuco, apenas um acampamento resistiu.

Na luta camponesa no Nordeste, a LCP é um movimento recente, surgido em 2007 no estado de Alagoas, e em 2008, em Pernambuco. As famílias camponesas organizam-se ainda em ocupações e nos acampamentos que resistiram, em muitos casos vivendo o dilema de serem novamente despejadas, podendo ou não voltar às ocupações nas propriedades. Nessas experiências no Nordeste, o movimento ainda não obteve nenhuma conquista referente a Projetos de Assentamentos.

Para contextualizar o nosso objeto de pesquisa, foi fundamental ter a noção do desenrolar histórico sobre o recorte espacial para analisá-lo na conjuntura atual. Nos últimos anos, muitas das usinas açucareiras e sucroalcooleiras, localizadas nas grandes propriedades monocultoras da Zona da Mata, faliram, o que provocou um enorme crescimento do desemprego no campo alagoano. Muitas das famílias desempregadas migraram para as favelas e periferias da zona urbana em busca de oportunidades de trabalho. Muitas outras resolveram se organizar e/ou aderir ao apoio de movimentos sociais camponeses, e, unindo-se a outras famílias, migraram ou fixaram-se nas terras abandonadas das usinas falidas e em outras propriedades improdutivas, como foi o caso de Capela/AL. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) teve e tem uma grande influência e importância em todo esse processo de luta pela terra e pela reforma agrária no Nordeste, assim como o que ocorrera em todo o país nas últimas décadas. Entretanto, aqui nos detivemos pesquisar a formação da Liga dos Camponeses Pobres (LCP) e sua organização no Nordeste, diante dos processos que envolvem a luta pela terra, tendo em vista contribuir com uma abordagem geográfica sobre o tema.

Dessa forma, para entender a dinâmica dos processos (re)produzidos que estão

envolvidos na atuação social da LCP, o recorte espacial do nosso estudo foi delimitado nos dois únicos acampamentos de luta pela terra da LCP do Nordeste, de modo que cada acampamento permitiu um maior aprofundamento no conhecimento do objeto e a possibilidade dos dados serem confrontados, o que veio a enriquecer as análises. Conhecemos as duas áreas de ocupação (acampamento) de luta pela terra lideradas pela LCP; são elas: Área Revolucionária Renato Nathan, localizada no município de Messias/AL e Área Revolucionária José Ricardo, localizada no município de Lagoa dos Gatos/PE.

Em suma, a proposta central da pesquisa foi desenvolver um estudo com base no olhar dialético sob a luta de classes no campo nordestino, tomando como referência o processo de espacialização da Liga dos Camponeses Pobres, suas formas de luta e principais embates, e as transformações territoriais construídas ao longo da formação de seus espaços de resistência. O nosso trabalho se constituiu em analisar o processo de espacialização desse movimento através do estudo sobre a participação das famílias camponesas nos processos de formação e organização político-ideológica e de formação socioeconômica no espaço, levando-se em consideração as resultantes transformações territoriais no recorte estudado.

Nesse sentido, tomamos o método materialista histórico e dialético de Karl Marx e Friedrich Engels como princípio básico para trilhar o caminho com vistas a obter a essência da realidade estudada. Discutindo o uso desse método, Netto explica que o objetivo do pesquisador que se utiliza desse método é ir além da aparência fenomênica para apreender a essência, isto é, compreender a estrutura e a dinâmica do objeto de pesquisa, para assim, reproduzir no plano ideal o que investigou e construir teoria (NETTO, 2011, p. 22).

Fundamentados em Kosik (2002), partimos da noção de que o materialismo concebe a realidade social em sua natureza como um todo/complexo estruturado, dialético (movido por contradições) e historicamente determinado, que se desenvolve e que se cria, e concebe o homem como sujeito objetivo, histórico-social. O uso da totalidade concreta como categoria de análise tem como princípio metodológico a investigação dialética da realidade social, e nessa perspectiva, possibilita a compreensão de cada fenômeno como momento do todo. Para Karel Kosik (2002), a destruição da pseudoconcreticidade é a destruição da aparente e fetichista objetividade do fenômeno, e o conhecimento de sua autêntica objetividade. Conhecer a autenticidade da objetividade significa conhecer a autêntica objetividade histórica e o significado do fenômeno, “da sua função objetiva do lugar histórico que ela ocupa no seio do corpo social” (id. *ibid.* p. 61).

Partimos do pressuposto de que a análise da sociedade através do materialismo

dialético é a “análise da luta de classes”, onde a “dinâmica social é revelada pelos conflitos” (KAYSER, 1985, p.33). Assim, discutimos a luta camponesa inserida no processo antagônico de luta de classes e buscamos o conhecimento das condições concretas e dos aspectos concretos do real através das contradições reveladas na pesquisa. A contradição em questão foi exemplificada na realidade conflitiva entre a classe dos camponeses (organizados pela LCP) que não possuem a terra (e nenhum outro meio de produção, a não ser sua própria força de trabalho), e uma classe dominante concentradora de terra, composta por latifundiários, agroindustriais (agronegócio), empresários e grupos empresariais (representantes e serviços do capital mundializado).

Nesse sentido, refletimos sobre a questão agrária através do olhar acerca do movimento dialético entre classes no tempo e no espaço. Analisamos a luta de classes enquanto o “motor da história”. Tomamos a compreensão do campesinato brasileiro na conjuntura atual enquanto classe, ou pelo menos atuante como classe, pois delimitamos nossas reflexões sob este aspecto tendo em vista as contribuições de Teodor Shanin. Shanin entende, através de Marx, que o campesinato “se torna” classe (para si) quando é compreendido como um grupo social que atua politicamente em reação às imposições de um modelo de sociedade vigente, mas enfatiza que essa interpretação não pode ser reduzida a uma definição conceitual generalista que possa ser aplicável de maneira universal, haja vista que os grupos sociais camponeses se diferem de uma sociedade para outra, e/ou até mesmo numa mesma sociedade. Para tanto, Shanin esclarece que o campesinato, antes mesmo de se tornar classe, é um modo de vida. O contexto histórico é quem revelará se este campesinato se tornará uma classe (SHANIN, 2008, p. 37).

A leitura da interpretação de Shanin sobre o campesinato foi de fundamental importância teórica na condução de nosso estudo. Concordamos com a definição de que o campesinato é um modo de vida, mas para além desta definição, contextualizamos o campesinato brasileiro como inserido na luta de classes. A luta histórica pela terra, pela Reforma Agrária e por condições dignas de vida no campo brasileiro nos revela essa relação. Nesse conflito, está também “do lado de lá” uma classe minoritária (mas dominante) articulada em defesa da manutenção de uma estrutura social marcada pela concentração de terras e de riqueza.

Esses conceitos e percepções ligados ao nosso método estiveram intrinsecamente relacionados à lógica dos objetivos traçados que colaboraram para a construção fundamentada das etapas que compuseram os procedimentos metodológicos de nosso estudo, que se

dividiram em três frentes de coletas de dados: a pesquisa bibliográfica e os levantamentos de dados secundários (estatísticos e documentais); os trabalhos de campo; e a sistematização, interpretação e análise dos dados obtidos.

A discussão e os resultados de nosso trabalho resultaram na construção de quatro capítulos. No primeiro capítulo, levantamos uma discussão de cunho mais teórico e de contextualização da concentração fundiária e trajetória do movimento camponês no Brasil, no qual procuramos debater os conceitos de propriedade privada, Estado, ideologia e luta de classes com o intuito de explanar nossa perspectiva teórica sem perder de vista o desenrolar histórico da questão agrária brasileira. No segundo capítulo, damos continuidade à ordem cronológica da trajetória do movimento camponês, inserindo no contexto uma discussão sobre o processo de formação e espacialização da LCP pelo país. O capítulo 2 permite conhecer a gênese do movimento diante das dissidências e a sua forma organizacional mais geral, dando o precedente necessário para entender a atuação da LCP do Nordeste, discutida no capítulo seguinte. No terceiro capítulo, tratamos mais objetivamente da história de luta pela terra e das transformações territoriais produzidas pelas famílias camponesas nordestinas, tendo como referência a formação e a organização da LCP na região. Por fim, no quarto e último capítulo, procuramos reunir o nosso acúmulo teórico e empírico, com base em nosso objeto de pesquisa e até mesmo em experiências científicas antecessoras ao mestrado, para desenvolver uma análise acerca dos estudos e debates conceituais sobre o movimento camponês na teoria/perspectiva geográfica.

CAPÍTULO 1 - A CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA E A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO CAMPONÊS NO BRASIL

Para discutirmos a concentração fundiária no Brasil, é imprescindível que entendamos um pouco sobre a principal relação histórica legitimadora deste processo, a propriedade privada. Desse modo, é trivial que a garantia do uso da terra é também a garantia da sobrevivência de qualquer povo. A agricultura é a atividade propiciadora da produção de alimentos necessários à nossa sociedade; e a terra deveria ser um bem de direito natural àquele que necessita trabalhar na mesma para produzir o sustento de sua família, e consequentemente, do meio social em que vive. O capitalismo culminou com a destruição desse direito natural com a apropriação da terra e a expropriação dos trabalhadores, com a transformação da terra em mercadoria e com a utilização da mesma na acumulação de capital.

1.1. Acerca (ou “A cerca”) da propriedade privada: considerações sobre a concentração fundiária no Brasil

Engels⁸ desenvolve uma rica análise a partir dos estudos de Morgan⁹ sobre a origem da propriedade privada. Ele evidencia que, no desenrolar da história humana, mais precisamente no período das sociedades antigas, as relações familiares e de parentesco sofrem transformações gradativas que substituem o predomínio do modelo de direito materno e da propriedade comunal pelo modelo de direito paterno e da propriedade individual. Essa dinâmica esteve relacionada à necessidade da família, agora patriarcal e monogâmica, obter a garantia da propriedade privada para sua sobrevivência e de seus futuros descendentes. Aos poucos, a defesa do direito da propriedade privada acirrou as relações de “poder na barbárie”, tornando necessária a formulação do Estado. O Estado surge nas primeiras civilizações

⁸ Friedrich Engels foi o principal colaborador de Karl Marx na produção teórica comunista. Ao lado de Marx ou de maneira independente, Engels produziu com base no materialismo histórico e dialético, um vasto acervo enviesado na crítica ao modelo e aos defensores do capitalismo. A obra trabalhada no texto, apenas de sua autoria, é a “*A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. (1884)”.

⁹ De acordo com o próprio Engels, Lewis Henry Morgan teve por muito tempo a sua obra *Ancient Society* (A Sociedade Antiga) no silêncio e por muitas vezes plagiada. Para ele, a obra de Morgan sobre as relações sociais na pré-história foi de grande importância para a fundamentação da concepção materialista em seus estudos e nos de Marx.

enquanto uma estrutura macro, que passaria a desempenhar o papel de regulador dessas relações, estabelecendo assim, a defesa do território e dos interesses de suas classes dominantes.

Essa abordagem de Engels serve-nos como premissa para que possamos entender como Marx analisa as relações que envolvem a propriedade privada no modo capitalista de produção e como esses aspectos são importantes para a compreensão da questão agrária atual.

Desde as suas primeiras análises, que foram aprimoradas com o passar dos anos, Marx já observara a relação propriedade-trabalho. Identificara essa relação considerando a necessidade do homem produzir valor de uso através da natureza para sua própria sobrevivência. Ele chega a essa interpretação fazendo um estudo aprofundado sobre as propriedades comunais das comunidades e tribos mais primitivas. É desse ponto de partida que Marx analisa as transformações do *sentido* e do *uso* da propriedade que foram transformando-se de acordo com a constituição e a luta de “classes” nos posteriores modelos de produção, em diferentes realidades no movimento contraditório da história humana. Para assim, através da compreensão desse processo, construir o conhecimento teórico crítico sobre o modo de produção capitalista.

O modelo de sociedade capitalista, consolidado desde a idade moderna quando emerge a classe burguesa na Europa, tem engendrado sua reprodução no espaço através de uma relação histórico-social, na qual o ser humano é explorado pelo próprio ser humano através do trabalho assalariado, possibilitando a materialização da produção e da acumulação de capital, ou seja, da concentração de riqueza. Esse processo de acumulação inicia-se antes mesmo da consolidação da classe burguesa na sociedade moderna. Ocorre com a acumulação primitiva de capital através das relações que envolviam a propriedade privada subdesenvolvida¹⁰, portanto, com a renda extraída da propriedade da terra no contexto do Capitalismo Comercial (entre os séculos XV e XVIII).

O processo de acumulação primitiva de capital caracterizou-se principalmente: pela expropriação e pela exploração do trabalhador, pelo monopólio da terra através do modelo de propriedade privada capitalista e pela expansão comercial. Através desses processos, a burguesia expandiu as suas relações de produção através da criação dos Estados capitalistas. De fato, a burguesia “preparou o terreno” para possibilitar o avanço do modo de produção, que a constituiu classe dominante, no tempo e no espaço. De acordo com Marx (2008, p.

¹⁰ De acordo com Marx, a propriedade agrária.

826), o modo de produção capitalista no contexto da acumulação primitiva:

[...] supõe que o produtor se liberte das condições de mero acessório da terra (na forma de vassalo, servo, escravo etc.) e ainda que a massa do povo fique despojada da propriedade do solo. Nessas condições, o monopólio da propriedade da terra é pressuposto histórico e fica sendo base constante do modo capitalista de produção, como de todos os modos anteriores de produção que se fundamentam de uma forma ou de outra na exploração das massas. Mas a forma de propriedade fundiária que o sistema capitalista no início encontra não lhe corresponde. Só ele mesmo cria essa forma, subordinando a agricultura ao capital, e assim a propriedade fundiária feudal, a propriedade de clãs ou a pequena propriedade camponesa combinada com as terras de uso comum se convertem na forma econômica adequada a esse modo de produção, não importando quão diversas sejam suas formas jurídicas.

Em outras palavras, o que Marx nos diz é que a burguesia “necessitava” destruir ou subordinar as antigas relações de produção para erguer-se como classe detentora dos poderes político e econômico. Por isso criou-se a ideia de *propriedade* e *trabalho* libertos, para que ambos também fossem convertidos em mercadorias. Desse modo, a expropriação foi fundamental para gerar uma massa de trabalhadores desprovidos de meios de produção que teriam que vender a sua força de trabalho nas lavouras de proprietários ou capitalistas arrendatários e nas indústrias.

A propriedade privada tornou-se parte da essência do capitalismo. Ou seja, o modelo de propriedade privada que passa por várias transformações nos diferentes períodos históricos chega ao modelo da propriedade privada burguesa. No contexto da sociedade burguesa, para Marx (2006, p. 131), “a essência subjetiva da propriedade privada, a propriedade privada como atividade para si própria, como sujeito, como pessoa, é o trabalho”. A relação da propriedade privada, quer seja móvel (indústria) ou imóvel (propriedade da terra), cria as condições necessárias para a produção e a acumulação de capital através do lucro com extração da mais-valia explorada do trabalhador e/ou através da obtenção da renda da terra. Em suma, a propriedade privada é a condição para si, que garante ao capitalista a acumulação de riqueza através da exploração do trabalho na produção de mercadorias.

De acordo com Marx (2006, p. 134-135):

A propriedade agrária é a primeira forma de propriedade privada, e a indústria surge historicamente após ela, apenas, como forma particular da propriedade privada que se lhe opõe - ou melhor, como escravo liberto da propriedade agrária; tal sequência repete-se no estudo científico da essência subjetiva da propriedade privada, do trabalho, e o trabalho começa por aparecer como simples trabalho agrícola, mas em seguida afirma-se como o trabalho em geral.

[III] Toda a riqueza se tornou riqueza industrial, a riqueza do trabalho e da indústria é o trabalho realizado, assim como o sistema industrial é a essência realizada da indústria (seja, do trabalho) e o capital industrial é forma objetiva realizada da propriedade privada.

Como podemos ver, só neste estágio é que a propriedade privada pode consolidar o seu domínio sobre o homem e torna-se, na forma mais geral, o poder histórico-mundial”.

No trecho acima, retirado dos Manuscritos Econômico-Filosóficos, Marx revela que a propriedade agrária é a primeira forma de propriedade privada, mas que é a indústria que surge como forma de propriedade privada liberta, ou seja, surge a propriedade privada móvel, livre para se deslocar em direção a qualquer lugar no espaço que lhe for mais favorável na obtenção de matérias-primas e/ou na disponibilidade de mão-de-obra em abundância a ser explorada para a produção e acumulação de capital.

Com a consolidação do período industrial, os capitalistas (burgueses) - que se formaram a partir dos camponeses enriquecidos, artesãos e de comerciantes emergidos enquanto força econômica - passaram a necessitar do arrendamento das terras e da produção agrícola, inclusive da produção camponesa, para garantir o fornecimento de matérias-primas e a base alimentar barateada dos trabalhadores das indústrias nas regiões urbanas. A produção alimentícia serviria como uma estratégia para rebaixar os salários ao máximo possível, tendo em vista a mínima subsistência do trabalhador.

Se revisitarmos o período precedente, o período de transição do feudalismo ao capitalismo, perceberemos que, pelo fato da expropriação massiva, a classe burguesa detentora do sistema industrial foi se consolidando na Europa gerando graves contradições entre nobres e camponeses nas relações sobre a agricultura e a propriedade da terra. Nesse contexto, várias lutas foram travadas entre camponeses e nobres no percurso da “derrubada” do decadente modelo de produção feudal baseado em relações servis, o que provocou, em muitos pontos da Europa Ocidental, a transformação gradativa da terra em mercadoria e em meio de produção sujeitado ao capitalismo, e neste caso, nos referimos à propriedade individual camponesa. Ou seja, mesmo com a união da nobreza à burguesia, o movimento

contraditório do capitalismo e da luta de classes propiciou o surgimento de um grande número de propriedades camponesas, pois esse mesmo sistema capitalista também necessitava contraditoriamente da produção camponesa. Sobre isso, Oliveira (2007, p. 19) destaca que:

[...] a transição do feudalismo ao capitalismo gerou no campo um conjunto muito grande de formas de produção não especificamente capitalistas, o que, particularmente, resultou na aparição de uma volumosa massa de camponeses proprietários individuais que, na lógica geral do desenvolvimento capitalista, deveriam posteriormente desaparecer, em função da chamada superioridade técnica da grande produção capitalista. Entretanto a sua persistência e crescimento, desde os séculos passados até hoje, têm solicitado dos estudiosos uma resposta a essa questão.

Essa resposta pode ser encontrada exatamente na concepção de que o desenvolvimento do capitalismo é contraditório, e, portanto, cria as condições para a reprodução dessa produção familiar camponesa. Cria porque, ao contrário do que ocorreu na realidade inglesa, a aliança que a burguesia fez com esses camponeses livres em outras partes da Europa permitiu a criação de condições básicas para seu crescimento. E mais, as condições de baixa rentabilidade do capital no campo, comparativamente à indústria, fizeram com que esse capital (na essência industrial) desenvolvesse mecanismos de dominação sobre esses camponeses, explorando-os sem expropriá-los.

Se na Europa o processo contraditório de desenvolvimento do capitalismo provocou uma significativa transformação nas relações que envolvem a propriedade agrária, reproduzindo o predomínio das propriedades individuais camponesas; no caso brasileiro, esse processo foi um tanto mais complexo. Diferentemente do processo de transição do feudalismo para o capitalismo ocorrido na Europa, com a invasão dos portugueses e a estruturação da economia colonial com o ciclo canavieiro, o Brasil já se insere num ciclo de acumulação primitiva no contexto do capitalismo comercial. Nesse sentido, adentraremos mais à frente no mérito da discussão sobre as interpretações na produção acadêmica e reflexões teóricas referentes à existência de “restos feudais” no Brasil¹¹. Entretanto, concordamos que não é possível transpor o modelo interpretativo sobre a transição feudalismo-capitalismo da realidade da Europa Ocidental para inseri-lo em uma interpretação sobre a realidade histórica brasileira. Por outro lado, entendemos que o capitalismo se desenvolveu no Brasil de maneira singular e contraditoriamente perversa. A reprodução ampliada do capital nasceu no Brasil

¹¹ Faremos a discussão quando tratarmos sobre as teses teóricas da LCP.

subordinando relações não-capitalistas de produção. Como nos explica José de Souza Martins em seu prefácio à 9ª edição de sua obra *O cativo da terra*:

Aqui, a propriedade da terra se institucionalizou como propriedade territorial capitalista, presidiu o processo de instauração, difusão e consolidação do capitalismo entre nós, acasalou terra e capital, concentrou a repartição da mais-valia e avolumou a reprodução ampliada do capital. Foi o modo de acelerar a entrada do país no mundo moderno, o recurso compensatório da pilhagem colonial que nos condenara ao atraso, o modo de acumular mais depressa para mais depressa se modernizar. [grifos nossos] (MARTINS, 2010, p. 10)

Essa singularidade histórica brasileira pode ser imediatamente percebida quando entendemos a formação socioeconômica do país. Um país que se constitui território colonial com vistas a ser explorado em força máxima para a produção de capital. Uma nova realidade, onde não surgem separadamente o proprietário da terra e o capitalista (arrendatário), mas sim surge o proprietário capitalista da terra, fundido em um mesmo personagem histórico, que produz sua riqueza através das relações comerciais de exportação com base no trabalho escravo do índio e do negro.

O modelo de produção brasileiro sustentado no trabalho escravo perdurou legalmente até o final do século XIX. Desde a doação das sesmarias até essa data, foi o recorte temporal suficiente para consolidar o poder (dominante) político e econômico de uma classe “capitalistacamente” agrária que já havia estruturado o monopólio fundiário com a Lei de Terras (1850) e garantido a expropriação de véspera do trabalhador escravo que viria a ser “livre”. De acordo com Martins (2010, p. 10), “o país inventou a fórmula simples da coerção laboral do homem livre: se a terra fosse livre, o trabalho tinha que ser escravo; se o trabalho fosse livre, a terra tinha que ser escrava”.

Através dessa sintética análise histórica sobre a contraditória formação social e territorial brasileira, percebemos de fato a origem: da concentração fundiária, do latifúndio, de uma poderosa oligarquia, e da extrema desigualdade no campo e em toda a sociedade. Entendemos como o cenário histórico de exploração, expropriação e violência no espaço agrário brasileiro está relacionado diretamente às condições necessárias que o modo capitalista de produção impusera para tornar possível o cíclico processo de produção, acumulação e reprodução ampliada de capital.

A partir da década de 1960, o processo de acumulação do capital como *conditio sine qua non* para reprodução do modo capitalista de produção transforma-se radicalmente com vistas a garantir sua expansão no campo brasileiro, transfigurando-se em um modelo baseado em termos, que, segundo Moreira (1980, p. 133), “resumem-se: a) na conversão do trabalhador rural em vendedor de sua força de trabalho, único meio de produção cuja propriedade lhe permite; b) na transformação dos meios de produção em capital; e, c) na transformação da terra em mercadoria”.

Dessa forma, entende-se que, dentro desse modelo, os meios de produção são mercadorias e produzem mercadorias. Um desses meios de produção é a terra. O outro meio de produção seria a força de trabalho do trabalhador. Neste caso, assim como o operário da indústria, o trabalhador rural (expropriado), quando assalariado no campo ou na cidade, tem seu trabalho excedente extraído e “metamorfoseado” em riqueza para a classe dominante. Classe esta, que a partir desse processo obtém o produto excedente ou a taxa de mais-valia. De acordo com Marx (2012, p. 266):

Determina-se a taxa de mais-valia não através da relação que existe entre a mais-valia e o capital global, mas pela que existe entre ela e o capital variável; do mesmo modo, a dimensão do produto excedente se determina não pela que existe entre ele e a parte do produto que representa o trabalho necessário. De acordo com o objetivo dominante da produção capitalista de produzir mais-valia, mede-se a riqueza não pela magnitude absoluta do produto, mas pela magnitude do produto excedente. A magnitude absoluta do tempo de trabalho – o dia de trabalho, a jornada de trabalho – é constituída pela soma do trabalho necessário e do trabalho excedente, ou seja, do tempo em que o trabalhador reproduz o valor de sua força de trabalho e do tempo em que produz a mais-valia.

Marx nos explica, em *O Capital*, através da análise econômica, como a classe dominante enriquece “em cima” da exploração do trabalhador. Com intuito de reforçar o entendimento do conceito de mais-valia, Mandel (2006, p. 13), dentro da interpretação em Marx, coloca que:

O sobreproduto social é, portanto, a parte da produção social que é produzida pela classe dos produtores, da qual a classe dominante se apropria sob várias formas, sejam sob a forma de produtos naturais, de mercadorias

destinadas a serem vendidas ou ainda sob a forma de dinheiro. A mais-valia é apenas a forma monetária do sobreproduto social. Quando é exclusivamente sobre a forma de dinheiro que a classe dominante se apropria da parte da produção de uma sociedade a que acima chamamos de “sobreproduto”, já não falamos do sobreproduto, mas sim de “mais-valia”.

Nessa perspectiva, partimos de Oliveira (2007, p.38), que também se fundamenta em Marx e reforça a tese, colocando que “o capital é, pois a materialização do trabalho não-pago ao trabalhador. É, portanto, a mais-valia expropriada do trabalhador. É a fração do valor produzido pelo trabalhador que se realiza nas mãos do capitalista”. Diante dessa mesma leitura, Oliveira (2007) parte para uma análise sobre a reprodução capitalista no campo brasileiro.

É a partir dessa lógica que as relações capitalistas de produção têm se (re)produzido no campo brasileiro. O proprietário capitalista possui ou compra a terra e outros meios de produção, como por exemplo, máquinas, fertilizantes, dentre outros, como também compra, através dos salários, a força de trabalho do trabalhador, já que este não possui nenhum meio de produção a não ser sua própria capacidade física e mental para trabalhar. Esse ciclo se mantém de maneira articulada, baseado numa reprodução contraditória e desigual. Uma desigualdade que tende a perdurar através das estratégias do mercado capitalista.

Nessa direção, além da reprodução das relações capitalistas de produção, o modo capitalista de produção reproduz-se explorando relações não-capitalistas de produção, que são produto do desenvolvimento contraditório do capital, como é o caso da produção camponesa, já discutida anteriormente. Sobre este aspecto, Martins (2010, p. 21) afirma que:

O capitalismo engendra relações de produção não-capitalistas como recurso para garantir a sua própria expansão, como forma de garantir a produção não capitalista do capital, naqueles lugares e naqueles setores da economia que se vinculam ao modo capitalista de produção através de relações comerciais.

Fundamentado em Martins, Oliveira (2007, p.40) reforça que:

...o caminho para se entender essa presença significativa de camponeses na agricultura dos países capitalistas é pela via de que tais relações não-

capitalistas são produto do próprio desenvolvimento contraditório do capital. A expansão do modo capitalista de produção, além de redefinir antigas relações, subornando-as à sua produção, engendra relações não-capitalistas igual e contraditoriamente necessárias à sua reprodução.

Embora a unidade de produção familiar camponesa no Brasil possa ser interpretada enquanto um exemplo de relação não-capitalista, a mesma se reproduz no modelo capitalista de produção, e se encontra subordinada a ele. Nesse sentido contraditório entre relações capitalistas e não-capitalistas, pode-se entender, simplifcadamente, que, de acordo com Marx, na produção capitalista o movimento do capital ocorre da seguinte forma: o capitalista possui o dinheiro, converte-o em capital para daí convertê-lo em mercadorias. Estas são produzidas pelo homem, que alienado do processo de produção, produz o excedente, em forma de mais valia, ou o lucro para o capitalista.

Na produção camponesa, o camponês produz os produtos, torna-os parte em mercadorias, convertendo-as em dinheiro para adquirir mercadorias necessárias a sua sobrevivência. A ligação entre o camponês e a terra é construída através da relação trabalho-natureza que permite a condição de existência de sua família. A terra, nessa situação, possui apenas essencialmente o seu valor de uso. Originariamente, para o camponês, a terra não possui um valor de troca, não é vista enquanto uma mercadoria ou objeto a ser utilizado na acumulação de riqueza. O capitalismo que impõe essa lógica. Nesse processo, o camponês, no contexto do capitalismo, aparece submetido aos interesses do modo de produção vigente, pois não apenas parte da sua produção está submetida aos interesses do mercado, como também a sua força de trabalho. É o processo que nós conhecemos como *sujeição da renda da terra*.

O proprietário capitalista ou o capitalista (não proprietário) subordinam a produção camponesa através da sujeição da renda da terra, e a subordinam principalmente de duas formas: com a compra imposta (através das regras de mercado) de parte da produção camponesa, explorando a força de trabalho da unidade de produção familiar, e mais recentemente, com o sistema de créditos imposto aos camponeses por intermédio das políticas públicas de Reforma Agrária promovidas por uma série de governos. Sobre essa realidade brasileira, Martins (1995, p. 176) nos explica também que:

Onde o capital não pode tornar-se proprietário real da terra para extrair juntos o lucro e a renda, ele se assegura o direito de extrair a renda. Ele não

opera no sentido de separar o proprietário e o capitalista, mas no sentido de juntá-los. Por isso, começa estabelecendo a dependência do produtor em relação ao crédito bancário, em relação aos intermediários, etc. É um fato claro que toda a renda diferencial tem sido sistematicamente apropriada pelo capital no momento da circulação da mercadoria de origem agrícola. O que hoje acontece com a pequena lavoura de base familiar é que o produtor está sempre endividado com o banco, a sua propriedade comprometida como garantia de empréstimos para investimento e sobretudo para custeio de lavouras. Sem qualquer alteração aparente nas suas condições, mantendo-se proprietário, mantendo o seu trabalho organizado com base na família, o lavrador entrega ao banco anualmente os juros dos empréstimos que faz, tendo como garantia não só os instrumentos, adquiridos com os empréstimos, mas a terra. Por esse meio, o banco extrai do lavrador a renda terra, sem ser o proprietário dela.

O fato é que mesmo subordinada ao capital, a agricultura camponesa tem se reproduzido no Brasil. De acordo com Oliveira, três fatores principais estão na essência do processo de reprodução da produção camponesa. Um primeiro fator seria o processo de venda de loteamentos de terras, que possibilita o ressurgimento do camponês-proprietário. O segundo fator estaria ligado à atuação do Estado com a ínfima distribuição de terras em projetos de Reforma Agrária, que estabelece contraditórias condições para a reprodução do campesinato. “E o terceiro, que nasce no seio do próprio campesinato e é incorporado pelo Estado, diz respeito à formação das cooperativas no campo” (Oliveira, 2007, p.42)

Entender, mesmo que de forma objetiva, como se dá o processo de reprodução camponesa é gerar o ponto de partida para a compreensão sobre como o modo capitalista de produção estabelece suas estratégias na agricultura, que se refletem através da atuação de determinados atores, são eles: o Estado e os proprietários fundiários capitalistas. Estes proprietários fundiários se articulam para manter concentrada a maior parte da área de terras cultiváveis do território nacional. Junto à burguesia imperialista nacional e internacional, ou contraditoriamente tornando-se burguesia, estes proprietários compõem a classe dominante da sociedade.

Diante disso, deve-se compreender que não é apenas a produção camponesa que está subordinada ao modo de produção em voga, mas a agricultura em si. Segundo Amin, “a submissão da agricultura significa essencialmente, a liquidação da renda fundiária” (1986, p. 30). Para ele, duas condições permitem essa subordinação da agricultura ao capital:

a primeira destas condições é a intervenção do capital dominante no próprio processo produtivo da agricultura. Este capital não é aquele utilizado na própria agricultura sob a forma de equipamentos avaliáveis na exploração agrícola. É o do complexo industrial e comercial alimentar, situado como avalista dos produtores rurais. Este capital impõe ao produtor agrícola um programa de trabalho preciso, através da padronização dos produtos, extensão da transformação industrial, concentração de redes de coleta e comercialização [...] A segunda condição de subordinação da agricultura é de natureza política. O capital não pode renunciar à aliança de classes com a propriedade fundiária, a menos que possa substituí-la pela integração social-democrata da classe operária ou por outras alianças de classes. (AMIN, 1977, p. 31 e 32)

Essas condições de submissão da agricultura ao modo capitalista de produção, trazidas por Samir Amin, evidenciam ainda mais o quanto são contraditórias as relações (re)produzidas por esse modelo socioeconômico. Por ser contraditório, este modelo não somente reproduz um processo de submissão da agricultura e de exploração e expropriação do trabalhador, mas também proporciona, através de sua própria estrutura impositiva, um contexto de luta e resistência empreendida pelos camponeses e trabalhadores rurais. Se por um lado o capital tem subordinado a produção camponesa, e concomitantemente, a renda da terra através do modelo do agronegócio e da especulação da propriedade da terra, por outro, tem criado as condições necessárias para que o campesinato (re)conquiste a terra, e, a partir dela, possa se reproduzir no espaço, provocando estratégicas transformações territoriais. Dando-nos apoio, Feliciano (2006, p. 24-25), caminhando na linha de reflexões de pensadores como José de Souza Martins e Ariovaldo Umbelino de Oliveira, coloca que o camponês permanece:

[...] nessa incessante busca pela construção da parcela camponesa do território. E é por isso que o camponês (e)migra. Boa parte de sua história, formação e resistência estão ligadas a esses processos. [...] Portanto, o capital procura, de acordo com aspectos conjunturais e necessidades estruturais, inventar e reinventar as relações não-capitalistas de produção. Recria o latifúndio e o campesinato ao mesmo tempo.

Com relação a essa recriação contraditória do latifúndio e do campesinato, especificamente no Brasil, o latifúndio tem levado uma vantagem hegemônica no que concerne à ampliação das condições de sua existência. Ele está presente na maior parte das

grandes propriedades espalhadas por todo território nacional. Em seu sentido literal, os latifúndios são as grandes extensões de terras improdutivas que se encontram praticamente abandonadas em enormes propriedades rurais, ou seja, são utilizados como reserva de valor de caráter especulativo. Sua forte presença está relacionada à própria estrutura fundiária do país. A concentração fundiária no Brasil é histórica, e em pleno século XXI, mesmo com a presença de projetos de Reforma Agrária, essa concentração tem se ampliado e a Reforma Agrária tem sido posta no esquecimento. Para entender o porquê de como têm se dado esses processos espaciais, torna-se necessário compreender mais a fundo a própria formação territorial do país, no intuito de relacioná-la com a discussão das conjunturas mais recentes, nas quais está inserido o objeto desta pesquisa.

A discussão que envolve o processo de concentração fundiária deve ter em vista primeiramente a busca pela compreensão de seu próprio significado sob o modo de produção capitalista. Nesse sentido, pode-se compreender seu significado ao diferenciá-lo do processo de concentração de capital. Basicamente, o processo de concentração de capital se dá através da extração e acúmulo de mais-valia, ou seja, do trabalho não-pago. Entende-se, assim, que a concentração de capital só é possível através da exploração da capacidade produtiva do trabalhador. Já a concentração fundiária, significa a concentração de um meio de produção gerador de renda, a renda da terra. Dessa forma, este meio de produção (a terra) é monopolizado pela classe dos proprietários capitalistas de terra, os empreendedores do agronegócio, que, após sua obtenção através da compra ou da grilagem, o utilizam na produção em larga escala voltada, principalmente, ao mercado externo ou mantêm a terra como reserva de valor, com o intuito de especulá-la. Sobre isto, Oliveira (2007, p.66) revela que:

É por isso que o proprietário de terra é um personagem de *dentro* do capitalismo. Ao se apropriar de grandes extensões de terra, ele retém essa terra como reserva de valor, ou seja, com o objetivo de especular, de poder se apropriar da renda da terra. É o que fazem os grandes capitalistas que se converteram em colonizadores, vendedores da mercadoria da terra.

A própria história da formação socioeconômica do Brasil nos mostra como se constituiu sua concentradora estrutura fundiária. Ainda mesmo no período colonial, surge o modelo concentrador com a distribuição das sesmarias. A necessidade de ocupar e desbravar a

terra recém-descoberta fez a Coroa Portuguesa iniciar um processo de ocupação (invasão) por intermédio de seus colonizadores/investidores com a produção agropecuária voltada para abastecimento interno, mercado externo e obtenção de lucros no comércio em expansão. Assim, a ação da Coroa Portuguesa deu o pontapé inicial que resultou na situação da grande quantidade de terras nas mãos de poucos proprietários, gerando a concentração fundiária e consequentemente, uma concentração de renda perdurada hereditariamente que, ao longo do processo histórico, só encontrou agravantes, como por exemplo, a criação da Lei de Terras.

A Lei de Terra de 1850 determinou o acesso à terra para apenas aqueles que detivessem recursos financeiros, ou seja, para quem pudesse adquirir as terras através da compra. A partir daí, o acesso à terra no país veio a ser cada vez mais restrito, sendo que esta lei foi um marco no que concerne ao aumento da concentração.

Direcionando-nos para o século XX e início do século XXI, procuramos fazer agora uma análise sobre a concentração fundiária com base em dados mais recentes. Eduardo P. Girardi elabora, no Atlas da Questão Agrária Brasileira, dentro do tópico sobre a estrutura fundiária brasileira, uma análise inicial com o índice de Gini a partir de dados (de 1992, 1998 e 2003) do INCRA. Importante ressaltar que, de acordo Girardi:

Esses dados indicam quem detém a terra e por isso pode extrair a renda da terra. Utilizar os dados do Censo Agropecuário (estabelecimentos agropecuários) para calcular o índice de Gini seria desconsiderar o pagamento da renda pré-capitalista da terra, condição à qual são submetidos os produtores que não são proprietários. Apesar de tomarmos os dados do INCRA, ou seja, dos imóveis rurais, devemos reconhecer a possibilidade da concentração da terra no Brasil ser ainda maior, pois vários proprietários possuem mais de um imóvel rural. Desta forma, o critério mais adequado para o cálculo do índice de Gini para a estrutura fundiária seria adotar como unidade básica o proprietário e a área total da qual é detentor, não importando a contiguidade ou localização dos imóveis. Isso, contudo, não é possível, devido ao formato de divulgação dos dados do INCRA, de forma que consideramos, para o cálculo do índice de Gini apresentado no trabalho, os dados do número total de imóveis e da área total dos imóveis de cada classe de área. Em 2003 o índice de Gini para o Brasil era 0,816, o que indica grande concentração, já que quanto mais próximo de um maior é o grau de concentração da terra. (Atlas da Questão Agrária Brasileira)

Para corroborar e nos acrescentar com os dados do Censo Agropecuário de 2006, Alentejano (2011, p.71-72) afirma que:

O último Censo Agropecuário comprovou que o índice de Gini permaneceu praticamente estagnado nas últimas décadas, saindo de 0,857 em 1985 para 0,856 em 1995/1996 e 0,854 em 2006. Em alguns estados da federação, entretanto, verificou-se significativos aumentos, como em Tocantins (9,1%), Mato Grosso do Sul (4,1%) e São Paulo (6,1%). O movimento de concentração foi puxado pelas grandes culturas de exportação, pela expansão do agronegócio pelo avanço da fronteira agropecuária em direção à Amazônia – impulsionada pela criação de bovinos e pela soja. No caso de São Paulo, o crescimento deveu-se à cultura da cana-de-açúcar (estimulada pelo maior uso de álcool com o carro flex e pelos bons preços do açúcar).

Assim como o índice de Gini, a **tabela 1** a seguir evidencia que nas últimas quatro décadas a concentração fundiária no Brasil permaneceu estagnada. Ou melhor, não houve praticamente distribuição de terra, vide as leis de Reforma Agrária criadas desde o Regime Militar, e ainda tivemos uma maior concentração de terra, pois percebemos que a área dos estabelecimentos com mais de 1000 hectares se ampliou significativamente.

**Tabela 1: Número de estabelecimentos e área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total
Brasil (1970/2006)**

Grupos de área total	Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)						Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)					
	Ano						Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995	2006	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Menos de 10 ha	9.083.495	8.982.646	9.004.259	9.986.637	7.882.194	7.798.777	2.519.630	2.601.860	2.598.019	3.064.822	2.402.374	2.477.151
10 a menos de 100 ha	60.069.704	60.171.637	64.494.343	69.565.161	62.693.585	62.893.979	1.934.392	1.898.949	2.016.774	2.160.340	1.916.487	1.971.600
100 a menos de 1000 ha	108.742.676	115.923.043	126.799.188	131.432.667	123.541.517	112.844.186	414.746	446.170	488.521	517.431	469.964	424.288
1000 ha e mais	116.249.591	138.818.756	164.556.629	163.940.463	159.493.949	150.143.096	36.874	41.468	47.841	50.411	49.358	47.578

Fonte: Censo Agropecuário IBGE, série histórica 1920/2006.

Org.: SILVA, D. P. O. 2012

Pode-se notar, através da **tabela 1**, que a maior parte da área em hectares está concentrada em estabelecimentos rurais de médio e de grande porte. Além disso, o número de estabelecimentos acima de 1000 hectares, que compreende a maior área entre os grupos de área total, é muito pequeno. Interpretamos dessa maneira, pois tomamos como referência a quantidade de 100 a 1000 hectares enquanto média ou grande propriedade e acima de 1000 hectares enquanto grande propriedade. Claro que essa referência pode ser relativizada de acordo com a região do país, tendo em vista a fertilidade da terra e o tamanho do módulo fiscal. A desigualdade na estrutura fundiária brasileira é gritante. Para destacar, constatou-se que em 2006, 150.143.096 de hectares distribuídos em 47.578 estabelecimentos, nenhum deles com menos de 1000 hectares. Enquanto 7.798.777 hectares estão distribuídos entre 2.477.151 estabelecimentos com classe de área até 10 há. É uma estrutura marcada pela concentração de terras e que, mesmo com as conquistas da luta pela terra no país, permanece praticamente estagnada.

É observando esse contexto que se torna evidente a existência predominante do latifúndio, já que as extensas áreas improdutivas utilizadas como reservas de valor de caráter especulativo são geralmente encontradas nestes médios e grandes estabelecimentos rurais. Constata-se isso, pois no geral, nem o proprietário capitalista da terra possui os meios de produção necessários para produzir em toda sua enorme propriedade, nem é do seu interesse. O seu interesse é acumulá-la e especulá-la.

O processo de concentração de terras e de riqueza com base na exploração do trabalhador, que reafirma a legitimação da propriedade privada, só foi e é possível com a consolidação de um Estado burguês e seu aparato ideológico que estarão à disposição no serviço dos interesses da classe dominante. Nesse sentido, faz-se necessário atentar-nos também para a discussão sobre a formação e atuação desse Estado burguês, a utilização de seus mediadores e o aparato ideológico no conflito de classes presente no espaço agrário brasileiro.

1.2. O Estado, a ideologia e a luta de classes no campo brasileiro

Em nossa perspectiva, não há como discutirmos o embate da luta de classes que envolve a questão agrária brasileira sem inserirmos uma análise precisa e aprofundada sobre o

Estado, e sobre um de seus aparatos de manipulação e alienação da classe trabalhadora, a ideologia. Para tanto, faremos tal discussão no viés da concepção marxista.

Primeiramente, destacamos, de maneira simplória, que o Estado se organiza enquanto uma macroestrutura composta por três elementos: poder político, povo e território. Mas qual o verdadeiro papel do Estado numa sociedade dividida em classes? Para além de uma simples definição, na concepção marxista, o Estado surge e existe para garantir o direito da propriedade privada; relação já discutida no início deste capítulo. E, ao mesmo tempo em que garante do direito da propriedade privada, articula as relações sociais de acordo com os interesses de uma classe dominante. Reproduzindo a análise de Engels, Gruppi (2001, p.30) coloca que:

O Estado torna-se uma necessidade a partir de um determinado grau de desenvolvimento econômico, que é necessariamente ligado à divisão da sociedade em classes. O Estado é justamente uma consequência dessa divisão, ele começa a nascer quando surgem as classes e, com elas, a luta de classes.

Tudo começa quando se diferencia a posição dos homens nas relações de produção. Por um lado temos os escravos, pelo outro, o proprietário de escravos; de uma parte o proprietário da terra, de outra, os que nela trabalham, subjugados pelo proprietário. Quando se produzem essas diferenciações nas relações de produção, determinando a formação de classes sociais e por conseguinte a luta de classes, surge a necessidade do Estado: a classe que detém a propriedade dos principais meios de produção deve institucionalizar sua dominação econômica através de organismos de dominação política, com estruturas jurídicas, com tribunais, com forças repressivas, etc.

Sobre a questão das relações do Estado e do Direito com a propriedade, Marx e Engels a discutem de forma mais objetiva na obra *A Ideologia Alemã*. Para Marx e Engels, é através do Estado que os indivíduos de uma classe dominante fazem valer os seus interesses e os transformam, ideologicamente, em interesses comuns a toda a sociedade civil de um período histórico. “Daí a ilusão de que a lei se baseia na vontade e, mais ainda, na vontade livre, destacada de sua base real. Do mesmo modo, o direito é reduzido, por seu turno, à lei”. (MARX; ENGELS, 2007, p. 98)

Assim, o Estado se constitui mediador das instituições comuns que tomam forma política na sociedade. O conjunto de leis criadas resume-se no direito de um povo. Todavia, o

direito agora metamorfoseado na legislação não representa na prática o direito de todos. Mesmo que ideologicamente este faça parte de um “Estado democrático de direito”, como é o caso do Brasil. De acordo com Marx e Engels, o direito privado acompanha a propriedade privada. E a garantia da propriedade privada é base de sustentação da classe dominante, pois essa condição garante que essa mesma classe permaneça, historicamente, concentrando e acumulando meios de produção e capital através da exploração do trabalho da classe dominada, a classe trabalhadora. David Harvey faz essa mesma leitura de Marx e Engels, e reforça:

Necessariamente, o Estado se origina da contradição entre os interesses particulares e os da comunidade. No entanto, como o Estado tem de assumir uma existência “independente”, para garantir o interesse comum, torna-se lugar de um “poder alienígena”, por meio do qual pode dominar os indivíduos e os grupos (MARX e ENGELS, 1970: 54). Da mesma maneira que o trabalhador, mediante o trabalho, cria capital como instrumento para a sua própria dominação, os seres humanos criam, na forma do Estado, um instrumento para a sua própria dominação (comparar com OLLMAN, 1971: 216). Esses diversos instrumentos de dominação – em particular, a lei, o poder de tributação e o poder de coação – podem ser transformados, pela luta política, em instrumentos para a dominação de classe. (HARVEY, 2006, p. 80)

A base de todas as diversas formas de poder, utilizadas pelo Estado na regulação das relações produzidas pelo movimento contraditório na luta de classes, é a ideologia. Por esse motivo, o Direito no Capitalismo, que na sociedade ocidental carrega até os dias atuais características do Império Romano, torna-se peça fundamental para a democracia burguesa. Ele, o Direito, aliado às normais morais e religiosas, cumpre o seu papel ideológico sendo o responsável por reproduzir as ideias impostas por uma classe dominante, mas aceitas por toda a sociedade.

A concepção de ideologia em Marx e Engels pode ser entendida quando estes dizem que:

As ideias [*Gedanken*] da classe são, em todas as épocas, as ideias dominantes; ou seja, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo sua força espiritual dominante. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe também dos meios de produção

espiritual, o que faz com que sejam a ela submetidas, ao mesmo tempo, as ideias daqueles que não possuem os meios de produção espiritual. As ideias dominantes são, pois, nada mais que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são essas as relações materiais dominantes compreendidas sob forma de ideias; são, portanto, a manifestação das relações que transformam uma classe em classe dominante; são desta forma, as ideias de sua dominação. Os indivíduos que formam a classe dominante possuem, entre outras coisas, também uma consciência e, por conseguinte, pensam; uma vez que dominam como classe e determinam todo o âmbito de um tempo histórico, é evidente que o façam em toda a sua amplitude e, como consequência, também dominem como pensadores, como produtores de ideias, que controlem a produção e distribuição das ideias de sua época, e que suas ideias sejam, por conseguinte, as ideias dominantes de um tempo. (MARX; ENGELS, 2007, p. 78)

Foi assim que surgiu a ideologia nas diferentes sociedades de classes e em diferentes contextos históricos, desde as sociedades mais antigas; e foi assim que a ideologia burguesa nasceu e se consolidou no capitalismo. Ela reproduz a concepção social de igualdade jurídica e a ideia de liberdade de cada cidadão. Na verdade, a reprodução ideológica embutiu na consciência do trabalhador a “*crença*” em sua plena liberdade e igualdade jurídica na sociedade em que vive. O trabalhador, despossuído dos meios de produção e que está alienado de todo esse processo, não compreende que é livre apenas para vender a sua força de trabalho e consumir o que lhe é imposto; e que é igual perante a lei somente no plano da abstração. Nesse sentido, Gruppi coloca que Marx nos diz que:

Esses cidadãos todos iguais diante da lei são, na verdade, uma abstração: você, operário, como cidadão é igual ao seu patrão; mas, quando você entra na fábrica, não é mais igual ao patrão, antes pelo contrário, você deixa de ser cidadão. Você conquista os seus direitos de cidadão ao preço de lutas infundáveis e, no entanto, nunca existe igualdade de fato entre o patrão da firma e você, operário. Essa igualdade é forjada criando uma figura formal jurídica, abstrata (a do cidadão), que cinde a unidade do homem, a unidade entre o homem no trabalho e o mesmo homem diante da lei. O cidadão é uma hipótese jurídica, uma forma jurídica. (GRUPPI, 2001, p. 34)

Embora os exemplos nas análises de Marx sejam relacionados ao operariado, podemos transpor a discussão que envolve o Estado e a ideologia para a análise sobre a questão agrária brasileira. O papel ideológico da jurisdição vem delineando a trajetória da questão da terra no Brasil desde a Lei de Terras de 1850. Nesse período, a terra se torna legalmente mercadoria e

o “comércio fundiário” ou o acesso à terra passou a ser restrito aos detentores do poder econômico, os próprios latifundiários, fosse por meio da compra ou por meio da ilegalidade.

No Brasil, desde o século XIX, mas principalmente a partir do século XX, o Estado e a classe dominante agrária brasileira passaram a se organizar de forma mais sistemática. No que concerne aos aspectos políticos e econômicos, grupos se articularam dentro de uma coalização de interesses através da criação de entidades. As duas principais entidades agremiadoras desse período foram a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) e a Sociedade Rural Brasileira (SRB). De acordo com Mendonça (2010), a SNA foi fundada em 1897, com sede no Rio de Janeiro, e revelou-se um importante ator político e estratégico, para as classes dominantes, em torno das questões sobre a agricultura e as políticas agrícolas no século XX.

Já a Sociedade Rural Brasileira, fundada em 1919, em São Paulo, para fazer frente às demais entidades de classe de âmbito regional, bem como à SNA, teve uma participação extremamente ativa junto aos inúmeros contextos de debate nacional sobre a reforma agrária, traduzindo a posição e as ideias do segmento tido como o mais “moderno” da classe dominante agrária brasileira, haja vista a agremiação congregar os poderosos interesses do setor mais industrializados dos “proprietários rurais”, mormente frigoríficos, industriais do setor de beneficiamento alimentício e correlatos, sem nas grandes empresas – nacionais e estrangeiras – que, mais contemporaneamente, passaram a investir igualmente em terras, tanto em São Paulo quanto no restante do país. (MENDONÇA, 2010, p. 32-33)

Essas duas entidades agremiadoras representaram e defenderam os interesses das classes dominantes brasileiras, principalmente entre as décadas de 1950-60-70, ou melhor, marcadamente no período do regime militar. Tanto a SNA quanto a SRB empreenderam uma luta política junto ao regime do Estado ditatorial em defesa da “modernização agrícola” e “contra” os projetos de reforma agrária no país.

Nesse contexto, é a partir da década de 1960 que o Estado, com vistas a servir a essa classe dominante agrária e conter o avanço das revoltas e das organizações sociais camponesas, empreende uma verdadeira “reforma ideológica” através da legislação brasileira. Nesse período, foram criados dois estatutos: o Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4.214 - de 2 de Março de 1963) e o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de Novembro de 1964).

É notório que em ambas as leis haviam embutido um projeto desenvolvimentista em defesa da classe dominante de tal conjuntura, centrado na garantia *da propriedade privada da*

terra (e de sua valorização), da *modernização agrícola* (e consequentemente da *expropriação camponesa*) e da *exploração do “trabalhador rural”*. Pois foi isso o que aconteceu, já que a desapropriação de terras por interesse social e a garantia de melhores condições de trabalho e de vida no campo realmente não existiram. Para tanto, o Estado (capitalista) nacional esteve de prontidão a serviço do agronegócio, pois o mesmo sempre a representou em toda história do país.

Dentro desse mesmo quadro histórico, acirrou-se o conflito de classes com o surgimento de movimentos e revoltas camponesas no Brasil, visto que os camponeses passaram também a se organizar. Após o acontecimento de várias revoltas em meados do século XX, como por exemplo, a Revolta de Trombas e Formoso em Goiás e a Guerrilha de Porecatu no Paraná, surge, a partir das décadas de 1940-50-60, a formação das Ligas Camponesas. Este último movimento citado possui destaque por ter se consolidado e influenciado não apenas o Nordeste, mas todo o país, com a proposta de luta pela terra e pela Reforma Agrária (OLIVEIRA, 1994). Segundo Oliveira (1994, p. 26):

A origem da expressão “Ligas Camponesas” está relacionada ao movimento de organização da região do Recife pelo Partido Comunista do Brasil, durante o seu curto período de legalidade na década de 40. Este movimento decorreu do fato de, na época, os sindicatos rurais serem inconstitucionais. A maioria desses núcleos desapareceu com a colocação do partido na ilegalidade. A “Liga” de Ipatinga, fundada em 3 de janeiro de 1946 em Pernambuco, foi uma das poucas que resistiu ao desaparecimento geral. Na década de 50, mais precisamente no ano de 1954, foi no Engenho da Galiléia, localizado no município de Vitória de Santo Antão, a pouco mais de 60 km de Recife, que praticamente nasceu o movimento conhecido “Ligas Camponesas”. A luta dos galileus foi estruturada contra a elevação absurda do foro, ou seja, contra a alta dos preços dos arrendamentos.

Ao longo dessas primeiras décadas de organização e de luta, com o aumento da espacialização do movimento camponês no Brasil, além do número de conflitos sociais no campo, cresce também o debate sobre a Reforma Agrária. Ainda sobre a formação das Ligas Camponesas, Andrade (2011, p. 307) descreve que o fundador (Francisco Julião) deste movimento:

Achou que a sua maior missão era despertar a grande massa camponesa para a luta, para a tomada de consciência de sua força e de suas necessidades, evitando que as tentativas de solução do problema agrário fossem elaboradas de cúpula, por intelectuais políticos que quase sempre desconhecem a realidade camponesa. Para melhor estruturar as organizações de luta dos camponeses, legalizou a 1º de janeiro de 1955 a Sociedade fundada pelos “galileus” e que existia até então apenas de fato. Apesar de continuar denominada “Sociedade Agrícola Pecuária dos Plantadores de Pernambuco”, é a mesma conhecida em todo o Brasil por seu nome de guerra, bem menos extenso, “Ligas Camponesas”. Este nome tem tanta aceitação que na Paraíba o vocábulo “camponês” identifica os associados das Ligas. A fim de evitar o despejo dos foreiros de Galiléia, Julião apresentou à Câmara Estadual um projeto de lei desapropriando o engenho e teve o mesmo aprovado e sancionado pelo Governador do Estado.

Andrade (ibid) acrescenta:

O exemplo da Galiléia foi um estopim; 1960 as Ligas, que já possuíam associados em 26 municípios pernambucanos da Mata, Sertão e Agreste, alastravam-se rapidamente pela Paraíba, onde surgiram grandes núcleos em Santa Rita, em Sapé, Mamanguape, Guarabira, Pirpirituba, Espírito Santo e outros centros de menor importância.

Além de Pernambuco, as Ligas se especializaram por outros estados do Nordeste, formando numerosos núcleos no Piauí, no Ceará, na área baiana do São Francisco, em Alagoas (primeiros núcleos fundados em Viçosa e Atalaia) e ganhando grande força na Paraíba (ANDRADE, 2011).

O movimento contraditório e conflituoso entre os diferentes interesses de classes provocou uma crescente expansão da repressão e das perseguições para com as lideranças sindicais das Ligas Camponesas. Logo após o golpe militar de 1964, o governo ditatorial, com o objetivo de conter e enfraquecer os movimentos sociais influenciados pelas ideias comunistas, implanta no país uma verdadeira “contra reforma agrária”. Assim, em 30 de novembro de 1964, é aprovada no Congresso Nacional a Lei 4.501, que criava o Estatuto da Terra. Para garantir que o Estatuto da Terra saísse do papel, são criados dois órgãos: o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola (Inda). O fato é que, através dessa lei, estabelece-se no país um projeto de Reforma Agrária, mais ligado à vertente do “desenvolvimento agrícola” (modernização dos latifúndios

e desenvolvimento da agricultura), favorecendo os interesses dos grandes latifundiários (LEITE, 2004), o que não é de se estranhar, já que estes possuíam e possuem presença garantida de seus representantes políticos. O Estatuto da Terra junto ao Estatuto do Trabalhador Rural, aprovado em 1963, teria o papel fundamentalmente ideológico que os militares necessitavam para alimentar o discurso de se realizar a reforma agrária pela justiça social e sem a influência das “ideias vermelhas”.

As ideias impositivas a serem reproduzidas pelo regime militar estavam relacionadas à aceitação da condição de trabalhador rural que poderia vender a sua força de trabalho (com a garantia de direitos trabalhistas) a um grande proprietário (empreendedor rural). Assim, acreditava-se que o camponês se esqueceria da condição de camponês expropriado e do direito a um pedaço de terra para garantir a sua sobrevivência de forma mais digna. Enfim, percebemos essas articulações ideológicas revisando as próprias leis. O Estatuto do Trabalhador Rural surge com o intuito ideológico de condicionar o camponês em mero trabalhador rural a ser explorado pelo agronegócio e não com o objetivo de garantir condições dignas de vida para esta classe. Vejamos, por exemplo, os aspectos que temos discutido através dos grifos no seguinte trecho do Estatuto do Trabalhador Rural:

Art. 1º Reger-se-ão por esta lei, as relações do trabalho rural; **sendo, nulos de pleno direito, os atos que visarem a limitação ou, a renúncia dos benefícios aqui expressamente referidos.**

Art. 2º Trabalhador rural para os efeitos desta é toda pessoa física que presta serviços a empregador rural, em propriedade rural ou prédio rústico, mediante salário pago em dinheiro ou "in natura", ou parte "in natura" e parte em dinheiro.

Art. 3º Considera-se empregador rural, para os efeitos desta lei, a pessoa física ou jurídica, proprietário ou não, que explore atividades agrícolas, pastoris ou na indústria rural, em caráter, temporário ou permanente, diretamente ou através de prepostos.

[...] **Art. 28. Qualquer que seja a forma, tipo ou natureza do contrato, nenhum trabalho rural assalariado poderá ser remunerado em base inferior ao salário mínimo regional.** [grifos nossos] (Lei nº 4.214 - de 2 de Março de 1963)

Materializou-se, assim, uma verdadeira reforma agrícola (e não agrária) que beneficiou os grandes proprietários ruralistas. Dessa forma, as políticas contraditórias desse regime acirraram ainda mais o cenário de violência no Brasil, tornando crescente o número de

mortos em conflitos no campo. Se levarmos em consideração que por um lado os latifundiários eram beneficiados com incentivos fiscais para que ampliassem os limites de suas propriedades dentro dos projetos de colonização, por outro lado, os camponeses e indígenas eram massacrados e seus direitos não saíam do papel. Diante das circunstâncias impostas pelo Regime Militar, se consolidaram dialeticamente um projeto de Reforma Agrária aos moldes da lógica desenvolvimentista (de mercado) e a formação de diversos movimentos sociais ligados ao campo, como por exemplo, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) que, desde a década de 1980, tem obtido maior destaque devido à amplitude de sua atuação no território nacional.

O MST constituiu-se como a representação mais significativa em seu caráter político e organizacional do campesinato após o regime militar (pós-80). Para tanto, se a articulação do MST repercutiu mundialmente, esta se deu como resultado da contraposição ao poder e às imposições das elites nacionais junto ao Estado.

É importante lembrar que as Ligas Camponesas e o MST não foram os únicos movimentos e revoltas no século XX, nem tampouco da história da luta de classes no campo brasileiro. Além das lutas de resistência contra o cativo, empreendidas pelos indígenas e negros escravizados, tivemos importantes lutas camponesas como a Guerra de Canudos, a Guerra do Contestado ou o cangaço (FERNANDES, 1999).

De acordo com Fernandes (1999, p. 40):

A gênese do MST aconteceu no interior dessas lutas de resistência dos trabalhadores contra a expropriação, a expulsão e o trabalho assalariado. O Movimento começou a ser formado no Centro – Sul, desde 7 de setembro de 1979, quando aconteceu a ocupação da gleba Macali, em Ronda Alta no Rio Grande do Sul. Essa foi uma das ações que resultaram na gestação do MST. Muitas outras ações dos trabalhadores sem-terra, que aconteceram nos estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, fazem parte da gênese e contribuíram para a formação do Movimento. Assim, a sua gênese não pode ser compreendida por um momento ou por uma ação, mas por um conjunto de momentos e um conjunto de ações que duraram um período de pelo menos quatro anos.

De 1979 a 1984 aconteceu o processo de gestação do MST. Chamamos de gestação o movimento iniciado desde a gênese, que reuniu e articulou as primeiras experiências de ocupações de terra, bem como as reuniões e os encontros que proporcionaram, em 1984, o nascimento do MST ao ser fundado oficialmente pelos trabalhadores em seu Primeiro Encontro Nacional, realizado nos dias 21 a 24 de janeiro, em Cascavel, no estado do Paraná.

No ano de 1985, os trabalhadores sem-terra, organizados pelo MST, realizaram o seu Primeiro Congresso. Este momento marcou o início da consolidação e da espacialização¹² desse movimento por todo o país. Isso só foi possível pela maneira que foi pensada a organização do MST. Com as experiências ocorridas no passado e no processo de gestação, o movimento pensou em uma articulação que pudesse ser ampliada para todos os estados brasileiros. Segundo Fernandes (1999, p. 86):

O ponto de partida para construir o MST em cada estado foi a organização de uma estrutura básica. Essa estrutura, formada pela coordenação, direção, secretaria e setores, foi concebida desde as práticas das organizações camponesas históricas e, principalmente, das experiências vivenciadas, quando as famílias organizaram comissões e núcleos nos acampamentos e nos assentamentos. Esses ensaios praticados durante anos de luta tornaram-se as referências que delinearam as formas de organização das atividades do Movimento. Desse modo, os sem-terra criaram suas instâncias de representação que são a direção e a coordenação estaduais, as coordenações de assentamentos e acampamentos. Evidente que esse processo foi sendo construído por etapas. O seu começo é a ocupação da terra.

Os trabalhos de organização do MST pelo Brasil foram construídos principalmente através de duas frentes táticas: os trabalhos de base e as ocupações de terra. Esses dois processos permitiram a consolidação de uma metodologia de luta popular que passou a ser utilizada pelas famílias camponesas organizadas em diversas regiões do país. As experiências de luta pela terra e criação de espaços de socialização política possibilitaram que as ocupações de terra se tornassem conquistas de terra, motivando o campesinato brasileiro e impulsionando a espacialização do MST.

No ano de 1986, membros do MST, vindos de Santa Catarina, começaram a realizar atividades e reuniões com famílias na região sul da Bahia. Em 5 de setembro 1987, ocorreu a primeira ocupação empreendida por famílias organizadas pelo MST, que veio a culminar na desapropriação de terras pertencentes à Companhia Vale do Rio Doce. Essa primeira

¹² A utilização conceitual deste processo em nosso trabalho, ao invés da conceituação do processo de territorialização (utilizado por Bernardo Mançano Fernandes em sua tese de doutorado), será explicada no próximo capítulo.

conquista marcou o início do movimento no Nordeste brasileiro (FERNANDES, 1999).

Simultaneamente, nesse mesmo período, o MST também organizou ocupações de terras nos outros estados do nordeste: Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão. Além do Nordeste, outros estados foram palcos de lutas: Goiás, Rondônia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Como podemos ver, no período de 1985 a 1990, o MST conseguiu se espacializar por 19 estados. Na maior parte destas ocupações de terras ocorridas em todo o Brasil, o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) esteve presente através da organização dos camponeses, reunindo-os em grandes romarias e colaborando com os trabalhos de base. Outros aliados do MST nos conflitos por terra foram os sindicatos estaduais de trabalhadores rurais (FERNANDES, 1999).

A CPT surgiu em 1975 no período de repressão da ditadura militar. Inspirada na Teologia da Libertação, a CPT traçou o objetivo de formar grupos de militantes da Igreja Católica para apoiar a luta dos camponeses por terra, por liberdade, por condições dignas de vida e contra a violência no campo. A criação e a espacialização da CPT pelo país foram de extrema importância no processo de luta em defesa dos camponeses pobres e explorados. O fato de a CPT ter sido reconhecida como um organismo ligado à linha missionária da CNBB lhe permitiu certa “imunidade” ao duro regime. Assim, o “caminho livre” em tempos de repressão, unido à autonomia desta instituição pastoral na atuação e na organização de seus trabalhos junto ao povo oprimido, fez da mesma uma grande aliada do MST (MITIDIERO JUNIOR, 2008).

O contexto de consolidação e de espacialização do MST se desenvolveu ao longo do período de transição entre o regime ditatorial e o regime “democrático”. Por conta das pressões populares em prol de um modelo político democratizante e das pressões materializadas através dos conflitos e da violência que assassinava dezenas de trabalhadores ligados ao movimento camponês, é lançado, em 1985, o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). De acordo com Mendonça (2010, p. 92-93):

O PNRA buscava, a princípio, atender às demandas sociais mais urgentes no âmbito rural, visando a desapropriações que permitissem o assentamento de trabalhadores sem terra nas áreas de maior potencial de conflito do país, sobretudo o Norte-Pará e Maranhão – e o Nordeste. Sintomaticamente, no entanto, os mais virulentos ataques ao PNRA partiram – para a surpresa de seus idealizadores – não de latifundiários “tradicionais”, mas justamente de

São Paulo, capitaneando outros Estados “desenvolvidos” do Sul e Sudeste. Significativamente, a proposta do PNRA foi dada a público no decorrer do IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, o que em si mesmo já se constitui num fato politicamente relevante, posto acenar com novas possibilidades de ação fundiária. Ao mesmo tempo, como afirma Graziano da Silva (1985, p. 10), “Talvez este tenha sido o grande susto dos latifundiários: ver o governo expor publicamente sua proposta de reforma agrária num congresso de trabalhadores! Eles queriam ser ouvidos antes, para conchavar, mudar o que não lhes interessava...”.

Embora o lançamento do I PNRA tenha de imediato contrariado os interesses de setores da classe dominante agrária, este plano viria a ser criado mais com o objetivo de mediação de conflitos do que com o objetivo de se realizar uma verdadeira redistribuição de terras, assim como ocorrera com os estatutos da terra e do trabalhador rural na década de 1960. Ao mesmo tempo em que o PNRA abria uma brecha legal (pelo menos no plano ideológico) para as reivindicações do MST, garantia também a não radicalização e o apassivamento da classe camponesa. É importante destacar que a proposta em si do I PNRA possibilitaria grandes transformações no meio rural, no qual geraria maior distribuição de renda e melhores condições de trabalho no campo. Claro que isto seria contraditoriamente viável e não viável ao modelo capitalista e desenvolvimentista em nosso país. O PNRA, com a ideia de desapropriação de terras (improdutivas) por função social, “pisou diretamente no calo” dos latifundiários, que imediatamente se organizaram para defender os seus interesses através de uma nova organização: a União Democrática Ruralista (UDR).

O fato é que logo após a redemocratização do país em 1985, poucos aspectos foram alterados em lei no I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA) pautado no Estatuto da Terra de 1964. Segundo Feliciano:

O 1º Plano Nacional de Reforma Agrária ficou estruturado em duas partes: uma relativa aos pressupostos da reforma agrária e a segunda sobre a reforma agrária. A primeira parte do plano debatia a necessidade da reforma agrária, seus princípios básicos como estratégia governamental, entre outros. A segunda, que tratava diretamente da reforma, possuía quatro capítulos: 1) objetivos e metas; 2) áreas prioritárias; 3) estratégias de ação; 4) recursos e financiamentos. (2006, p.40)

Apesar das propostas positivas do I PNRA com a meta de assentar 1,4 milhão de

famílias, o mesmo fracassou, assentando apenas 69.778 famílias (FELICIANO, 2006). Como já vimos anteriormente, esse plano foi “enterrado” por ter perdido a batalha parlamentar, dando lugar à Constituinte de 1988 que incorpora “vitoriosamente” um caráter mais reacionário conquistado pela “bancada ruralista” com o apoio da UDR - União Democrática Ruralista - (OLIVEIRA, 2007).

Segundo as lideranças da UDR, a agremiação teria nascido em junho de 1985, a partir de reuniões promovidas com destacados pecuaristas do Estado de Goiás, marginalizados do processo de “modernização conservadora” da agricultura brasileira. Vale registrar que Plínio Junqueira Jr., um dos fundadores, era, ele próprio, um grande pecuarista da região paulista do Pontal do Paranapanema, desapropriado no bojo de uma política de reforma agrária levada a cabo na gestão Franco Montoro, sob a liderança do então secretário estadual de Agricultura, José Gomes da Silva (que, como vimos, fora um dos arquitetos do PNRA à frente do Mirad/Incrá) (*Senhor*, 3/6/1986: p. 27). Deslocando-se para Goiás, Junqueira Jr. encontraria novos horizontes para sua ação política, uma vez que as associações de pecuaristas da região – sem falar na própria federação de agricultura goiana – já se movimentavam para reagir contra o PNRA. Dentre essas lideranças, destacava-se o médico Ronaldo Ramos Caiado, descendente de tradicional família de fazendeiros e políticos de Goiás (Pilatti, 1988: p. 64). Do encontro de ambos surgiria a UDR. (MENDONÇA, 2010, p. 125)

A UDR surge como uma nova entidade representativa da classe dominante agroindustrial no período de “transição política”. Em seu projeto, não trouxe nada de novo se comparada com outras entidades de classe, como a SRB e a SNA, nascidas em décadas anteriores. A UDR foi uma entidade resultante das articulações de uma classe dominante “não tradicional” no meio político nacional, que passou a agir politicamente num contexto mais recente, e, de início, desligada das classes agroindustriais já influentes em todo o país. Entretanto, essa agremiação (UDR) conseguiu se expandir rapidamente pelo território nacional e conquistar a aliança de entidades de classe que anteriormente demonstraram rejeição pela mesma.

Além de conseguir conchavar e liderar as entidades da classe dominante agrária do país no combate contra o PNRA “e em prol das forças conservadoras no âmbito da ANC, o principal tento da UDR parece ter sido sua afirmação partidária” (MENDONÇA, 2010, p. 191). A UDR “inovou” enquanto entidade, pois, apesar de recente, ganhou espaço na Assembleia Nacional Constituinte. Outra “inovação” foi o caráter violento com o qual

defendeu o seu jogo político e respondeu aos embates contra a Igreja e às ocupações de terra realizadas pelos sem-terra liderados pelo MST. As ações extremistas da UDR incentivaram um violento e repressor movimento contra à reforma agrária a partir das décadas de 1980-90.

Na criação da Constituinte de 1988, ficou definido em Lei o direito dos camponeses obterem imóveis rurais de terras públicas e/ou devolutas através de desapropriação como forma de realização da Reforma Agrária. Com o reconhecimento institucional concedido pelo governo (através do Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA), estes camponeses ganharam o direito de serem assentados na terra. Na prática, o Estado não assegurou nem assegura estes direitos, ou seja, não houve em toda história uma reforma agrária de fato, mas sim, uma luta pela terra e pela reforma agrária.

Seguindo a cronologia, é a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995) que se torna mais intensa no Brasil a tentativa político-ideológica de despolitização da luta camponesa. Carlos Alberto Feliciano (2006) é quem traz uma interessante interpretação, colocando que esse processo se dá através da criação de três espaços: o espaço legal, que está relacionado à repressão empreendida às ações dos movimentos camponeses que venham infringir as leis contidas na Constituição Federal; o espaço institucional baseia-se na criação de mecanismos políticos, científicos e ideológicos que defendam as propostas governamentais concernentes ao desenvolvimento do capitalismo na agricultura, como também na apresentação dos processos de luta e reivindicações do movimento camponês pela democratização do acesso a terra como algo atrasado; e o espaço imaginativo como o processo construído pelo qual o governo federal, principalmente através dos meios de comunicação, legitima e dissemina as ideias de que o modelo de reforma agrária que está posto na Constituição é o projeto ideal para o país, e conseqüentemente, constrói-se uma imagem de depreciação e de criminalização do movimento camponês.

Não se sabe ao certo o número de famílias assentadas no governo FHC e nos demais governos, já que no meio acadêmico os estudiosos põem em discussão autenticidade dos dados cadastrados pelo INCRA. Segundo Oliveira (2006, p. 196):

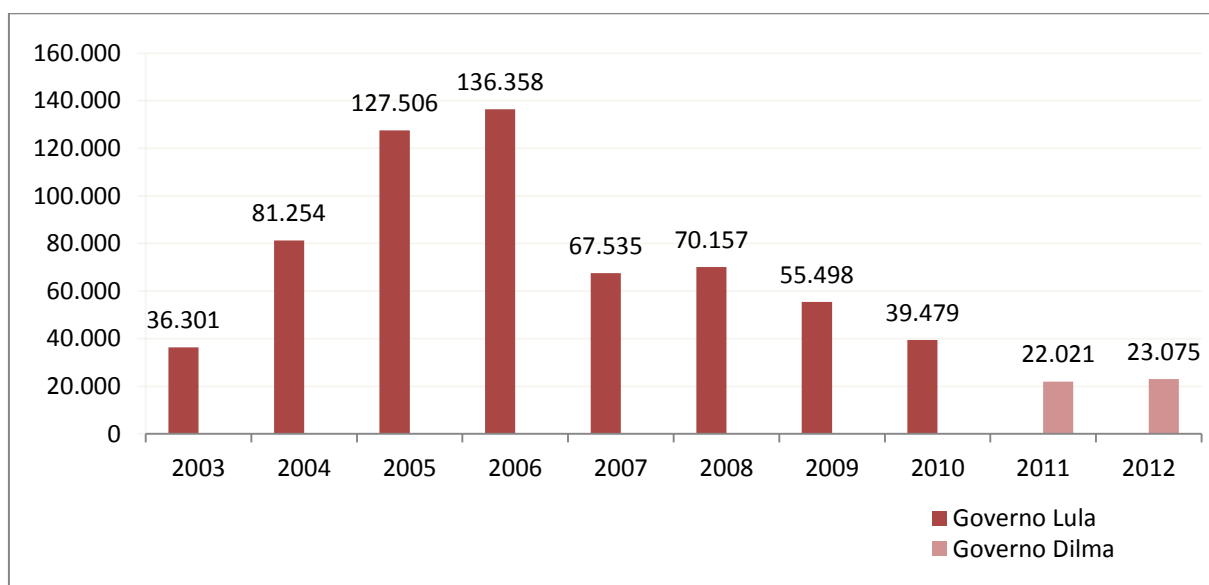
É praticamente impossível hoje calcular-se o número total de assentados da reforma Agrária, pois no governo FHC, os adeptos da “matemagia” do Cadastro do INCRA alteraram a base cadastral dos dados do SIPRA. Isto quer dizer o seguinte: somente um novo censo nacional dos assentamentos de colonização, reforma agrária e regularização fundiária permitiria restaurar a base estatística dos dados do INCRA. Repito mais uma vez, no INCRA o

Cadastro é, em minha modesta opinião, a “caixa preta” de muitas “operações escusas”. Por exemplo, ninguém lá, exceto o “homem do cadastro” sabe das coisas. Aliás, já é hora dos movimentos sociais começar a cobrar a transparência, visibilidade nas operações do INCRA. O INCRA é parte do Estado brasileiro e não propriedade de governo ou de “alguns funcionários”. Até arriscaria dizer que o MDA/INCRA está “enganando até o Presidente da República” com esses números e acha que poderiam enganar também os movimentos sociais e a sociedade civil inteira. Curiosamente, quando se compara os números inflados de FHC com os de LULA, verifica-se que a capacidade de inflar dados da reforma agrária do MDA/INCRA foi aperfeiçoada, pois o “balão” está mais alto.

O INCRA, como instituição representativa do Estado, constituiu-se como mediador em casos de ocupações de terra e possíveis conflitos. Ao lado, ou à frente (ou atrás) do poder judiciário passou a desempenhar um papel “burocratizador” do acesso a terra, pois, através do discurso da legalidade constitucional, na maioria dos casos de disputa pela terra, acaba favorecendo aos interesses das elites latifundiárias e do capital.

De acordo com Oliveira (2006), há uma inflação nos dados do INCRA/MDA sobre a criação de assentamentos referentes aos governos de FHC e de Lula. Segundo os dados do INCRA, organizados por (OLIVEIRA, A.U.; USP; ABRA; e IANDÉ, 2006) e apresentados por Oliveira (2006), foram assentadas em todo governo FHC (1995-2002) 524.380 famílias, e nos três primeiros anos do governo Lula (2003-2005) já havia 245.073 famílias. Se consultarmos os dados mais recentes do INCRA, teremos os seguintes números:

Gráfico 1: Brasil – Reforma Agrária – Nº de Famílias Assentadas (2003-2012)



Fonte: DT/Gab-Monitoria - Sipra Web 31/01/2013 – INCRA. Org.: SILVA, D. P. O. 2013.

Agora notaremos que, de acordo com INCRA, em seus dois mandatos (2003-2006/2007-2010), o governo Lula “assentou” 614.088 famílias em todo do país. Já o governo Dilma teria “assentado” 45.096 nos dois primeiros anos de seu primeiro mandato. No período do governo Lula, o MST fez denúncias afirmando que os números dos dados do INCRA não condiziam com a realidade. Condizentes ou não, o número de famílias assentadas passou longe do proposto pelo II PRNA¹³. Com relação ao governo Dilma, o MST demonstrou descontentamento com o ínfimo número de famílias assentadas nos dois primeiros mandatos. De fato, com a subida do PT ao poder, a relação de apoio, ou melhor, a aliança entre o MST e o “PT” fez gerar sérias contradições internas ao movimento, como colocam Veltmeyer e

¹³ Quanto aos assentamentos novos relativos à Meta 1 do II PNRA, verificou-se que 8,18% deles ficou com a região Norte; 17,30% com o Nordeste, destaque para os estados do Maranhão e Piauí com mais de 11 mil famílias assentadas; 7,46% com o Centro Oeste, perfazendo as três regiões um total de mais de 92% dos assentamentos da Meta 1 realizados. Para as regiões Sudeste e Sul, ficaram os percentuais ínfimos de 2,26% e 0,49% respectivamente. Como se vê pela distribuição territorial, nada de se fazer reforma agrária onde domina o agronegócio. Quando se procede a comparação entre os assentamentos efetivamente realizados e a distribuição pelas SR das metas previstas para o cumprimento da Meta 1 do II PNRA, o resultado revela mais discriminação territorial. Na região Sul, menos de 12% da meta foi atingida. Na região Sudeste e na região Centro Oeste, os percentuais foram parecidos: de 35% e 34%. Na região Nordeste, por sua vez, o percentual ficou em 55% e na região Norte em 30%.. [...] Como se pode verificar, a distribuição das ações efetivas de reforma agrária está coerente com a concepção da não reforma agrária do MDA/INCRA que, por sua vez, bate integralmente com a concepção dos principais assessores do governo LULA. Portanto, a reação forte do MDA/INCRA contra o MST deveu-se única e exclusivamente ao fato de que a crítica feita atingira totalmente o ponto frágil da gestão do MDA/INCRA: o não cumprimento das metas do II PNRA (OLIVEIRA, 2006, p. 192-194).

Petras (2008, p. 111):

No Brasil, assim como no Chile, no Peru e em outros lugares, o Estado tornou-se a principal fonte de financiamento de projetos e extensão rural – para incorporar as localidades e as comunidades dos pobres rurais (os trabalhadores rurais sem-terra, camponeses proletarizados e população indígena) – no processo de desenvolvimento. Outras consequências desta aliança estratégica inter-setorial com a “sociedade civil” é uma aparente moderação ideológica da liderança do MST, passando ao largo da luta de classes por meio o cooperativismo e de diversos esforços para alcançar uma mudança na política governamental “por dentro”, e a parcial conversão de um movimento social em uma ONG.

As consequências para o movimento camponês de alianças eleitorais com regimes neoliberais e pseudo-esquerdistas ou de centro-esquerda têm sido um desastre político e organizacional no Brasil, no Equador, na Bolívia e no Peru. No Brasil, a aliança do MST com Lula o afastou dos sindicatos do setor público e paralisou a luta pela reforma agrária.

É bem verdade que, para além dos esforços e das conquistas do MST, no que concerne à reforma agrária no Brasil, o problema da questão agrária não foi resolvido. Além das contradições em que o movimento hoje se encontra, a concentração de terra é ainda muito presente. Embora o número de famílias assentadas nas duas últimas décadas tenha sido significativo, o processo de concentração fundiária tem demonstrado um constante crescimento, impulsionado pela posse ilegal de terras e pelo agronegócio.

Todavia, a luta do movimento camponês não parou. Ela continua, seja na bandeira do MST ou na bandeira dos demais movimentos sociais, visto que ainda não houve e não há uma verdadeira Reforma Agrária, mas sim, uma contínua luta pela mesma. Luta esta que se metamorfoseia ao longo da história nas contradições inerentes à própria luta de classes, por meio da qual a classe camponesa tem resistido frente às ações de uma perversa classe dominante, de um Estado capitalista e de suas articulações ideológicas estrategicamente impostas diante da lógica global de reprodução ampliada do capital. A prova disso são os próprios dados que revelam a permanência dos conflitos e mortes no campo.

Os conflitos e as mortes de camponeses e lideranças ligadas ao MST e demais movimentos tornaram-se comuns em todo o país. Por esse motivo, desde 1985, a CPT vem também fazendo um trabalho de pesquisa e registro dos dados de conflitos no campo por todo Brasil. Para tanto, com intuito de evidenciarmos de fato a luta de classes no campo,

organizamos um quadro comparativo com os dados dos *conflitos de terra* nos últimos 20 anos:

**Quadro 1: Quadro Comparativo
Conflitos de Terra no Brasil
(1992-2012)**

Conflitos de terra	Nº de conflitos*	Assassinatos	Pessoas envolvidas	Hectares conflitivos
1992	361	35	154.223	5.692.211
1993	361	42	252.236	3.221.252
1994	379	36	237.501	1.819.963
1995	440	39	318.458	3.250.731
1996	653	46	481.490	3.395.657
1997	658	29	477.150	3.034.706
1998	751	38	662.590	4.060.181
1999	870	27	536.220	3.683.020
2000	564	20	439.805	1.864.002
2001	681	29	419.165	2.214.930
2002	743	43	425.780	3.066.436
2003	1.335	71	1.127.205	3.831.405
2004	1.398	37	965.710	5.069.399
2005	1.304	38	803.850	11.487.072
2006	1.212	35	703.250	5.051.348
2007	1.027	25	612.000	8.420.083
2008	751	27	354.225	6.568.755
2009	854	25	415.290	15.116.590
2010	853	30	351.935	13.312.343
2011	1.035	29	458.675	14.410.626
2012	1.067	34	460.565	13.181.570

Fonte: Setor de Documentação da Comissão Pastoral da Terra

Org.: SILVA, D. P. O. 2013

* O número de conflitos é a soma das ocorrências dos Conflitos por Terra, Ocupações e Acampamentos.

O quadro comparativo acima revela que há um crescimento, ao longo das duas últimas décadas, nos números de conflitos de terra no campo brasileiro. Todavia, é importante ressaltar que os dados trabalhados neste quadro não se referem a todos os números de

conflitos no campo. Não foram incluídos os dados que informam os números de conflitos trabalhistas (inclusive trabalho escravo), conflitos por água e demais conflitos ocorridos no campo brasileiro.

O fato é que, mesmo diante de um processo, no qual tantos atores estão envolvidos no desenvolver das relações contraditórias e de (re)pressão à existência da luta camponesa, o movimento camponês tem resistido e se diversificado em suas ações e lutado por sua sobrevivência e por sua ampliação no espaço geográfico, construindo novas territorialidades e sociabilidades.

A luta pela terra e pela Reforma Agrária tem possibilitado a obtenção de resultados com as conquistas de implantação de Projetos de Assentamentos. A partir daí, surge para os camponeses assentados a “oportunidade” de produzir através da obtenção de créditos fundiários, visto que o camponês, logo após a posse da terra, é induzido aos empréstimos, e geralmente, devido à ausência de assistências técnicas e outras políticas públicas, acaba no endividamento (SILVA; MITIDIERO JUNIOR, 2010). O latifundiário é desapropriado e indenizado. Este comercializa sua propriedade com o Estado, dentro do modelo denominado de Reforma Agrária de Mercado. O capital obtido nesta negociação geralmente é convertido nos investimentos em novos meios de produção, como por exemplo, propriedades de terra em outras regiões do país. Dessa forma, observa-se que no Brasil a Reforma Agrária surgiu e tem sido aplicada como uma medida paliativa que serve mais aos interesses do modo de produção capitalista do que às questões que envolvem a agricultura.

Nesse sentido, é óbvio que se formos analisar os números (mesmo inflados), veremos que houve a criação de diversos Projetos de Assentamentos (PA's) em todo o país. PA's que possibilitaram a construção de uma vida mais digna para os camponeses pobres e antes expropriados, a oportunidade de melhor organicidade na luta, ou ao menos, a obtenção de uma moradia. Todavia, esses números foram e ainda são muito pequenos se levarmos em consideração a extrema desigualdade na distribuição de terras ou na distribuição de renda e a concentração de poder nas mãos de poucas famílias da classe dominante que estão distribuídas pelos estados brasileiros.

O que se conquistou foi fruto de muitos conflitos e de mortes no campo. As conquistas são fundamentais no prosseguimento da luta, mas também é fruto das próprias contradições da luta de classes. É o que alimenta o contentamento (ou o consenso social) com as “migalhas” que o modelo de sociedade capitalista pode oferecer por intermédio do Estado e de seu aparato ideológico institucional. Sobre isso, Mészáros (2004, p. 145) nos dá suporte

teórico quando indica que:

É claro que a própria tentativa de eliminar as contradições da base material por meio da manipulação superestrutural é contraditória. Entretanto, embora seja ilusório esperar a superação dos antagonismos materiais básicos da sociedade utilizando-se tais medidas, ainda que a eclosão das contradições mais agudas possa ser postergada com sucesso por algum tempo, seria absurdo minimizar a eficácia prática da manipulação do Estado para criar um consenso em relação às crenças ideológicas.

Diante desse quadro, torna-se difícil enxergar a possibilidade de mudança estrutural. Mesmo assim, o MST, movimentos dissidentes do MST e outros tantos movimentos camponeses têm construído historicamente suas formas de ação perante esse quadro social desfavorável. O MST construiu um reconhecimento nacional e mundial através de suas efetivas ações e conquistas, organizando os trabalhadores rurais e os camponeses pobres em todo o território nacional. Porém, as contradições que envolvem a luta pela terra fizeram surgir novas bandeiras de luta. Contradições estas que permeiam a própria dinâmica da luta de classes, no avanço ou no recuo da classe camponesa ou da classe dominante.

A discussão que este estudo desenvolve compreende a relação de uma série de processos que derivam de movimentos mais recentes, surgidos através de grupos dissidentes do MST. Particularmente, um destes movimentos nos provocou o anseio em tomá-lo como referência no estudo da espacialização da luta pela terra no Nordeste: a Liga dos Camponeses Pobres (LCP).

O interesse pelos estudos calcados nesse viés geográfico é algo recente. Entretanto, já existem alguns trabalhos de dissertações e teses produzidas por estudiosos da Geografia¹⁴. Por intermédio destes estudos foi possível aprofundar o conhecimento sobre “novos” movimentos (bandeiras) de luta pela terra e pela reforma agrária, a exemplo do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST) e tantos outros.

Com bandeiras, discursos e programas agrários diferenciados, cada um com suas particularidades, esses movimentos sociais do campo traçam caminhos com métodos de ação e objetivos semelhantes. Coube a este estudo a investigação sobre como as propostas de ação

¹⁴ (MITIDIERO JUNIOR, 2002); (LIMA, 2006); (LIMA, 2011); (FELICIANO, 2006).

da LCP se espacializaram pelo Nordeste. Sobre como essa diversificação da luta pela terra tem colaborado (ou não) para a efetiva aplicação da Reforma Agrária a partir da análise das transformações territoriais, ou, se entre o discurso e a prática, as ações desse movimento apenas sucumbem nas contradições da conjuntura atual.

CAPÍTULO 2 – A FORMAÇÃO E A ESPACIALIZAÇÃO DA LIGA DOS CAMPONESES POBRES (LCP) NO BRASIL

A *Liga dos Camponeses Pobres (LCP)* é um movimento camponês de luta pela terra que surgiu logo após o episódio comumente intitulado de “Batalha de Santa Elina”, ou mais popularmente conhecido como o “Massacre de Corumbiara”. Este conflito ocorreu em 9 de agosto de 1995, no município de Corumbiara, Estado de Rondônia. De acordo com estudos que aqui servirão de referência e em publicações da LCP, 600 famílias, acampadas na Fazenda Santa Elina, foram atacadas pela Polícia Militar (3º Batalhão de Vilhena e COE – Comando de Operações Especiais) e por bandos de pistoleiros. Anterior ao Massacre do Eldorado dos Carajás (1996), o Massacre do Corumbiara tornou-se um dos conflitos mais marcantes da história recente da luta pela terra no país e se faz necessário conhecê-lo mais profundamente para entender sua relação com a formação da LCP.

O conflito da Fazenda Santa Elina é o marco inicial do qual partiremos em nossa discussão sobre a formação e espacialização da LCP pelo território nacional. Para tanto, o objetivo principal deste trabalho centra-se no estudo da formação e atuação da LCP no Nordeste. Nesse sentido, seria impossível tratar desse movimento sem conhecer, mesmo que de forma não tão aprofundada, a sua origem e outros aspectos que envolvem a sua atuação, como por exemplo: princípios, teses, programa agrário, ramificações, conflitos e mortes no campo. Estes e outros aspectos foram pesquisados em obras, em textos acadêmicos, nas publicações da LCP e nos trabalhos de campo.

2.1. Precedentes históricos da formação da LCP: a “Batalha de Santa Elina” ou o “Massacre de Corumbiara”?

Quando nos referimos ao conflito de Santa Elina/Massacre de Corumbiara, a tese¹⁵ da professora Helena Angélica de Mesquita, defendida na USP em 2001, aparece como a principal referência para nós que procuramos entender o que realmente ocorreu antes, durante

¹⁵ A tese resultou na publicação do livro *A luta pela terra no país do latifúndio: o massacre de Corumbiara/Rondônia*, que foi publicado em 2011 pelo Conselho Editorial DEPECAC da UFG (Universidade Federal de Goiás).

e depois do dia 9 de agosto de 1995. O trabalho resultado de seus estudos é primoroso não só pela forma árdua e fidedigna com a qual a pesquisadora procurou desenvolver, mas pelo comprometimento que se mostrou com a luta e o sofrimento das famílias camponesas marcadas por momentos de terror.

De acordo com Mesquita (2001), as centenas de famílias que ocuparam a Fazenda Santa Elina chegaram à área em caminhões no dia 14 de julho de 1995. Os caminhões saíram de diversas partes do município de Corumbiara e as famílias levaram consigo tudo o que possuíam. A área escolhida para montar o acampamento foi estratégica e ficava junto à área comunitária do Projeto de Assentamento Adriana. Segundo Mesquita (2001, p. 92-93):

A escolha da área para a ocupação e do local exato para montar o acampamento foi estratégica por várias razões: primeiro, porque os acampados precisariam de água potável e ali havia um pequeno riacho com águas cristalinas. Segundo, porque a área era próxima do PA Adriana: dois dos mobilizadores eram lá assentados e muitos moradores dali apoiaram a ocupação e ajudaram os companheiros. Naquele PA, os acampados da Santa Elina encontrariam ajuda e guarida em caso de ataque. Terceiro, porque a área do lote 99 era muito fértil, e poderiam plantar suas roças imediatamente. Essas eram as razões mais relevantes, segundo os próprios coordenadores.

No dia 15 de julho de 1995, já haviam sido levantados 50 barracos para abrigar as famílias. Comissões de saúde, limpeza, alimentação, cozinha, segurança, mulheres, jovens e ecumênica foram formadas para organizar e dar funcionamento ao acampamento. Neste mesmo dia, grupos de homens começaram a derrubada de árvores para fazer a roça, embora já houvesse alimentos suficientes para um período de dois meses e a cada dia chegavam mais famílias e alimentos (MESQUITA, 2001).

A mobilização para a ocupação da Fazenda Santa Elina ocorreu de forma rápida por vários motivos, são eles: a) grande número de trabalhadores desempregados na região; b) os exemplos motivadores de lutas e conquistas da terra como, por exemplo, os assentamentos Adriana, Verde Seringal e Vitória da União; c) a credibilidade e a confiança que as famílias tinham em seus mobilizadores. Entre os mobilizadores/lideranças da ocupação:

Adelino Ramos foi figura importante na ocupação que resultou no PA

Adriana, inclusive era assentado ali. Cícero Pereira Leite Neto também era pessoa conhecida e tem muita facilidade de comunicação. Os dois fizeram parte da coordenação do MST sendo que Cícero chegou a fazer parte da coordenação nacional. Junto aos dois ainda estavam Claudemir, filho de Adelino, o Prof. João, secretário do STR de Corumbiara e outras pessoas, moradores do PA Adriana. (MESQUITA, 2001, p. 87)

Podemos identificar em Mesquita (2001, p. 88), através do relato do Prof. João, que a mobilização e a ocupação não tiveram o apoio do MST, visto que algumas lideranças eram ex-integrantes deste movimento. A CPT e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia (FETAGRO) também não cederam apoio pelas mesmas questões. Do outro lado, a reação da classe dominante foi imediata. De acordo com Mesquita:

Enquanto os posseiros organizavam o seu acampamento, os fazendeiros já agiam. Especialmente Antenor Duarte do Valle que pressionava a justiça e a polícia. O processo de reintegração de posse foi sumário. Alguns fazendeiros, vizinhos da Santa Elina, obtiveram na justiça, liminar de Interdito Proibitório. Vale dizer que estas fazendas deveriam então, ter guarda da PM e se elas fossem invadidas por sem terra, a reintegração de posse seria sumária. A liminar de reintegração de posse da Santa Elina também foi sumária (ver anexo 2a) três dias depois da ocupação já existia liminar de manutenção de posse e no mesmo dia a PM já estava na área para fazer cumprir a mesma. (MESQUITA, 2001, p. 96-97)

No dia 18 de julho, o juiz emitiu a liminar de manutenção de posse e enviou um ofício determinando escolta policial para auxiliar o oficial de justiça no trabalho de dar ciência da liminar aos acampados e fazer cumpri-la. No dia seguinte (19), os posseiros resistiram à ação da justiça e conseguiram frustrar a primeira tentativa de desocupá-los da área.

No dia 20/07 o mesmo juiz substituto enviou o ofício número 250/95 (ver anexo 2c) requisitando reforço policial para o cumprimento da liminar, mas o juiz recomendou ponderação e cautela. Quando o juiz titular, Glodner Luiz Pauletto, reassumiu seu cargo, encaminhou o ofício número 224/95 ao comando geral da PM em Porto Velho (ver anexo 2d) reiterando os ofícios anteriores, o primeiro dirigido ao comando de Colorado do Oeste e o segundo dirigido ao próprio capitão Mena Mendes. O ofício foi expedido em 01/08 e recebido no mesmo dia pelo comandante geral da PM no Estado coronel Wellington Luiz de Barros

Silva em Porto Velho. Nessa data a COE já estava se preparando para ir à Corumbiara. (MESQUITA, 2001, p. 99-100)

No dia 31 de julho, uma comissão¹⁶ de representantes de instituições governamentais esteve no acampamento para negociar com as lideranças. A proposta era a de deslocar os acampados de Santa Elina para outra área de 500 ha que seria utilizada como uma lavoura comunitária. Os camponeses ficaram esperançosos com a proposta, principalmente pelo fato de que se poderia resolver pacificamente, mas esta comissão não teve tempo de agir. O senhor Antenor Duarte, representante do proprietário¹⁷ da fazenda, queria de imediato a intervenção policial, e para tanto, tinha o apoio da oligarquia rondoniana, da justiça e dos militares.

No intervalo de tempo entre o dia da ocupação e o dia 09 de agosto, a PM estudou a área, realizando até sobrevoos com aviões, os jagunços percorriam a região, ameaçando camponeses e apoiadores, e a cada dia que passava a tensão aumentava. Na véspera (08/08), após conversa com o major, os camponeses comemoram pensando ter vencido mais uma batalha, mas, nesse mesmo dia, a PM isolou a área para que nenhuma informação transitasse para dentro ou para fora do acampamento. “Para fazer cumprir a liminar de manutenção de posse da Santa Elina, foram convocados os policiais de Vilhena, Cerejeiras, Colorado do Oeste e a Companhia de Operações Especiais de Porto Velho” (MESQUITA, 2001, p. 106).

O “poder bélico” de ambos os lados do conflito configurava-se da seguinte maneira:

a) Entre os camponeses:

Suas armas de defesa e caça eram dois revólveres, um calibre 38 e outro 22 e espingardas velhas que usavam para a caça (...) e as ferramentas de trabalho, inclusive motosserras, emprestadas por quem queria ajudar. O que a polícia, o Inquérito Policial Militar (IPM), o Inquérito Civil (IPL) e o júri chamou de bombas de “fabricação caseira” eram colmos de bambu recheados de pregos, parafusos, pedrinhas e pólvora com pavio de trapo. Segundo informações dos posseiros, eles nem tiveram tempo de usá-las. (MESQUITA, 2001, p. 105)

b) Entre a força repressora:

(...) as armas da PM, somente de policiais do 3º BPM, foram: cento e setenta

¹⁶ Representantes do ITERON, do INCRA e o secretário do governador.

¹⁷ Sr. Hélio Pereira de Moraes.

e cinco revólveres calibre 38; doze escopetas de calibre 12; cinco metralhadoras de 9 mm; quatro pistolas; cinco mosquetes calibre 7,32; e cinco carabinas. Isso sem contar as armas da COE, dos PM que estavam de férias e estavam a serviço do fazendeiro, e ainda as armas e munições dos jagunços e da chamada PM2. Somente parte das armas da PM foram (*sic!*) periciadas e três provas de balística foram positivas. As três balas saíram de revólveres de PM e foram encontrados (*sic!*) nos corpos de Hercílio e José Marconde, os sem terra que foram executados na figueira. (MESQUITA, 2001, p. 105)

Segundo Mesquita, com a ação da polícia uma guerra se anunciava. Ou melhor, um massacre se anunciava camuflado no silêncio da noite. O ataque ao acampamento ocorreu na noite do dia 09 de agosto. Os camponeses foram pegos de surpresa, pois acreditavam que haviam feito um acordo com o major da PM.

O acampamento foi cercado quando ainda estava muito escuro, foram usadas bombas de efeito moral, tiroteio por longas horas com armas muito pesadas, mulheres foram usadas como escudo humano pelos policiais e por jagunços. Segundo relatos um grande número de jagunços, alguns vestidos como policiais entraram infiltrados no meio das tropas e muitos homens estavam encapuzados. O acampamento foi totalmente destruído e depois incendiado... Não sobrou nada do que os camponeses haviam levado para começar o que seria uma vida nova. Tudo se transformou em pesadelo. (MESQUITA, 2001, p. 114)

De acordo com outro pesquisador¹⁸, que também estudou o conflito de Corumbiara em seu mestrado, inclusive utilizando bastante os estudos de Mesquita (2001):

A ação “enérgica” da PM em conjunto com os pistoleiros que comprovadamente atuaram no conflito resultou na morte de mais de uma dezena de camponeses: 1) Vanessa dos Santos Silva (de apenas 7 anos), 2) José Marcondes da Silva (51 anos), 3) Ari Pinheiro dos Santos (33), 4) Ercilio Oliveira Campos (41), 5) Alcindo Correia da Silva (55), 6) Odilon Feliciano, 7) Enio Rocha Borges, 8) Nelci Ferreira, 9) Maria Bonita (31) e 10) Sérgio Rodrigues Gomes (32). Na lista dos mortos, a CPT incluiu mais três nomes, Oliveira Inácio Dutra, morto em 02/11/95, no Hospital Regional de Vilhena, com acidente vascular cerebral, em consequência das lesões sofridas no conflito e Jesus Ribeiro de Souza, morto em 29/11/95. O atestado

¹⁸ Márcio Marinho Martins. Sua dissertação de mestrado em Geografia foi intitulada *CORUMBIARA: MASSACRE OU COMBATE? A luta pela terra na fazenda Santa Elina e seus desdobramento*, e defendida em 2009 na Universidade Federal de Rondônia.

de óbito expedido pelo cartório de Corumbiara da como causa da morte "o conflito de sem terra com PM". O jovem Darli Martins Pereira, de 18 anos, que continua "desaparecido" até hoje. (MARTINS, 2009, p. 64)

Além das mortes e dos "desaparecimentos" de camponeses ocorridos no conflito, centenas de camponeses ficaram com sequelas por conta das mortes de seus entes e companheiros, da violência brutal, das torturas físicas e psicológicas sofridas no acampamento e na cadeia. Meses depois, mais precisamente no dia 16/12/1995, houve ainda o assassinato do vereador de Corumbiara chamado Manoel Ribeiro, mais conhecido como Nelinho. Nelinho era vereador do PT, apoiador da ocupação, divulgador da luta das famílias de Santa Elina, e já havia recebido diversas ameaças de morte por conta do trabalho que realizava junto aos movimentos de luta pela terra no município (MESQUITA, 2001).

Mesquita (2001) não se preocupa com a exatidão dos números, no que concerne às consequências provocadas pelo massacre, mas sim com a proporção que o conflito tomou. Para a PM e defensores da força opressora não houve massacre, pois foi argumentado que o que ocorreu foi um conflito, no qual dois soldados também foram mortos. Mesquita critica esse discurso e defende em sua tese a configuração do massacre. Revela um conflito de luta pela terra que resultou num massacre. Mesquita ressalta o caráter surpresa, o número de policiais e jagunços, o poder bélico da PM, a crueldade, a destruição do acampamento, as torturas, o patrocínio do ataque por particulares, e para tanto ou como "prova", se utiliza de depoimentos dos próprios camponeses sobreviventes do conflito.

Foi assim que movimentos sociais e a própria mídia divulgaram o episódio: "*o Massacre de Corumbiara*". Martins (2009) põe essa definição em "questionamento". Ele concorda com a abordagem de Mesquita e ressalta que a pesquisadora trabalha o aspecto importante da denúncia de um Estado repressor que age com intuito de criminalizar a luta pela terra. Porém, ele ressalta que a resistência dos camponeses no conflito não pode ser deixada de lado. Segundo ele:

Os camponeses não são somente vítimas. É a explicitação de uma contradição secular no nosso país: a concentração da terra, do poder e da riqueza. Ao ocupar a terra, desafiam o coração desta estrutura que gera fome e miséria. Não há alternativa senão colocar-se em luta. Já não suportam mais esperar. O trauma vivido por aquelas famílias nunca será esquecido de sua memória. A dor, o sofrimento e a humilhação. Para muitos, prova maior de

resistência foi ser espancados por mais de 24 horas e não delatar as lideranças, não testemunhar em nada que pudessem incriminá-los. Esta foi a maior resistência. (MARTINS, 2009, p. 86)

Martins também se utiliza de depoimentos (colhidos através de entrevistas para realização de sua pesquisa) de camponeses que participaram do conflito para evidenciar como a segurança do acampamento se defendeu do ataque. Ele revela que a segurança do acampamento percebeu a movimentação de policiais, mas não que esperava um ataque, por conta do que está previsto legalmente a respeito de ações de reintegração de posse. Não esperavam o ataque com bombas de gás e os tiros dados por pistoleiros. Martins coloca que:

Defendendo-se como podiam, os camponeses utilizavam de todo o armamento que dispunham. Viram muitos pistoleiros cair frente à resistência imposta. Mas, com melhor aparato militar e o cerco que realizaram o bando de pistoleiros dos latifundiários foi ganhando terreno com o reforço da PM, que jogava bombas de gás e acabaram por sufocar a resistência.

Perguntamos aos camponeses se houveram mais mortos além dos que foram oficializados e o número de desaparecidos. E da mesma forma, quase que a totalidade dos entrevistados apontou para a existência de muitos mortos. Sobretudo os “defuntos sem choro” que segundo relatos foram dezenas. A resistência dos acampados e a suposta morte de muitos pistoleiros foi uma possível causa das sessões de tortura que foram realizadas após a PM e pistoleiros render todos os ocupantes. (MARTINS, 2009, p. 88)

Segundo Martins, sua opção de analisar o fato enfatizando a resistência dos camponeses de Corumbiara tem um objetivo político, que é o de construir uma postura otimista entre os camponeses na luta pela terra, ao contrário de uma postura de medo caracterizada pelo massacre. Percebemos em publicações da LCP que esse movimento também defende esta postura: combativa diante do que aconteceu em Corumbiara. E defende também que o que ocorreu na Santa Elina foi de fato uma “*batalha*”. Não pretendemos nos posicionar em torno desta discussão. O intuito neste subcapítulo foi o de mostrar qual relação há entre o conflito da Fazenda Santa Elina com o surgimento da LCP. Entretanto, não poderíamos deixar de contrapor as diferentes concepções sobre a tragédia que marcou a história da luta pela terra no Brasil.

O que sabemos é que o conflito de Santa Elina terminou numa tragédia que ficará marcada para sempre na história brasileira da luta pela terra. Uma tragédia que revela o

quanto o Estado é burguês e opressor. Uma tragédia que não foi motivo suficiente para que todas as famílias de Santa Elina conquistassem a terra tão almejada, pois se passaram 19 anos e ainda parte delas continua acampada, agora sob a liderança da LCP, na disputa pelo território, na luta pela punição dos crimes cometidos, pelas indenizações e pelo corte das terras.

2.2. Do Movimento Camponês Corumbiara (MCC) à Liga dos Camponeses Pobres (LCP): gênese e atuação nacional

“Juramos pelo sangue derramado dos nossos companheiros na fazenda Santa Elina, levar a qualquer custo a luta pela terra, pela democracia, justiça e trabalho até a vitória final”.

Juramento feito pelos resistentes da Batalha de Santa Elina na fundação do MCC, em Jaru-Ro, 25 de fevereiro de 1996. Juramento assumido pelos continuadores da luta de Santa Elina e fundadores da LCP. (Cartilha “Nosso Caminho”, 2006)

De acordo com Mesquita (2001), logo após o massacre, os camponeses começaram a mobilizar e organizar um movimento de apoio às famílias do acampamento Santa Elina. “Ainda sob o impacto da chacina, começou o que se tornaria depois o Movimento Camponês Corumbiara (MCC). Nascia assim, a partir da possibilidade de autonomia da luta dos camponeses, mais um movimento social no campo brasileiro” (MESQUITA, 2001, p. 152).

O MCC foi fundado em 25 de Fevereiro de 1996 e participou ativamente do júri relacionado ao caso de Corumbiara. Segundo Mesquita, sob a liderança do MCC estavam Adelino e Cícero Pereira Leite Neto. Ambos fizeram parte da coordenação do MST e foram desligados por divergências metodológicas referentes ao PA Adriana. Os dois também estiveram entre os mobilizadores da ocupação da Fazenda Santa Elina. Na fundação do MCC, participaram os camponeses sobreviventes de Corumbiara e dos assentamentos “Vitória da União, Guarajus e Verde Seringal em Corumbiara e 14 de Agosto de Theobroma” (MESQUITA, 2001, p. 153).

De acordo com Mesquita (2001, p. 153), o surgimento do MCC foi importante para a região, pois há uma retomada nas ocupações de terra, inclusive de áreas coordenadas pelo MST. “No ano de 2000, o MCC tinha dois acampamentos, um em Espigão do Oeste e outro em frente ao INCRA em Porto Velho”. Mesquita também revela que o conflito de Santa Elina impactou

diretamente nas políticas de assentamento em Rondônia. O INCRA passou a trabalhar com maior eficiência, os juízes com mais cautela na emissão de liminares e a polícia adotou um postura mais adequada no cumprimento de seu dever (passou a pensar duas vezes antes de entrar num acampamento).

Sobre o decorrer desse processo histórico, tínhamos a premissa de que a Liga dos Camponeses Pobres (LCP) haveria surgido por conta de um racha provocado por divergências internas no seio do Movimento Camponês Corumbiara (MCC). Martins (2009) também interpretava da mesma maneira, mas pesquisando a formação da LCP em Rondônia, ainda em seu trabalho de mestrado, conheceu uma versão mais detalhada, contada pelas próprias lideranças do MCC e da LCP de Rondônia. De acordo com Martins, ambos os movimentos reivindicam sua origem em Santa Elina. O fato que nos deixou confusos é que não encontramos nada sobre a LCP em toda a tese de Mesquita, que foi defendida em 2001. Em conversa por e-mail com esta pesquisadora, a mesma ainda afirma que nunca tinha ouvido falar na LCP. Já segundo Martins:

A história do MCC e da LCP está ligada ao apoio dado por organizações operárias que impulsionaram a luta pela terra em Rondônia. Conforme apontam os relatos, é a organização Liga Operária que vai propor e incentivar a consolidação de um movimento camponês capaz de canalizar a combatividade dos camponeses da fazenda Santa Elina. Uma das figuras centrais deste período é Claudemir Gilberto Ramos, o Pantera, uma das lideranças da resistência camponesa no conflito em Corumbiara. (MARTINS, 2009, p. 95)

Com base nos relatos colhidos por Martins (2009), Claudemir (filho de Adelino) foi uma das lideranças mais visadas após o conflito de Santa Elina, por suas características de liderança, determinação e combatividade. Ao contrário de seu pai, que saiu do acampamento dias antes do conflito, Claudemir ficou até o último momento, inclusive sofreu uma tentativa de assassinato quando se recuperava no hospital de Vilhena e outra em Porto Velho (MESQUITA, 2001). “Claudemir é uma das principais lideranças que recebe o apoio da Liga Operária, para garantir sua integridade física. Ele e outras lideranças foram levados para outras regiões como forma de garantia de vida” (MARTINS, 2009, p. 96)

Além disto, a Liga Operária deu apoio político, estrutural e financeiro, fatores que foram de fundamental importância para que as lideranças e os camponeses de Santa Elina conseguissem organizar o MCC. De acordo com o depoimento de “José”, a Liga também enviou militantes para ajudar a estruturar o movimento (MARTINS, 2009, p. 96).

A questão é que, desde o início da formação do MCC, já existiam duas posições

“ideológicas” distintas entre as lideranças. Segundo Martins:

Dentre as “posições distintas” destacam-se, sobretudo, as divergências de Adelino Ramos e Claudemir com outras lideranças do Movimento. Segundo aponta João e Antonio, estas divergências já vão se explicitando logo no início da organização do Movimento. Se observarmos o próprio relato de João, perceberemos que mesmo com uma proposição de “ruptura” que se alardeava em torno da construção de um novo movimento, perceberemos que este já vem com a participação de “muitos companheiros que estavam no PT”. Vejamos o que nos apresenta Antonio:

Na medida em que foi avançando a prática do MCC, foi cada vez mais se delineando, posições distintas dentro do movimento. Uma posição combativa, que puxava mais a questão da organização das famílias, da democracia na discussão das questões, do funcionamento de coordenações... E por outro uma coordenação que puxava ainda os velhos métodos de organização do MST, baseados no caudilhismo, num certo ‘usar as pessoas pra atingir os objetivos ali’ e que foi ao longo do tempo transformando-se em banditismo. Que é o que a gente fala que o MCC foi se degenerando em banditismo, chegou num ponto que a luta atingiu um nível tal de divergência dentro da cabeça do MCC, que foi preciso romper. (ANTONIO) (MARTINS, 2009, p. 97)

Antonio era um dos dirigentes da LCP na época em que Martins o entrevistou, e informa que as divergências no seio do MCC foram se acirrando. Por esse motivo, um grupo próximo a ele propôs a saída e a formação da LCP. Ainda com base no relato de Antonio, o Adelino (Dinho) tinha problemas em se submeter à organização (isto desde o MST) e saiu do movimento antes mesmo da ruptura. Mesmo com as divergências, o grupo de lideranças que viria a formar a LCP continuou no MCC e no trabalho de organização da luta com Claudemir, que era a principal liderança de Corumbiara. Contudo, a relação nos processos organizativos foi se degenerando, vindo a culminar na ruptura/racha. Os principais nomes que lideraram a saída do MCC foram Camarão, Zé Bentão e Pedro Mendonça (o Pelé). Conforme Martins:

Perguntamos a Dinho como surgiu a sigla MCC e como se deu esta construção no encontro:
Tinha vários nomes. Foi dividido em grupo. Tinha mais de 300 presentes. E passou esse nome. Quem deu esse nome foi o povo da Liga¹⁹. Lá tinha uns 4

¹⁹ Esta Liga se refere à Liga Operária.

a cinco nomes. O pessoal da Liga tava junto. Vieram gente de Pernambuco, de Minas Gerais, Direitos Humanos de Minas Gerais, de Brasília, tava o PT, o PC do B, a Kanindé, tava a associação dos índios, tinha sindicato de São Paulo e tinha entidade do Rio de Janeiro. E aí passou o nome que a liga indicou. Na época era Liga Operária Sindical Camponesa, aí tiraram a Sindical e ficou Liga Operária. O pessoal da Liga que deu esse nome. (DINHO)

Na entrevista tentamos extrair o máximo sobre esse processo de ruptura da “Liga” com o MCC. Conforme já afirmou Antonio, a situação chegou ao ponto da “Liga sair do MCC”. Esta informação é importante pra compreendermos o cenário que se dá este conflito interno do embrionário movimento. A própria divergência em torno do nome do Movimento não foi tão tranquilo (sic!). A afirmação de Dinho é a de que “o pessoal da Liga” sugeriu o nome, mas as informações do dirigente da LCP é a de que:

Desde o principio era ideia de se fundar a Liga dos Camponeses Pobres e não o MCC. Então até a questão de criar o MCC foi uma luta, pela própria denominação. E na verdade os companheiros que defendiam a posição de ser Liga perderam... Então depois quando surge a Liga, foi fundada nessa região, em Jarú, surgiu dessa agudização dentro do MCC, mas também com uma posição mais clara e definida do que era a Liga, em relação ao movimento camponês em geral. (JOSÉ) (MARTINS, 2009, p. 103)

Através destes depoimentos, percebemos que várias organizações participaram da fundação do MCC. O apoio aos camponeses de Santa Elina surgiu de diversos lados, mas principalmente da Liga Operária. Entretanto, vê-se que algumas destas organizações queriam canalizar a força resultada do conflito para o fortalecimento de um movimento em que pudessem inserir suas concepções teóricas e políticas, como é o caso da Liga Operária. Outro relato se mostra essencial para entendermos mais alguns pontos:

Eles vieram depois do massacre. Eles partiram pra apoiar o movimento. A Liga é complicada, pra o que eles queriam na época e hoje do jeito que ela atua. Ela deveria ter o maior movimento. Por que eles quiseram obrigar todos a aderir como eles queriam. Eles não usam o nome direto como deveria ser. Eles criam o nome, mas não assumem a direção, não assumem a cara. Eles vieram dando apoio ao MCC, pra no fundo ser a Liga. Como não deu do jeito que eles quiseram, por que eles brigaram com o Claudemir aí eles criaram a LCP.

(...)

Eles queriam dirigir o Movimento. Era o MCC, mas era Liga. Aí deu confusão com o Claudemir. Aí ele falou. Nós criamos um movimento, aí vocês querem usar uma sigla e atua com outra, aí não dá. Aí deu uma confusão, aí nós tiramos o Claudemir e eu assumi o MCC. Aí deu uma

confusão no Jornal até o dia que eles ameaçaram soltar uma bomba no Diário da Amazônia... Deu tanta polícia... Aí pararam de bater.

(...)

A única coisa que eu não concordo com a Liga é a forma como eles trabalham. Mas o problema é a forma que eles fazem. Quando eles precisam de você eles te procuram... Ou você assume ou não presta. Eles vieram me procurar. Ofereçam pra mim dinheiro pra organizar a Liga aqui, mas eu não aceitei. Eu falei... Eu não assumo pela forma de atuação de vocês. A briga foi mais com o Claudemir. Mas comigo foi só o tal do Camarão. Ele falou pra Folha de São Paulo que eu cobrava pedágio em acampamento. (DINHO) (MARTINS, 2009, p. 104)

A ruptura ou o “racha” ocorre e isso fica evidente analisando os relatos de ambos os “lados”. A questão é que essa ruptura não ocorre pelo fato do surgimento de uma divergência em um dado momento. Ela não ocorre anos após a fundação do MCC. A divergência existe antes mesmo da fundação do MCC, ou seja, no processo de mobilização e organização do mesmo. O MCC, com a sua importante atuação para a região de Corumbiara, já surge com desencontros internos.

Não pretendemos adentrar nas questões específicas que culminou nessa ruptura, já que não temos base suficiente para discuti-la, pois não estivemos em Rondônia para conversar com os camponeses e os dirigentes do MCC e da LCP. Nosso objetivo principal é entender como e quando se forma a LCP.

Nesse sentido, entendemos que com a ruptura, Adelino (Dinho) e seu filho Claudemir permaneceram na coordenação do MCC. De acordo com Martins (2009), no ano de 2007, Dinho tornou-se membro titular do Comitê Estadual do PC do B de Rondônia. Em 2008, Dinho candidatou-se a vereador, mas não se elegeu. Era o principal líder do MCC e mantinha relações de apoio com o PC do B e com o PT. Pesquisando dados na internet, descobrimos que, em 2011, a história de Dinho no MCC teve fim. O camponês foi assassinado por pistoleiros no município de Vista Alegre do Abunã/RO. Vários jornais brasileiros publicaram a notícia. Destacamos aqui um trecho da nota²⁰ online do Jornal Estadão:

O líder do Movimento Camponês Corumbiara, Adelino Ramos, conhecido como Dinho, foi assassinado na manhã desta sexta-feira, 27, no município de

²⁰ A notícia intitulada *Líder de movimento camponês é assassinado em Rondônia*, e publicada no dia 27/05/2011, pode ser acessada através do link: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,lider-de-movimento-campones-e-assassinado-em-rondonia,724871,0.htm>

Vista Alegre do Abunã, em Rondônia. Segundo relato da assessoria da Secretaria de Produção do Amazonas, Dinho morava num assentamento localizado no sul de Lábrea, o município mais desmatado do Amazonas, e estava com a família levando seus produtos para comercializar numa feira. Seis tiros teriam atingido o agricultor, que foi levado para um hospital próximo, mas não resistiu. Dinho morava num assentamento do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) com outras famílias e seu grupo buscava regularizar sua produção. Ele, segundo a assessoria da Secretaria de Produção, vinha recebendo ameaças de morte de madeireiros da região. (Agência do Estado, 2011)

O PC do B emitiu uma nota de pesar, solidarizando-se com a família. Na nota também é relatado um breve resumo da história de Dinho como militante deste partido. Segue um trecho²¹:

Ramos filiou-se ao PCdoB em 22 de setembro 2007, junto com mais outros 150 membros do Movimento Camponês Corumbiara (MCC), de Rondônia. O movimento congrega cerca de 600 famílias e foi fundado em 1995 (sic!). Na ocasião de sua filiação, Ramos disse que o movimento se fortalecia ainda mais. 'O PCdoB está ligado à luta dos trabalhadores. É um partido forte que sempre lutou pela reforma agrária no País', destacou. Eron Bezerra, então deputado estadual do Amazonas, abonou as fichas dos novos filiados. Amigo pessoal de Dinho, Bezerra explica que a região é conflituosa. 'São madeireiros que atuam de forma irregular que não querem organização e nem a presença do Estado. Para eles não interessa. Significa ameaça. Dinho foi mais uma vítima dessas pessoas', declarou. (Portal Vermelho, 2011)

Outra importante liderança que participou do conflito de Santa Elina e da fundação do MCC foi o Cícero. Antes do conflito de Santa Elina, Cícero também já havia sido dirigente do MST, mas acabou se afastando. No MCC, Cícero também entrou em divergências com as ações de Dinho, pois afirmara que ele utilizava o dinheiro enviado pela Liga Operária para benefício próprio, ao invés de beneficiar as famílias. Cícero foi se isolando do movimento e acabou se afastando. Outros motivos que contribuíram para o seu afastamento foram as perseguições e as ameaças de morte que sofrera na época do júri do Caso Corumbiara. Cícero saiu do MCC, abandonou a luta pela terra e encontrava-se trabalhando como moto taxista

²¹ O texto completo que contém o trecho ao qual fizemos referência pode ser encontrado através do link: http://www.vermelho.org.br/go/noticia.php?id_noticia=155212&id_secao=1

(MARTINS, 2009).

O processo de luta interna no interior do MCC foi travado até 1999. “Os camponeses que irão criar a LCP constituem as chamadas **Comissões Camponesas de Luta (CCL)**, que seria o embrião do novo movimento” (MARTINS, 2009, p. 108). De acordo com um dos primeiros documentos da LCP, intitulado de “*Cinco passos para a conquista da terra*”, as comissões camponesas tiveram o papel de levar adiante e para outras regiões do país a luta e a resistência construída em Corumbiara. No mesmo documento, o movimento acusa determinados movimentos (MCC, MST e CONTAG) de traição e oportunismo, e defende a construção de um movimento camponês revolucionário.

O trabalho de base das CCL resultou na fundação da LCP em abril do ano de 2000. Enquanto o MCC restringiu sua atuação ao estado de Rondônia, a LCP construiu uma organização que se espacializou por várias partes do país, trocando a bandeira da *Reforma Agrária* pela bandeira da **Revolução Agrária**. Desse modo, a LCP “dividiu-se” em cinco LCP, cada uma atuante de maneira mais autônoma em uma determinada região do Brasil, mas constituindo um mesmo movimento. São elas: *LCP de Rondônia e Amazônia Ocidental*; *LCP do Norte de Minas e Bahia*; *LCP do Centro-Oeste*; *LCP do Pará-Tocantins*; e *LCP do Nordeste*.

Através da coordenação da LCP do Nordeste, conseguimos ter acesso à Cartilha Nosso Caminho, que atualmente é um dos principais documentos da LCP. Esse documento foi publicado em 2006 e contém, entre análise de conjuntura e outros pontos de organização, os princípios e o programa agrário da LCP. Nesse sentido, a agenda desse movimento define quatro tarefas ou pilares fundamentais de ação:

- 1- destruição do latifúndio e entrega das terras aos camponeses sem terra ou com pouca terra;
- 2 - libertação das forças produtivas do campo nas áreas tomadas do latifúndio, através da eliminação de todas as relações de produção baseadas na exploração do homem com a adoção de formas cooperadas. A organização em formas associativas das parcelas em diferentes níveis de cooperação segundo sua experiência, desde os Grupos de Ajuda Mútua, forma elementar a formas superiores de cooperação, passando por outros níveis de formas cooperativas. Adoção de meios de produção e instrumentos de trabalho mais avançados e das técnicas mais modernas. Organização cooperada do sistema de produção, distribuição, comercialização, abastecimento e troca entre diversas áreas e regiões, da infra-estrutura como armazéns, transporte, estradas, pontes, saneamento básico, etc.

3 - organização e exercício do Poder Político pelas massas nas áreas tomadas. Organização das diversas formas da participação das massas nos diferentes níveis para a tomada de decisões e do seu auto governo (Assembleia Popular e o Comitê Popular). Organizar a vida cultural, suas diversas manifestações. Organizar o sistema de autodefesa de massas, Organizar a nova Escola Popular baseada nos três princípios de estudar, trabalhar e lutar (investigação científica, produção e luta de classes) para liquidar o analfabetismo e promover a elevação do conhecimento científico e técnico de todos. Organizar um sistema popular de saúde preventiva e curativa (policlinicas).

4 - estatização das grandes empresas capitalistas rurais e controle de sua produção e gestão pelos trabalhadores desde já nas áreas tomadas. (Cartilha Nosso Caminho, 2006, p. 19)

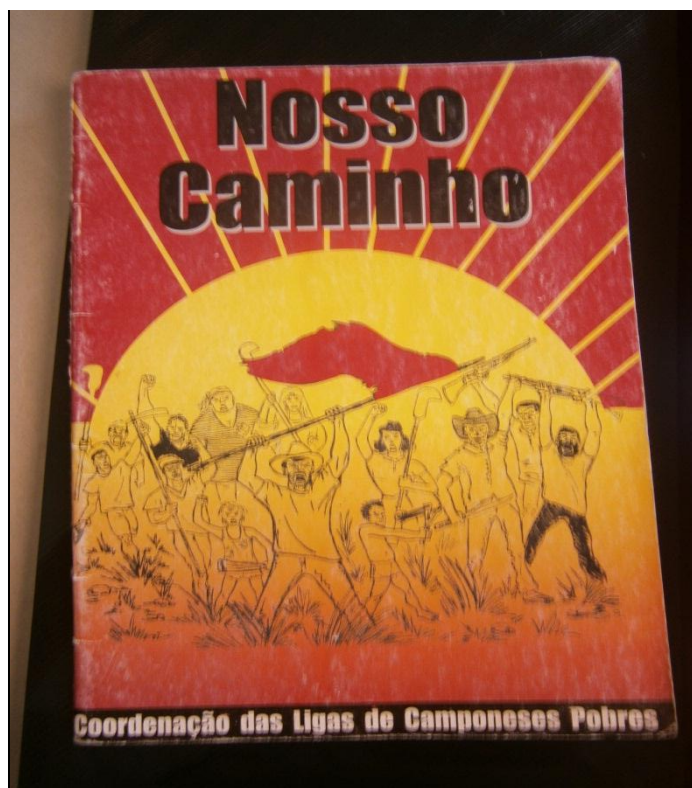
Estes quatro pilares fundamentam o caminho para a Revolução Agrária. De acordo com o programa, as tarefas centrais propostas pela LCP devem ser materializadas no decorrer do processo de luta pela terra. À luta que levanta a bandeira da Revolução Agrária podem se aglutinar outros setores das sociedades. Além dos camponeses pobres e demais trabalhadores do campo, podem ser aliados os operários, os estudantes, intelectuais, setores médios, pequenos e médios comerciantes e massas populares da cidade e do campo. O movimento propõe uma luta radical contra o latifúndio, contra o Estado burguês e o imperialismo, e ressalta o inevitável choque dessa luta com as classes dominantes, os órgãos representativos do Estado (INCRA, Embrapa, etc) e a força repressiva estatal que se materializa no plano jurídico e na ação militar. Em seu programa, a LCP também se mostra em contraposição à aliança com partidos políticos e define que:

O velho Estado e suas diferentes gerências independentes de qualquer partido ou coligação de partidos seja (PFL, PMDB, PSDB, PT, PTB, PCdoB, PP, PL, PSB, PDT, PPS, etc), enfrentam a luta dos camponeses de duas maneiras e da combinação delas: pela **repressão** e pela **cooptação**. Uma hora usa a violência contra os camponeses em luta, em outra hora propõe negociações e entendimentos, apresentando políticas e programas de “reforma agrária” só para publicidade. O governo busca com isto frear a luta pela terra, tentando isolar os setores mais combativos e cooptando os setores conciliadores e oportunistas do movimento. (Cartilha Nosso Caminho, 2006, p. 21)

A proposta do programa da LCP tem objetivos de curto, médio e longo prazo a serem atingidos no decorrer da Revolução Agrária. De imediato, a LCP pretende desenvolver sua

organização para se tornar um movimento das massas camponesas, aliando-se a outras organizações na busca de se fazer avançar a luta pela terra em todo o país. Em longo prazo, o movimento objetiva destruir o sistema burguês-latifundiário (a serviço do imperialismo) e construir uma *Nova Democracia* através do poder popular.

Figura 1: Cartilha Nosso Caminho



Fonte: Trabalho de Campo, 2013. Autor: SILVA, D. P. O. 2013.

Nota-se claramente, no projeto da LCP, a fundamentação teórico-metodológica no pensamento maoísta²². A utilização do termo *Nova Democracia* não é mera coincidência. Os

²² O pensamento maoísta deriva de Mao Tsé Tung (líder teórico e político da Revolução Comunista Chinesa) e era fundamentado nas concepções marxista-leninistas. Em 1940, Mao Tsé Tung publica um artigo intitulado de *A Nova Democracia na China*. Para ele, o fato de a China ser nesta época um país colonial ou semi-colonial, agredido pelo imperialismo japonês, tornara necessário antes de tudo uma revolução de libertação nacional, que garantisse a libertação político-econômica dos moldes feudais. Em sua visão marxista clássica ou de concepção “etapista” da história, Mao acreditava que uma revolução socialista só seria possível precedida da revolução liberal capitalista, tendo em vista as condições econômicas da China neste período. Para tanto, ele propõe uma aliança de classes liderada pelo Partido Comunista que aglutina o proletariado, os camponeses, os pequenos burgueses e os capitalistas nacionais em defesa da Nova Revolução Democrática (Nova Democracia). Essa revolução seria a primeira etapa, sendo a segunda a etapa do socialismo. Mao (O Grande Timoneiro) permaneceu, em Regime Ditatorial, por três décadas (1954-76) como presidente da

termos *Revolução Agrária* e *Nova Democracia* são inspirados no projeto e na própria história da revolução chinesa liderada por Mao Tsé Tung. Esta orientação política do movimento, alinhada ao pensamento marxista-leninista-maoísta, está relacionada às teses seguidas pela Liga Operária. Pelo o que entendemos, através dos relatos colhidos por Martins (2009) sobre a fundação do MCC e da LCP, a ideia seria construir a Liga Operária Camponesa, mas acabou que, dentro do projeto de aliança operário-camponesa, os movimentos constituíram siglas separadas, permanecendo a Liga Operária e surgindo a Liga dos Camponeses Pobres.

Se compararmos o programa da LCP ao programa do MST, notamos que ambos os movimentos, pelo menos em propostas, se cruzam e se distanciam em determinados pontos. Convergem no objetivo geral de organizar as massas camponesas para que elas próprias construam o seu caminho na luta pela terra e por sua conquista. Convergem também no sentido de prezar e de lutar pela educação no campo, de eliminar a exploração e em distribuir terra. Porém, enquanto a LCP traça, no projeto de Revolução Agrária, o objetivo futuro de se construir uma sociedade socialista logo após a etapa da Nova Democracia (Democracia Burguesa liderada pelo proletariado), o MST traz desde 2007 uma proposta de Reforma Agrária Popular, sedimentada no congresso nacional do movimento em 2013.

De acordo com o MST, “esta proposta de reforma agrária reflete parte dos anseios da classe trabalhadora brasileira para construir uma nova sociedade igualitária, solidária, humanista e ecologicamente sustentável” (MST, 2013, p. 149). Seus objetivos gerais são:

- a) eliminar a pobreza no campo;
- b) combater a desigualdade social, todas as formas de exploração dos camponeses e camponesas e a degradação da natureza, que têm suas raízes na concentração da propriedade e da produção no campo;
- c) garantir trabalho e educação para todas as pessoas que vivem no campo, combinando com distribuição de renda;
- d) garantir a soberania alimentar de toda a população brasileira, produzindo os alimentos necessários com qualidade e desenvolvendo os mercados locais;
- e) garantir a participação igualitária das mulheres que vivem no campo em todas as atividades, em especial no acesso à terra, na produção e gestão, buscando superar a opressão histórica imposta a elas;
- f) preservar a biodiversidade vegetal, animal e cultural de cada região do Brasil, geradora de nossos distintos biomas;

República Popular da China. Seu mandato terminou com o seu falecimento. A Revolução liderada por Mao culminou numa China ainda hoje governada pelo Partido Comunista da China (PCC), mas com uma economia potencialmente capitalista sustentada na extrema exploração do trabalho. O texto *A Nova Democracia na China* pode ser encontrado neste link: <http://www.marxists.org/portugues/mao/1940/01/15.htm>

g) garantir condições de melhoria de vida para todas as pessoas e oportunidades iguais de trabalho, renda, educação, moradia e lazer, estimulando a permanência no campo, em especial da juventude. (MST, 2013, p. 150)

No discurso do MST, não é explícita uma proposta de revolução nem de construção de uma sociedade socialista em curto ou longo prazo. O movimento propõe sim um projeto de reforma agrária, e conseqüentemente, de transformação social, que principalmente combata as desigualdades sociais e de distribuição de terras no campo. Entre outros objetivos mais específicos, propõe um projeto de transformação que garanta a soberania alimentar do país através de uma agricultura sustentável. Desse modo, a defesa feita pelo MST da agricultura agroecológica e do uso sustentável dos recursos naturais tem sido uma importante tática nas tentativas de mostrar e de barrar as ações nocivas do agronegócio. A luta do MST contra o capital materializa-se na luta contra o agronegócio. Para Stédile²³:

(...) pode-se dizer que o capital e seus proprietários capitalistas, representados pelos grandes proprietários de terra, bancos, empresas nacionais e transnacionais, estão aplicando em todo o mundo o chamado modelo de produção do agronegócio (agribusiness), que se caracteriza sucintamente por: organização da produção agrícola na forma de monocultivo (um só produto) em escalas de áreas cada vez maiores; uso intensivo de máquinas agrícolas, também em escala cada vez mais ampla, expulsando a mão de obra do campo; a prática de uma agricultura sem agricultores; uso intensivo de venenos agrícolas, os agrotóxicos, que destroem a fertilidade natural dos solos e seus micro-organismos, contaminam as águas dos lençóis freáticos e inclusive a atmosfera, ao adotarem desfolhantes e secantes que evaporam e regressam com as chuvas e, sobretudo, contaminam os alimentos produzidos, trazendo conseqüências gravíssimas para a saúde da população; uso cada vez maior de sementes transgênicas, padronizadas, e agressão ao meio ambiente com técnicas de produção que buscam apenas maior taxa de lucro em menor tempo. (STÉDILE, 2013, p. 33)

O MST tem construído as suas táticas de luta e de resistência, tendo em vista estas conseqüências provadas pela expansão do capital na agricultura brasileira. Por esse motivo, o movimento tem difundido uma campanha constante pela preservação dos recursos naturais e

²³ Membro da coordenação nacional do MST.

da biodiversidade, como também em prol da garantia da produção de alimentos saudáveis. Para viabilizar o seu programa de reforma agrária popular, o MST coloca que se tornam necessários dois fatores essenciais. Um primeiro refere-se à mobilização popular, ou seja, a grande massa de trabalhadores deve estar reunida num movimento popular que construa a força necessária para empreender a pressão em prol das mudanças. Para tanto, o processo de educação nos espaços conquistados (assentamentos, associações, cooperativas) e de debates dentro e fora dos meios de comunicação devem ser constantes para gerar o acúmulo de forças e a consciência da sociedade brasileira sobre esta realidade. O segundo fator depende da construção de um Estado democrático e popular, com ampla participação popular, em que todas as esferas dos poderes ajam em prol das mudanças necessárias (MST, 2013).

Diferentemente do MST, a LCP, em nosso entendimento, traça um projeto de transformação social baseado no modelo chinês. O movimento propõe também uma revolução cultural, partindo da aplicabilidade em seus acampamentos. Uma revolução que nasce no campo e vai para a cidade. É como se o movimento fizesse uma leitura do que ocorreu na história da China e objetivasse aplicar o mesmo modelo no Brasil. Mas será que se tem levado em consideração as dadas circunstâncias históricas? Como tem sido feita a análise do que resultou esse processo na China? Há uma análise conjuntural aprofundada, tendo em vista a totalidade das relações?

Diante destas questões e da necessidade de entendê-las melhor, no próximo tópico, passaremos a discutir de forma mais aprofundada as teses teóricas que fundamentam os objetivos e a forma de organização da LCP, planejados para se espacializar por todo o país.

2.3. Liga dos Camponeses Pobres (LCP): teses teóricas e organização

As teses teóricas que fundamentam o programa agrário e os objetivos da LCP revelam-nos uma interpretação da questão agrária que está centrada em três conceitos: ***Semifeudalidade, Capitalismo Burocrático e Imperialismo***. Os estudiosos que trabalham com estes conceitos tomam como base algumas leituras teóricas da realidade, produzidas por pensadores como Marx, Engels, Lênin e Mao Tsé-tung. Esta interpretação entende que em países como o Brasil há um Capitalismo Burocrático, ou seja, um capitalismo tardio, no qual não houve de fato uma revolução burguesa que engendrasses o desenvolvimento das forças

produtivas. Esse modelo de capitalismo sustenta-se através de relações semifeudais subordinadas às ordens do imperialismo, que no caso do Brasil, seria o imperialismo empreendido pelos EUA. Sobre o conceito de Capitalismo Burocrático, Víctor O. Martín Martín²⁴ traz a seguinte definição de Guzmán:

Sobre una base semifeudal y bajo un dominio imperialista, se desarrolla un capitalismo, un capitalismo tardío, un capitalismo que nace atado a la semifeudalidad y sometido al dominio imperialista... El capitalismo burocrático se desenvuelve ligado a los grandes capitales monopolistas que controlan la economía del país, capitales formados, (...) por los grandes capitales de los grandes terratenientes, de los burgueses compradores y de los grandes banqueros; así se va generando el capitalismo burocrático atado, (...) a la feudalidad, sometido al imperialismo y monopolista (...). Este capitalismo, llegado a cierto momento de evolución se combina con el poder del Estado y usa los medios económicos del Estado, lo utiliza como palanca económica y este proceso genera otra facción de la gran burguesía, la burguesía burocrática; de esta manera se va a dar un desenvolvimiento del capitalismo burocrático que ya era monopolista y deviene a su vez en estatal (GUZMÁN *apud* MARTÍN MARTÍN, 2007, p. 14-15).

Os teóricos do conceito (“capitalismo burocrático”) desenvolvido por Mao Tsé-tung concordam que onde existe esse modelo de sociedade, o campo é caracterizado por relações pré-capitalistas (semifeudais). Para Martín Martín (2007), alguns exemplos destas características são: o sistema de pagamento em trabalho, como é o caso dos parceiros e meeiros, no qual o camponês cede parte de sua colheita em troca da possibilidade do trabalho e moradia nas fazendas; manutenção e reprodução de um campesinato minifundista; e o controle jurídico, repressivo e ideológico que o Estado (junto aos grandes proprietários) tem sobre o campesinato, através de relações clientelísticas e patriarcais. Segundo Camely:

A categoria marxista do capitalismo burocrático permite-nos o entendimento da atualidade da questão agrária, do problema camponês, da expulsão de milhões de camponeses de suas terras e a submissão desta população aos bolsões de miséria das periferias das cidades. Esse problema não resolvido e acentuado pela exploração capitalista no campo é devido ao fato de os países dominados não haverem resolvido o problema da terra como ocorreu com as revoluções democrático-burguesas, nos países imperialistas, e com as

²⁴ Importante referência no trabalho com o conceito de Capitalismo Burocrático.

revoluções proletárias, a partir da Revolução Russa de 1917, como também na China, a partir de 1949, e nos países do Leste Europeu (CAMELY, 2009, p. 29-30).

De acordo Martín Martín (2007), o Brasil se insere no caso dos países caracterizados como sendo semicoloniais. Para ele, os países semicoloniais conduzem reformas agrárias geralmente parciais, empreendidas por governos dominados pelos latifundiários, burguesias burocráticas e burguesias compradoras que provocam a evolução da semifeudalidade no campo (MARTÍN MARTÍN, 2007, p. 18). Nesse sentido, Camely ressalta que:

A tarefa da solução do problema da terra nos países dominados (semi-coloniais e semi-feudais) ficará a cargo do proletariado em aliança com os camponeses e a pequena burguesia e burguesia nacional em uma revolução de novo tipo, denominado no maoísmo de revolução de nova democracia (CAMELY, 2009, p. 30).

Em suma, para os teóricos que utilizam a categoria do “capitalismo burocrático”, os países semicoloniais não desenvolveram as suas forças produtivas, pois não realizaram suas revoluções burguesas e permanecem com o problema agrário. De acordo com Mariátegui (*apud* SOUZA, 2010, p. 46), que estudou a realidade peruana nesta perspectiva, a liquidação do feudalismo deveria ser feita por um regime democrático-burguês através de uma revolução de independência. Para ele, a expressão *feudalismo* na América Latina é o latifúndio e a servidão. É esse modelo de interpretação que os teóricos que fundamentam as teses da LCP tentam resgatar no Brasil.

Nesse sentido, entendemos que, embora haja uma fundamentação de base marxista entre os movimentos sociais, nem o MST nem a LCP defende uma estratégia rumo ao socialismo em curto prazo. Ao contrário, a LCP defende uma tese controversa, pois entende que ainda devemos atravessar uma etapa revolucionária democrático-burguesa para destruir as relações semifeudais no campo e a subordinação do país ao Imperialismo estrangeiro.

Dessa forma, a LCP e demais entidades que fazem parte deste movimento trazem para atualidade a tese do pensador Nelson Werneck Sodré, que defendeu, (entre as décadas de 1950 e 1960) em sua extensa obra, a existência do modo de produção feudal na formação histórica brasileira. Para Sodré, o feudalismo ou o semifeudalismo existiu paralelamente ao modo de

produção escravista e permaneceu corporificado nas oligarquias regionais rurais em diferentes partes do território brasileiro. Na época, a tese de Sodré foi combatida pelo pensador Caio Prado Junior, que defendeu que o Brasil é capitalista desde o início de sua história e afirmara que uma relação de *parceria*, por exemplo, era uma relação assalariada (*in natura*) e, portanto, uma relação capitalista de produção (LEMOS, 2009). Sobre este debate, concordamos com Martins (2010), quando afirma que a análise das relações de produção no campo não pode ser reduzida a abordagens simplistas. Ele explica que:

Nos anos 1960 e 1970, época em que o tema teve seu maior destaque, tais definições foram, direta ou indiretamente marcadas e estimuladas por um confuso debate intelectual sobre a transição do feudalismo ao capitalismo como processo definidor do momento histórico brasileiro. Por sua vez, justificaria a tática política de lutar pela remoção dos chamados “restos feudais”, que se evidenciariam em diferentes relações de trabalho no meio rural, quase todas, de modo geral, originadas da extinção do trabalho escravo. A questão da transformação das relações de produção foi remetida, pois, ao terreno cediço do falso argumento de que não sendo formalmente feudais, seriam formalmente capitalistas as relações de produção posteriores ao escravismo e amplamente vigentes, ainda hoje, em muitos setores econômicos e em muitas regiões do país. (MARTINS, 2010, p. 28-29)

Para Martins (2010), as polarizações e os equívocos estiveram mais relacionados aos dilemas e impasses políticos da época do contexto histórico dos pensadores. Grosso modo, Martins (2010) defende que desde o início da colonização brasileira, as relações de produção com base no trabalho escravo estiveram subordinadas ao capital comercial. Na escravidão havia a sujeição do trabalho ao capital, já que o trabalho era monopolizado e transfigurado em renda capitalizada. “A escravidão definia-se, portanto, como uma modalidade de exploração da força de trabalho baseada direta e previamente na sujeição do trabalho, através do trabalhador-mercadoria, ao capital comercial” (MARTINS, 2010, p. 33). A renda capitalizada obtida com o trabalho escravo revestia-se em forma de lucro, e, por isso, o senhor não era um rentista de tipo feudal que arrecadava e consumia rendas. A transformação do escravo em trabalhador livre apenas o libertou para vender a sua força de trabalho, ou seja, agora a força de trabalho torna-se mercadoria ao invés do homem em si. No mesmo contexto, o monopólio do trabalho é substituído pelo monopólio da terra para que os trabalhadores livres (nativos ou imigrantes) continuassem subordinados ao grande proprietário capitalista. Opondo-nos às

teses do Capitalismo Burocrático, resgatamos nossas reflexões teóricas do capítulo anterior, concordando com Martins quando defende que:

(...) o capitalismo, na sua expansão, não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não capitalistas, igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução. Marx já havia demonstrado que o capital preserva, redefinindo e subordinando, relações pré-capitalistas. Provavelmente, o caso mais significativo é o da renda capitalista da terra, como já mencionei. Sendo a terra um fator natural, sem valor porque não é o resultado do trabalho humano, teoricamente não deveria ter preço. Mas, antes do advento do capitalismo, nos países europeus, o uso da terra estava sujeito a um tributo, ao pagamento de renda em trabalho, em espécie ou em dinheiro. Essas eram formas pré-capitalistas de renda decorrentes unicamente do fato de que algumas pessoas tinham o monopólio da terra, cuja utilização ficava, pois, sujeita a um tributo. O advento do capitalismo não fez cessar essa irracionalidade. Ao contrário, a propriedade fundiária, ainda que sob diferentes códigos, foi incorporada pelo capitalismo, contradição essa que se expressa na renda capitalista da terra. Tal renda nada mais tem a ver com o passado pré-capitalista, não é mais um tributo individual do servo ao senhor; agora é um pagamento que toda sociedade faz pelo fato de que uma classe preserva o monopólio da terra. (MARTINS, 2010, p 36)

Partindo dessa premissa, entendemos que o capitalismo se desenvolve de maneira desigual e em ritmos diferentes no espaço. A expansão da produção e da comercialização de mercadorias em escala mundial fez o capitalismo estabelecer as condições necessárias para a sua reprodução, instaurando-se em diferentes territórios de acordo com as suas dadas transformações históricas. Por isso, compreendemos como controversas as teses que orientam o projeto da LCP. Para nós, a Liga Operária, enquanto entidade aglutinadora da LCP e de outros movimentos, tem resgatado e disseminado uma tese dogmática. A própria história nos mostrou o fracasso da possibilidade de uma aliança do proletariado com uma suposta burguesia nacional, como foi o Golpe Cívico-militar de 1964 no Brasil. A proposta de uma revolução democrático-burguesa de inspiração maoísta ortodoxa, sob a liderança do proletariado na atualidade, revela o quão está descolada da realidade a compreensão destes movimentos, que não têm levado em consideração o entendimento da totalidade das relações que o capitalismo engendra.

Entretanto, é através dessas bases teóricas que a LCP fundamenta o seu programa agrário, sua organização e sua luta. Essa é a discussão central utilizada na formação teórico-

política de seus militantes. Como apoiadores da formação de um discurso geral do movimento, dois jornais, nos formatos impresso e online, estão ligados à LCP e auxiliam nas formações dos camponeses e na divulgação dos conflitos de terra nos quais o movimento está envolvido por diversas regiões do país. Os jornais são: *Resistência Camponesa*²⁵ e *A Nova Democracia*²⁶.

O jornal *Resistência Camponesa* é encarregado especificamente de noticiar e divulgar, em forma de denúncia, os conflitos por terra em que as famílias camponesas lideradas pelas LCP estão envolvidas, com destaque para as ocupações, as ações violentas e os assassinatos de camponeses cometidos pelos grandes proprietários e pela repressão do Estado.

O jornal *A Nova Democracia* foi fundado pelo casal de comunistas José Maria Galhassi²⁷ e Beatriz Torres. O jornal foi criado com os objetivos de construir e de apoiar a imprensa popular e democrática. Nesta perspectiva, o “*A Nova Democracia*” tem divulgado as mobilizações populares nacionais e internacionais, dando ênfase às ações dos movimentos de vertente maoísta, como é o caso da LCP no Brasil. Desse modo, o jornal se mostra como um meio de comunicação apoiador desses movimentos sociais que organizam uma massa de trabalhadores numa luta anti-imperialista e que possuem como objetivo principal a construção dessa *nova democracia*.

Dentre os principais movimentos que fazem parte da LCP estão: o MEPR (Movimento Estudantil Popular Revolucionário), o MFP (Movimento Feminino Popular), a FDDP (Frente de Defesa dos Direitos do Povo), o NAP/Brasil (Núcleo dos Advogados do Povo - Brasil); a IAPL (Associação Internacional dos Advogados do Povo), o Sindicato dos Trabalhadores da Construção de BH e Região (Sindicato do “Marreta” – Liga Operária) e o CEBRASPO (Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos). A LCP também mantém relações de apoio com outros movimentos sociais e indígenas nas regiões do país em que já se articulou.

Os jornais “Resistência Camponesa” e “A Nova Democracia”, aliados aos trabalhos de campo, foram ricas fontes de pesquisa sobre a LCP, principalmente no que se refere a identificar os movimentos que atuam juntos à LCP e no conhecimento mais aprofundado sobre como são organizados os congressos regionais de cada LCP e quais já foram realizados.

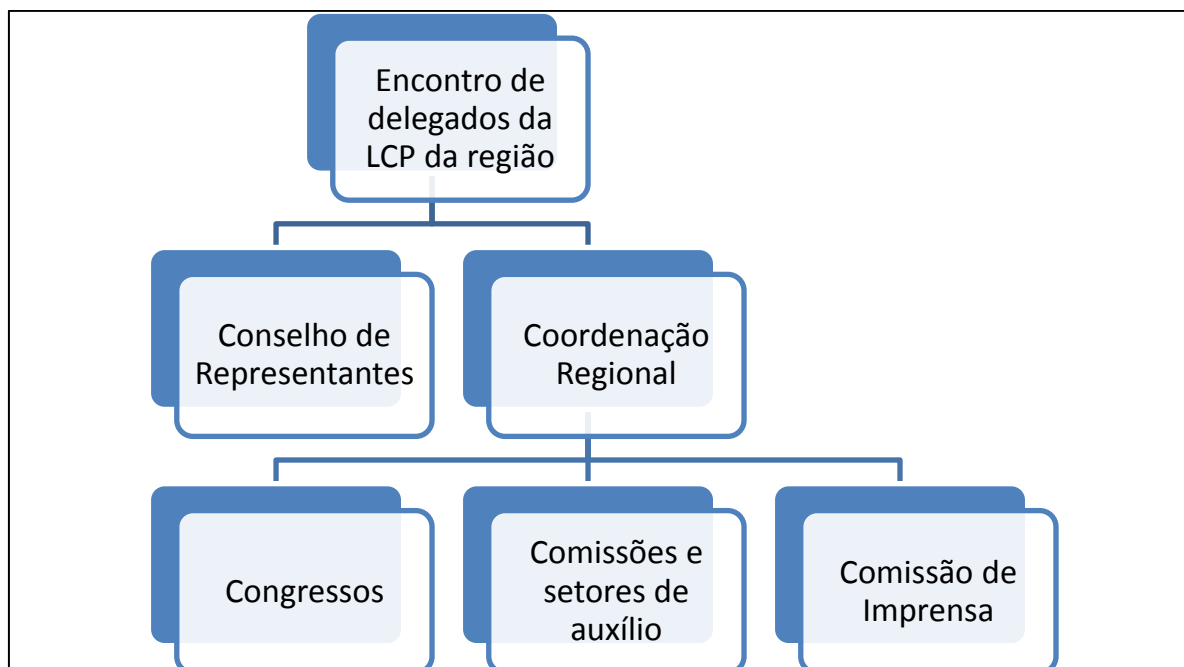
²⁵ Disponível em: <http://resistenciacamponesa.com/>

²⁶ Disponível em: <http://www.anovademocracia.com.br/>

²⁷ Galhassi foi militante do PCB (Partido Comunista do Brasil) entre as décadas de 1940-60. Em 1966, junto a grupos dissidentes do PCB participou da fundação do PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário). Foi preso e torturado pelo regime militar.

De acordo com a Cartilha Nosso Caminho (2006), até chegar à realização de seus congressos, a LCP organiza-se em sua região da seguinte maneira:

Gráfico 2: ORGANIZAÇÃO REGIONAL DA LCP



Fonte: Cartilha Nosso Caminho, 2006.
Org.: SILVA, David P. O. 2014.

Como já vimos, embora a LCP tenha uma atuação em vários estados do país, o movimento se organiza regionalmente. Dentro do quadro organizativo das LCP, a coordenação regional é eleita nos encontros de delegados da LCP da região. Estes delegados são camponeses que foram escolhidos nos acampamentos e nas áreas dirigidas pelo movimento. Junto à Coordenação Regional, serão formados comissões e setores que se desenvolverão em suas funções nas áreas e nos acampamentos, assim como uma comissão de imprensa que ficará responsável pela divulgação das ações e mobilizações da LCP (regional). Através da Coordenação Regional, serão realizados os Congressos.

O Congresso é uma instância de massas de caráter emulativo e de coesão do movimento, aberto à participação das bases que devem organizar sua participação por acampamento e área. O Congresso referenda ou não as decisões tomadas pelos Encontros de Delegados (Regionais). (Cartilha Nosso Caminho, 2006)

Do encontro de delegados sairá também um Conselho de Representantes que tem a função de convocar o Encontro de Delegados ou reuniões extraordinárias da Coordenação Regional.

A LCP em sua determinada região tem autonomia para se organizar e realizar os seus congressos, obviamente, com base nos princípios e no programa do movimento. Nessa perspectiva, um ano importante para a LCP foi o ano de 2008, no qual houve um “boom” no processo de acirramento da luta pela terra e de espacialização do movimento pelo país. Nesse ano, a *LCP de Rondônia e Amazônia Ocidental* realizou o seu 5º Congresso, nos dias 22 e 23 de agosto, na Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Este evento da LCP teve uma abrangência nacional e reuniu cerca de 500 pessoas, entre elas, camponeses, estudantes, professores e movimentos populares que representaram 20 áreas. As três principais bandeiras levantadas neste congresso foram: a) *contra a criminalização da luta pela terra*; b) *em defesa da Amazônia para o povo brasileiro*; c) *em defesa dos direitos dos povos indígenas*.

Figura 2: Manifestação dos camponeses da LCP pelas ruas de Porto Velho/RO, 2008.



Fonte: Jornal “A Nova Democracia”, Ano VII, nº 46, setembro de 2008.

A LCP de Rondônia e Amazônia Ocidental levantou a bandeira contra a criminalização da luta pela terra por conta da campanha difamatória realizada no mesmo ano pela mídia nacional e encabeçada pela Revista “ISTO É”. A matéria²⁸ foi publicada pela revista no dia 26 de março de 2008, intitulada de “O Brasil tem guerrilha”. Na matéria, a revista denominou os camponeses da LCP de “guerrilheiros” treinados pela FARC e os acusou como sendo responsáveis por bloqueio de estradas, sequestros, assassinatos, terror e destruição em diversas áreas do estado de Rondônia. A matéria é um verdadeiro “filme de ficção” criado para criminalizar o movimento e os camponeses, tornar vítimas os militares e os fazendeiros e inocentá-los em suas ações na região. Por esse motivo, neste 5º Congresso, as atividades centraram-se em lembrar e homenagear os camponeses da LCP assassinados²⁹ na luta contra o latifúndio na Amazônia e lançar uma campanha contra a criminalização do movimento. Também foram aprovadas as seguintes resoluções:

- 1) Unificar todo o movimento camponês para prosseguir com as tomadas de todas as terras do latifúndio;
- 2) Aprofundar a luta em torno da criação e funcionamento das APP (Assembleias do Poder Popular);
- 3) Realizar um grande trabalho de agitação da Revolução Agrária com panfletagens e manifestações nas áreas, vilas e povoados;
- 4) Apoiar a luta dos povos indígenas pela demarcação de suas terras e pelo direito a autodeterminação;
- 5) Unificar todos os trabalhadores da Amazônia na luta pelos seus direitos. (5º Congresso da LCP-RO, 2008)

Ainda no ano de 2008, a LCP do Nordeste³⁰ realizou o seu 1º Congresso, decorrente da formação do movimento na região, que teve início em 2007. No Nordeste, a LCP e os camponeses alagoanos também enfrentaram denúncias caluniosas disseminadas pela Gazeta de Alagoas, jornal este que teve como base a matéria ficcional da “ISTO É”. Um ano depois (2009), o CEBRASPO convidou o cartunista Carlos Latuff para conhecer onde e como vivem os camponeses da LCP na Amazônia que foram acusados de serem guerrilheiros sanguinários

²⁸ A matéria pode ser lida através deste link:

http://www.istoe.com.br/reportagens/2158_O+BRASIL+TEM+GUERRILHA

²⁹ Foram homenageados quatro camponeses: “Zé Bentão”, “Carequinha”, Oziel, José e Nélío. De acordo com o movimento, estes camponeses foram assassinados por pistoleiros.

³⁰ As questões acerca da formação da LCP no Nordeste serão aprofundadas no próximo capítulo.

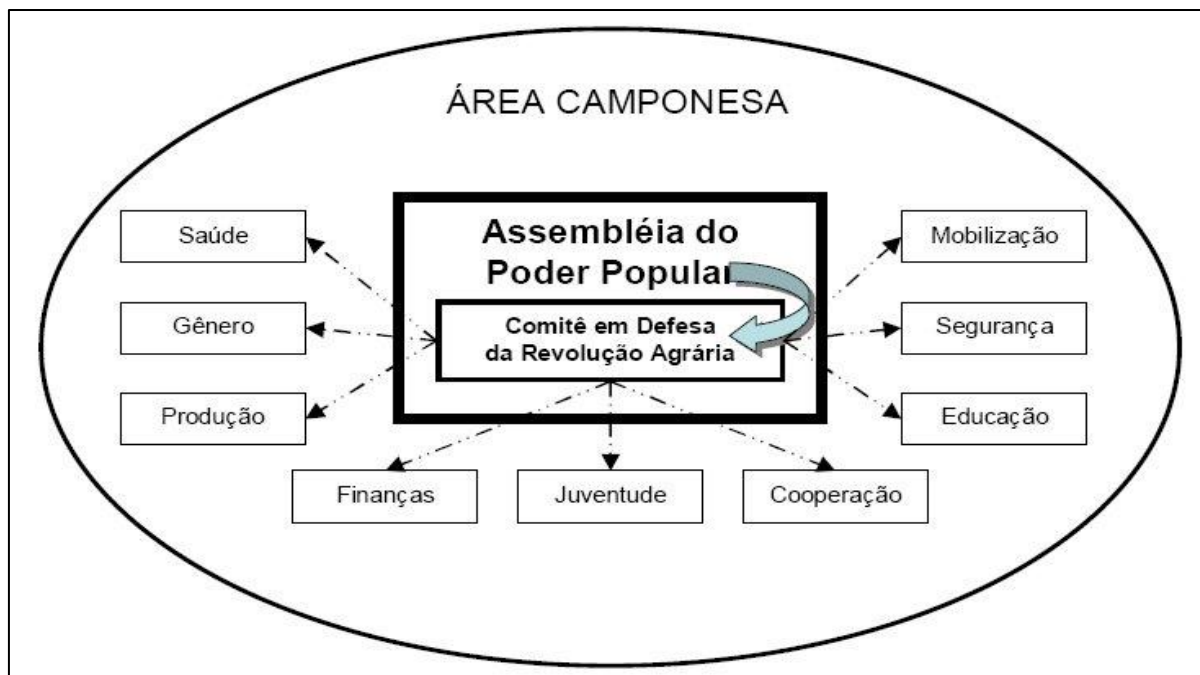
envolvidos com o narcotráfico colombiano. Na visita, o cartunista gravou um pequeno vídeo-documentário intitulado de “Palestinos da Amazônia³¹”. O vídeo é interessante, pois mostra um pouco da realidade da luta pela/na terra e dos conflitos na região amazônica sem a mediação do olhar midiático, sempre comprometido com a preservação da propriedade privada da terra. Para tanto, o próprio movimento, outros movimentos populares e jornais têm denunciado o que realmente ocorre na região, ou seja, têm denunciado a perseguição e as ameaças aos camponeses, os assassinatos realizados por pistoleiros a mando de fazendeiros e madeireiros, enfim, a inexistência de uma reforma agrária que garanta a terra e a dignidade às famílias camponesas.

Além da estrutura organizacional mais geral da LCP, que se materializa em cada região, há também a organização dos camponeses nos acampamentos, nas “áreas tomadas³²” e nos núcleos de camponeses pobres mobilizados para novas tomadas. Nesse sentido, os camponeses (entre si) elegerão em assembleias (denominadas de Assembleia do Poder Popular) a coordenação, as comissões e os setores de organização de seus acampamentos. As tarefas de organização e mobilização ficarão sob responsabilidade das comissões e dos setores, que estão divididos em dez: 1) *segurança*; 2) *produção coletiva*; 3) *alimentação e cozinha coletiva*; 4) *limpeza e saúde*; 5) *educação e formação*; 6) *arrecadação e controle de finanças*; 7) *mobilização*; 8) *juventude*; 9) *mulheres*; 10) *crianças*. Martins (2009) construiu um esquema interessante sobre esse projeto de organização das áreas camponesas da LCP, vejamos:

³¹ O vídeo pode ser assistido através deste link: <http://www.youtube.com/watch?v=KJvC7t67Wsg>. Ver também: <http://www.controversia.com.br/blog/os-palestinos-da-amazonia/>

³² “Áreas tomadas” é uma expressão utilizada pela LCP para se referir às áreas de ocupação. Aprofundaremos mais adiante.

Figura 3: Organização de área camponesa da LCP.



Fonte: Documentos da LCP.
Org.: MARTINS, Márcio M. 2009.

Para que essa organização progrida, a LCP define em seu programa que todos os dirigentes do movimento devem ser exemplos de responsabilidade, seriedade, disciplina e retidão moral. Cada dirigente deve ser combativo, honesto, solidário, humilde e atencioso com as massas. De acordo com a Cartilha, a direção também deve apoiar e estimular a participação das mulheres, assim como integrar os jovens e as crianças na luta através do estudo, do esporte e da cultura.

Estas são as características organizacionais básicas do movimento. Desse modo, procuramos abordar um pouco da trajetória da LCP, desde o seu surgimento até os processos de formação teórico-política e de estrutura organizacional. Os aspectos aqui discutidos são essenciais para que possamos aprofundá-los no capítulo posterior, no qual fazemos uma análise sobre a formação da LCP no Nordeste, tendo como premissa o movimento histórico da luta de classes no campo e as transformações ocasionadas na disputa pelo território.

CAPÍTULO 3 – A LIGA DOS CAMPONESES POBRES (LCP) E A LUTA PELA TERRA NO NORDESTE

“O empresário, por que ele não coloca um monte de rolinho da cana para ele almoçar?”

Erasmio – Militante/LCP do Nordeste

Tomamos a Liga dos Camponeses Pobres como referência para analisar e discutir a luta camponesa pela terra na conjuntura atual, tendo em vista o quadro histórico de luta de classes no campo e as transformações ocasionadas na disputa territorial. Após contextualizarmos a formação desse movimento através de uma abordagem histórica de sua origem e de sua organização, como fizemos no capítulo anterior, podemos discorrer sobre a atuação da LCP no Nordeste. Nesse sentido, o objetivo aqui não é apenas o de estudar o movimento em si, mas as relações que o envolvem na organização da luta dos camponeses e trabalhadores rurais nordestinos, e assim, refletirmos, sob o viés teórico-geográfico, sobre o movimento camponês e Reforma Agrária na atualidade.

Para isto, preocupamo-nos em entender primeiramente o processo histórico e dialético que culminou na concentração de terras e no antagonismo de classes no campo nordestino. Por já termos tratado de forma geral dessa abordagem no primeiro capítulo, trazemos neste uma discussão mais específica acerca do processo de territorialização do capital nessa região. Claro que o olhar centra-se na busca de se enxergar como se caracterizou este processo de territorialização do capital no Nordeste brasileiro, que surge nos tempos da colônia e perdura até os dias atuais.

3.1. O processo de territorialização do capital canavieiro no campo nordestino

A territorialização do capital no Nordeste remete a própria história do Brasil. Logicamente, esse processo foi se desenvolvendo concomitantemente em várias regiões do país. Entretanto, daremos ênfase à história dos estados de Pernambuco e Alagoas, pois atualmente são os territórios onde a LCP tem atuado. Cabe destacar que ambos estados

brasileiros já foram um só território no início da colonização, quando ainda formavam a Capitania de Pernambuco.

Na Capitania de Pernambuco, administrada por Duarte Coelho de Albuquerque, o capital tem a gênese de seu processo de territorialização com a economia açucareira. Os colonizadores encontraram aqui clima favorável, o rico solo de massapê e terra em abundância. A produção inicia-se em poucos engenhos mais rudimentares, chamados de *bangüês*³³. Por conta da resistência dos índios à escravidão nas lavouras de cana-de-açúcar, a maior parte ou foi dizimada ou fugiu para o interior, e a força de trabalho utilizada nesse empreendimento colonial, em quase sua totalidade, foi a do negro africano escravizado. O modelo de produção utilizado foi a *plantation*, que se caracteriza por ser uma monocultura voltada para exportação.

Essa produção açucareira, que surge em meados do século XVI, adentrou no contexto da acumulação primitiva de capital decorrente da evolução do Capitalismo Comercial Europeu. A economia açucareira prosperou rapidamente sendo que “no meado do século XVI já o açúcar de Pernambuco era considerado o melhor do Brasil” (DIEGUES JÚNIOR, 2006, p. 15). São Vicente e Pernambuco tornaram-se as principais capitanias produtoras de açúcar. Para termos noção do crescimento da produção, registra-se que, em 1545, Pernambuco possuía apenas 2 engenhos. Em 1570, esse número subiu para 23, e em 1584 já havia mais de 60 engenhos (DIEGUES JÚNIOR, 2006). De acordo com Diegues Júnior (2006, p. 16):

Ao começar o século XVII, a economia açucareira estava em plena prosperidade. Crescia o número de engenhos; aumentava a produção; o gênero exportava-se para a Europa, onde o consumo de açúcar era quase todo de procedência brasileira. O engenho constituía não apenas a base econômica; constituía o mais importante núcleo social na vida da colônia. Pernambuco representava, então, o centro dessa importância econômica social; [...].

É trivial que a prosperidade a que Diegues Júnior se refere estava direcionada exclusivamente ao grupo de senhores de engenho e de terra. Segundo Andrade (2010), o

³³ Os banguês eram engenhos movidos à água ou tração animal. Neles era cultivada a cana crioula (trazida do Oriente e adaptada no Mediterrâneo e nas ilhas do Atlântico). Este tipo de engenho, construído quase sempre às margens de rios para facilitar o escoamento da produção, tinha seu núcleo formado pelas senzalas, pela casa-grande e por uma capela.

senhor de engenho, além de ser proprietário e industrial, era também praticamente um chefe militar. Ele, o senhor de engenho, beneficiava sua própria produção de cana, a cana dos lavradores que cultivavam em partes do engenho e dos que tinham terras próprias nas proximidades (ANDRADE, 2010, p. 26). Vemos aí um exemplo claro de como o capital já se territorializava e monopolizava os outros territórios através da subordinação da agricultura. Considerado praticamente um chefe militar, o senhor de engenho possuía poderio bélico e homens para que pudesse dominar, reprimir e até mesmo massacrar os negros revoltosos, assim como manter o controle sob seu núcleo social.

Muito embora a economia açucareira pernambucana viesse em um ritmo acelerado de crescimento, a mesma se deparou com contratempos que a fez cair em uma intensa crise. Isso começou a ocorrer em meados do século XVII com as invasões holandesas e culminou, no fim deste século, com o surgimento da concorrência comercial das Antilhas e com a exploração do ouro em direção ao interior do país.

Como nos diz Andrade, “a agricultura canavieira no Brasil atravessou fases de crise e de esplendor” (2011, p. 87). Se uma parte do século XVII foi marcada pela crise na economia açucareira, a partir da segunda metade do século XVIII a indústria açucareira deu um sobressalto por conta das guerras travadas na Europa e das revoluções nas Antilhas.

O século XIX ficou marcado pela decadência do banguê. Com o avanço tecnológico da agroindústria açucareira, surgem as usinas que produzem muito mais açúcar em menos tempo e com melhor qualidade. Os senhores de engenho, que não acompanharam essa evolução, entraram em declínio e se tornaram meros fornecedores de cana para os usineiros ou migraram para a cidade (DIEGUES JÚNIOR, 2006). De acordo com Andrade (2010, p. 29):

Os produtores de açúcar se defrontavam com uma série de problemas que não eram capazes de resolver e não recebiam do poder público o estímulo necessário; além disso, a preocupação em manter uma vida faustosa e uma família quase sempre numerosa impedia que os principais produtores dispusessem de recursos para aplicar na modernização da agricultura e da indústria.

O fato é que muitos senhores de engenho assumiam dívidas que não podiam pagar. A hipoteca do engenho era a garantia da dívida e, quando o proprietário não conseguia saldá-la,

acabava tendo que entregar o engenho para comerciantes, geralmente portugueses (ANDRADE, 2010). Outros senhores de engenho conseguiam realizar “atos heroicos” (assim como define Diegues Junior), resistindo na terra com a produção de açúcar mascavo e da cachaça de alambiques de barro. Interessante ressaltar que Diegues Junior (2006) tem uma visão muito “romântica” dos senhores de engenho que viveram no Nordeste. Para ele, os senhores de engenho eram peças fundamentais para economia e cultura locais, heróis que resistiram aos avanços do mercado, e que se dividiam em bons e maus, sendo que os bons por muitas vezes eram incompreendidos por seus escravos tumultuosos. Em sua obra, riquíssima em informações, naturaliza-se por vezes a escravidão e tenta-se criar uma boa e importante imagem dos senhores de engenho.

Com a derrocada do engenho, extingue-se a figura do senhor de engenho. Surgem então a figura do bangüêzeiro (produtor de cana para as usinas, de açúcar mascavo e de cachaça) e a figura do usineiro (produtor industrial) (DIEGUES JÚNIOR, 2006). Nesse contexto, as primeiras “usinas” que aparecem são os engenhos centrais.

A implantação de engenhos centrais no Brasil se deu com apoio do Governo Imperial, financiado pelo capital inglês. Muitos desses engenhos centrais foram construídos pelos comerciantes enriquecidos que herdaram vários engenhos de bangüêzeiros falidos como pagamento de dívida. Segundo Andrade, “os primeiros engenhos centrais em Pernambuco começaram a funcionar em 1884, mas, em Alagoas, a modernização da indústria açucareira seria implantada com atraso, e sua primeira usina, a Brasileiro, safrearia pela primeira vez em 1892” (2010, p. 39).

As duas primeiras décadas do século XIX foram o período em que a usina sofreu o seu impulso inicial em Pernambuco, Estado líder da produção açucareira no Nordeste, uma vez que aí surgiram, entre 1885 e 1900, cerca de 49 usinas.

[...] foram raros os fundadores de usinas que se mantiveram como proprietários das mesmas. A maioria, sem dispor de capital, endividou-se, e teve de se desfazer das usinas fundadas nesse período, observaremos que muitas delas não existem mais, estão, como os velhos banguês, de “fogo morto”, tributárias de outras que tiveram melhor sorte. (ANDRADE, 2011, p. 113-114)

A história de altos e baixos na economia açucareira nordestina perdura até os dias atuais. Assim como os bangüês e os engenhos centrais, algumas usinas e destilarias

desaparecem ou são vendidas e entregues como pagamento de dívida quando entram em falência, enquanto outras (re)surgem. Do início do século XX para cá, tivemos mudanças neste setor, como por exemplo, o surgimento das destilarias (para produção de álcool) junto às usinas. O número de usinas em Pernambuco e Alagoas em 1910 era respectivamente 46 e 6, em 1920 eram 54 e 15 (ANDRADE, 2011, p. 115). Hoje nós temos a seguinte configuração nesses dois estados nordestinos:

Quadro 2: Usinas Cadastradas no Departamento de Cana-de-açúcar e Agroenergia

Pernambuco	18
Alagoas	23

Fonte: MAPA, 2013. Org.: SILVA, David P. O. 2014

De acordo com os dados do Conab (Safrá, 2012/13), os estados de Pernambuco e Alagoas ainda são os maiores produtores de açúcar e etanol do Nordeste e estão na lista dos maiores produtores do país. Neste período, a área de cultivo da cana-de-açúcar em Alagoas correspondeu a 448,86 mil hectares e em Pernambuco a 309,74 mil hectares.

O processo de territorialização do capital canavieiro no Nordeste compreende praticamente toda a história brasileira. Processo este que contribuiu significativamente para estabelecer uma estrutura social marcada pela concentração de terras e de riquezas. Nesse sentido, vejamos agora, com o objetivo de fortalecer esse argumento, a situação da estrutura fundiária na região Nordeste:

**Tabela 2: Número de estabelecimentos e área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total
Nordeste (1970/2006)**

Grupos de área total	Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)						Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)					
	Ano						Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995	2006	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Menos de 10 ha	4.069.487	4.311.476	4.492.372	4.969.961	4.110.940	3.785.736	1.499.625	1.641.931	1.654.841	1.971.391	1.570.510	1.498.395
10 a menos de 100 ha	17.880.589	18.185.588	20.317.203	21.281.842	19.275.283	20.102.488	560.893	567.033	637.263	667.491	604.261	650.865
100 a menos de 1000 ha	32.099.441	33.222.835	35.688.186	36.169.544	31.472.449	28.678.152	126.124	131.045	141.134	143.965	125.406	115.484
1000 ha e mais	20.247.898	22.969.043	27.944.481	29.632.772	23.487.735	23.508.035	8.660	9.120	10.235	10.552	8.907	8.212

Fonte: Censo Agropecuário IBGE, série histórica 1920/2006.
Org.: SILVA, D. P. O. 2013

A região Nordeste pode ser entendida como o reflexo mais emblemático da produção histórico-colonial brasileira no que concerne à desigual distribuição de terras. Foi nesta região onde começaram os engenhos dos grandes senhores de terras, escravocratas, e que deram lugar aos atuais usineiros (empresários agroindustriais), exploradores do trabalhador rural. Região onde as mazelas reproduzidas por essas oligarquias³⁴ perduram até os dias atuais.

Obviamente que a territorialização do capital no campo nordestino não foi apenas empreendida pelos “senhores da cana”, mas também pelos “senhores do gado” - que sempre estiveram presentes no fornecimento de bovinos para o trabalho nos engenhos e para alimentação -, “senhores do algodão”, muito fortes no século XIX, e demais agroempresários e latifundiários.

Se tomarmos o Brasil como referência, comparando as **tabelas 1** (ver pág. 36) e **2**, notamos que o Nordeste não concentra a maior parte das grandes propriedades existentes em território nacional, mas, por outro lado, quase metade da área brasileira onde estão agrupados os pequenos estabelecimentos agropecuários está no Nordeste. Ou seja, de uma área com 7.798.777 de hectares distribuída em áreas com menos de 10 hectares em todo o Brasil, 3.785.736 de hectares estão no Nordeste. Mas não confundamos essa análise com uma interpretação de melhor distribuição de terras. Nesse sentido, chamamos atenção para um aspecto elucidativo, de que o módulo fiscal no Nordeste é bem menor do que nas outras regiões do país. Todavia, o dado mais elucidativo é a comparação que podemos fazer entre a área dos grupos de área total e o número de estabelecimentos. Por exemplo, no ano de 2006 temos a constatação de que 23.508.035 de hectares estão concentrados em apenas 8.212 estabelecimentos rurais, sendo que nenhum deles possui menos de 1000 hectares. Por outro lado, no mesmo ano, foi constatado que uma área de 3.785.736 de hectares compreende 1.498.395 estabelecimentos de menos de 10 hectares. E o mais grave, **a tabela 2** revela que o quadro de concentração fundiária no Nordeste, assim como no Brasil, permaneceu praticamente inalterado nas últimas quatro décadas. Ainda sobre a estrutura fundiária nordestina, Andrade (2011, p. 62) coloca que:

³⁴ Um exemplo evidente seria o poder das oligarquias rurais alagoanas por todo o país, tendo em vista expressões políticas como Fernando Collor de Mello e Renan Calheiros. Neto de senhor de engenho e “filho” da oligarquia rural de Alagoas, Collor foi o primeiro Presidente eleito com voto direto e democrático, mas, após três anos de mandato, foi deposto por impeachment acusado de envolvimento em esquemas de corrupção. Atualmente, Collor é senador da república. José Renan Vasconcelos Calheiros, também filho das oligarquias alagoanas, foi senador entre 2005 e 2007, quando renunciou o cargo após várias denúncias de corrupção. Renan Calheiros voltou ao senado e atualmente é o Presidente de Senado Federal do Brasil.

[...] temos de salientar os grandes desníveis econômicos entre a população rural, uma vez que há, ao lado de grande massa de trabalhadores rurais assalariados, pequeno número de grandes e médios proprietários com elevado padrão de vida. Entre uns e outros há ponderável percentagem de pequenos proprietários que, conforme a localização e qualidade das terras que possuem, ora têm um padrão de vida razoável, semelhante aos dos colonos de origem estrangeira do Sul e Sudeste do Brasil, ora mourejam na terra em condições precaríssimas, ora trabalham como assalariados de grandes e médios proprietários vizinhos e têm um padrão de vida idêntico ou semelhante ao dos trabalhadores sem terra. Formam, muitas vezes, a grande massa camponesa que, encontrando no campo condições econômicas verdadeiramente repulsivas, migraram para o Sul – norte do Paraná -, o Sudeste – Rio de Janeiro e São Paulo -, o Meio-Norte – Maranhão – e para o centro do País – Brasília -, à procura de melhores condições de vida e de trabalho.

Manuel Correia de Andrade discute sobre as disparidades econômicas provocadas principalmente pela desigual distribuição de terras no Nordeste. Ele nos mostra o que tem ocorrido ao longo da história com os camponeses pobres e sem terra, que migraram para as grandes cidades em busca de melhores condições de vida, mas que lá também encontraram descaso e miséria resultante da falta de oportunidades e perspectivas de futuro, formando, ou se unindo a milhares ou milhões de trabalhadores nas mesmas condições. Esse foi um dos processos que ocorreram com essa grande massa de camponeses, a migração. Outro processo foi a organização de parte dessa massa de camponeses e trabalhadores rurais sem terra na luta pela terra, organizados através das Ligas Camponesas e dos sindicatos rurais na década de 1960 e dos movimentos sociais camponeses no final do século XX e início do século XXI.

A formação e a espacialização da LCP pelo Nordeste fazem parte desse processo histórico de antagônico de classes, visto que esse movimento tem organizado parte dessa massa de camponeses e trabalhadores (sem terra) explorados nas monoculturas da cana. Grande parte deles, após terem trabalhado arduamente por toda uma vida, ainda hoje lutam por um pedaço de chão para sobreviver e construir uma garantia de vida digna para suas famílias.

3.2. A formação e a espacialização da LCP no Nordeste

A LCP iniciou as suas atividades na região Nordeste em 5 de setembro de 2007 com a tomada da Fazenda Bom destino, localizada no município de Cajueiro/AL. De acordo com o documento do 1º Encontro de Delegados da LCP no Nordeste, essa ocupação gerou alguns problemas, pois o INCRA e a Ouvidoria Agrária teriam argumentado que a área estaria reservada para o MLST (Movimento de Libertação dos Sem Terra). Entretanto, a LCP continuou organizando os camponeses da área. Esse foi o primeiro passo para que a Liga pudesse se espacializar pelo Nordeste.

Ainda em 2007, no mês de Novembro, o movimento organizou uma manifestação em Recife/PE em prol da libertação do líder camponês José Ricardo. A manifestação e os recursos necessários foram mobilizados pelos camponeses de Alagoas.

No ano de 2008, a Liga organizou a resistência das famílias das áreas Pedrinhas, Vieira e Pitombeiras à reintegração de posse. Foi o começo da Liga nessa região e, embora os camponeses tenham resistido, um grande contingente da Polícia Militar de Alagoas conseguiu desocupar a área. Com os camponeses expulsos da área, a LCP organizou uma ocupação na prefeitura de Capela/AL que durou 4 dias, marcando o início de um intenso conflito, o qual viemos a conhecer em 2010.

Conforme informação já citada no capítulo anterior, neste mesmo ano de 2008, a “Gazeta de Alagoas” publicou uma matéria registrando a chegada da LCP no estado. O jornal fundamentou-se na reportagem da revista “Isto É” para disseminar informações de que o movimento era ligado a grupos de guerrilheiros e adotava a luta armada como estratégia para alcançar o poder. De acordo com documentos da LCP, o jornal, que pertence à família do Senador Fernando Collor de Melo, fez uma verdadeira campanha de criminalização do movimento camponês em Alagoas. Trazemos uma imagem com a chamada da matéria:

Figura 4: Matéria do Jornal "Gazeta de Alagoas" sobre a LCP



Org.: SILVA, David P. O. 2014

Completando um ano de organização em Alagoas, a LCP conseguiu se espacializar rapidamente, ou seja, conseguiu ocupar novas áreas e retornar a outras, tanto na Zona da Mata como no Litoral. Com a campanha de libertação do líder camponês José Ricardo, o movimento chega ao estado de Pernambuco e, em outubro de 2008, avança para o Ceará. Em Pernambuco, a LCP conseguiu organizar, através da liderança de José Ricardo, a tomada da Fazenda Peri-Peri e a tomada e corte das terras dos Engenhos da Usina Catende. No Ceará, o movimento cedeu apoio em defesa do território do grupo indígena dos Tapebas, realizando uma tomada na cidade de Pentecoste. Um ano foi o período suficiente para o movimento estabelecer seus espaços de resistência na região.

Com isso, em novembro de 2009, o movimento conseguiu realizar no município de União dos Palmares/AL o seu 1º Encontro de Delegados. O evento reuniu 110 delegados representantes de 20 áreas organizadas pela LCP nos três estados. Seguindo o planejamento de seu programa agrário, após o encontro a LCP elegeu uma nova coordenação regional que ficou a cargo de mobilizar as famílias camponesas para organizar o primeiro congresso do movimento no Nordeste.

Figura 5: Plenária de abertura do 1º Congresso da LCP do Nordeste.



Arquivo: LCP do Nordeste, 2008.

No mês de dezembro, a LCP do Nordeste realizou, no município de Catende/PE, o seu primeiro congresso. Participaram do *1º Congresso da LCP do Nordeste* cerca de 800 camponeses, além de estudantes, professores e operários. Logo após a realização do balanço sobre o ano de 2008, os camponeses foram às ruas da cidade e marcharam até a Usina Catende, onde realizaram um ato. No evento, também foram feitas homenagens ao líder José Ricardo que veio a falecer ainda no final de 2008, vítima de um acidente de motocicleta.

Em 2010, conhecemos o movimento e sua principal liderança, o Índio. Atualmente, não tivemos a oportunidade de entrevistá-lo em nossa pesquisa, pois o mesmo se encontra em outro movimento, o que estabeleceu uma dificuldade de contatá-lo. Entretanto, a professora Liedja Batista Lopes, em sua pesquisa para elaboração da monografia, conheceu um pouco da história de militância do Índio e da LCP em Alagoas. Seu trabalho foi sobre a impunidade que existe referente aos casos de violência contra trabalhadores rurais sem terra no estado de Alagoas. Em entrevista com o Índio, colhida em 2009, Lopes (2010) revela que o mesmo é filho de camponeses militantes que atuaram nas Ligas Camponesas de Francisco Julião na

década de 1960 e herdou dos pais o sonho de, através da luta pela Reforma Agrária, conquistar o seu pedaço de terra. Nessa época, o Índio ainda afirmou que:

A LCP apareceu como alternativa aqueles trabalhadores que, descrentes com a reforma agrária do governo, optaram por ingressar e desenvolver um movimento no estado que reivindicasse a revolução agrária, propondo o corte e a divisão das terras sem ter que esperar pelos órgãos governamentais (sendo esta a principal bandeira da LCP). (LOPES, 2010, p. 40)

De acordo com Lopes (2010), no ano de 2009 a LCP já organizava 26 acampamentos no estado de Alagoas, com 1200 famílias cadastradas. O movimento atuava em 12 municípios: Jacuípe, Porto Calvo, São Miguel dos Milagres, Porto da Rua, Porto de Pedra, Capela, Cajueiro, Chã Preta, União dos Palmares, Joaquim Gomes, Ibateguara e Colônia Leopoldina. Foi um processo rápido de espacialização que se expandiu pelas regiões do agreste, zona da mata e litoral.

No período entre o ano de 2010 e o ano de 2013, mudanças significativas ocorreram no movimento. Devido a divergências internas na coordenação regional da LCP, o Índio acabou sendo expulso da LCP e ingressou em outro movimento, o Movimento Terra Livre (MTL). Com ele permaneceu a coordenação da maior parte dos acampamentos em Alagoas. Ou seja, a LCP perdeu a liderança de vários acampamentos, pois o Índio saiu levando consigo a liderança dos acampamentos para o MTL. Este fator, aliado aos despejos ocorridos nos últimos dois anos, foi significativamente importante para reduzir o campo de atuação da LCP no espaço agrário nordestino. Restaram apenas três áreas de acampamento sob a coordenação da LCP, sendo duas áreas em Alagoas (uma de luta pela terra e outra de luta por moradia) e uma em Pernambuco (de luta pela terra). A LCP do Nordeste possui um coordenador em cada área, que são o Del, o Júnior e o Dida, que, além de serem coordenadores de suas áreas, são coordenadores na região. Com relação à saída do Índio da LCP, Dida nos relatou³⁵ que:

³⁵ Em entrevista concedida em 10 de outubro de 2013, na Área Revolucionária José Ricardo, no município de Lagoas dos Gatos/PE.

Índio tinha lá 15 pessoas na coordenação com ele lá. Tem 15 pessoas com ele lá.

[...]

Aqui sempre só viveu acho que 6 pessoas. Era eu e uns companheiros que teve meu aqui sabe. E lá tinha 15. Aí toda semana botava gente pra fora, expulsava gente, botava gente novo. Tinha vezes que a gente fazia encontro de delegado aqui, reunião aqui com o pessoal de Alagoas, e aí elegia o pessoal tudinho. Quando era dois, três meses, nós se juntava, aqueles não eram mais, já vinham outras pessoas.

[...]

Ele fez umas coisas lá que fugiu do controle da Liga nacional né. A forma de trabalhar é diferente. A gente brigava por moradia, chegou a ter 25 áreas no estado de Alagoas, ninguém podia visitar essas áreas. Alagoas chegou a ter no tempo de Índio 25 áreas, entre campo, entre sem teto e sem terra. Essas áreas ele dizia que tinha tudinho e nós não via ele. Lá cobrava um tal de cadastro lá, que a gente não sabe nem o que é isso aqui, todo mês o pessoal tinha que pagar um cadastro dele. Parece que era 15 reais ou era 10, uma quantia assim, 10 reais assim, naquele tempo. Se não pagasse era expulso, tinha que pagar, e eu soube que ele dizia que pagava pra nacional. A nacional que mandava, e o que a gente tem conhecimento é que a nacional todo mês mandava um recursozinho. (Dida. Trabalho de Campo, 2013)

Conversando com o Dida, percebemos que a saída do Índio se deu principalmente por divergências metodológicas e ausência de transparência nas ações. O interessante é que, quando ocorreu a saída do Índio, as famílias camponesas continuaram na luta com ele, independentemente de qual fosse a bandeira do movimento. Nota-se que isso se estabelece por conta da relação de confiança e gratidão para com aquele “líder”. Cria-se um personalismo³⁶, no qual as famílias camponesas apoiam a liderança e não o movimento em si, mas o movimento que está com a liderança.

Conversamos com a Superintendente do INCRA de Alagoas sobre como ela via essa questão da representatividade das lideranças nos movimentos atuantes no estado. Sobre isto, ela nos diz o seguinte:

Eu percebo o seguinte. Eles se identificam com as pessoas. Tem uma influência grande, porque você vê que o estado de Alagoas é um estado onde, é um campeão de analfabetismo, o grau de cultura das pessoas, a escolaridade lá em baixo. Eu já fui pra assentamento que todos assentados na hora de assinar o termo, todos foram assinar na digital. Então é uma coisa assim muito séria. Então essas pessoas pra ter uma compreensão. Dois

³⁶ Mitidiero Junior (2002) também constatou as práticas de personalismos quando estudou o Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) em sua dissertação de mestrado.

movimentos que eu vejo assim muito fortes em termos do que é o programa, a concepção, é o MST, tem um programa formação pesada, MST tem disciplina, tem tudo, o MST realmente tem. E a CPT, muito ligada à Igreja né, e também tem muita formação, então. Tem mais dois né, o MLST que procura se organizar, mas é bem menos, e o MTL. Mas esses outros têm dificuldade concreta. É a fala das lideranças. Você vê uma diferença concreta da liderança que tá aqui e uma liderança que vem de lá. Há uma dificuldade, há um descompasso entre aquilo que a liderança fala e a compreensão, a organização que tá lá. (Lenilda. Trabalho de Campo, 2013)

Embora a superintendente do INCRA represente uma instituição burocrática do Estado, no que se refere à execução da reforma agrária, e por ser militante do PT tenda a supervalorizar o MST, a sua fala condiz com a realidade. Segundo a fala da entrevistada, grande parte das famílias camponesas inseridas na luta pela terra em Alagoas não tem ciência da estrutura teórico-metodológica do movimento que faz parte. E não importa muito qual movimento seja, se é MST, CPT³⁷, MLST, LCP etc.

Mas, obviamente, as famílias que participam dos rachas entre os movimentos sabem contra quem estão lutando e pelo que estão lutando. Elas querem terra para trabalhar e almejam melhoria em suas vidas, querem viver com dignidade e garantir um futuro para seus filhos. Elas passam a conceber a realidade de forma crítica a partir da própria condição de vida e através do processo de politização construídos nos espaços de discussões e ações do movimento social. Entretanto, identificam-se mais com as lideranças e não com o movimento em si.

No caso da LCP do Nordeste não é diferente. Na verdade, todos os movimentos sociais camponeses disputam territórios e, até certo ponto, lideranças para garantir também o seu espaço de influência. A disputa territorial não se caracteriza apenas entre latifundiário e camponês, mas algumas vezes entre camponeses, por conta das divergências entre movimentos. Por outro lado, em muitos momentos, esses movimentos se reúnem em ações conjuntas, pois assim, ganham força nas suas ações.

No caso da formação e espacialização da LCP no Nordeste, a saída do Índio gerou uma drástica transformação no quadro de influência da LCP. No complexo de fazendas “Pedrinhas, Vieira e Pitombeiras” que conhecemos em 2010, parte dos camponeses logo foi despejada e todas as famílias tiveram que se aglomerar acampadas na Fazenda Pitombeiras.

³⁷ Em entrevista (2013), Golbery Lessa, assessor no INCRA, relatou que a CPT atua em Alagoas como um movimento social e não como uma instituição de apoio.

Sob a coordenação do Movimento Popular Terra Livre que integrou o Índio como uma de suas principais lideranças, cerca de 120 famílias resistiram até janeiro de 2013, quando foram despejadas através de uma ação da Tropa de Choque ordenada pela 4ª Vara Agrária – AL.

Como desfecho dessa história, e principalmente pelo racha com o Índio, restaram apenas dois acampamentos de luta pela terra sob a coordenação da LCP no Nordeste, que são: o acampamento “Área Revolucionária Renato Nathan”, no município de Messias/AL e o acampamento “Área Revolucionária José Ricardo”, no município de Lagoa dos Gatos/PE.

Além das entrevistas realizadas com os representantes do INCRA de Alagoas, estes dois acampamentos formaram o recorte espacial delimitado para realização da pesquisa de campo. Através da vivência, procuramos conhecer a dinâmica organizativa do movimento em seus territórios e as transformações sociais e territoriais resultadas de suas ações. Desse modo, utilizamos a observação e as entrevistas abertas às famílias camponesas, lideranças e professores ligados à LCP, na obtenção de informações e dados para o desenvolvimento da análise neste trabalho.

3.2.1. LCP do Nordeste: organização e áreas revolucionárias

No capítulo anterior, analisamos o surgimento da LCP e discutimos sobre as teses e a estratégia organizacional do movimento como um todo. Pautamos sobre como a LCP se organiza nas regiões e quais aspectos fazem parte da organização de suas áreas, mas não aprofundamos sobre como a sua proposta de programa agrário tem se materializado. É o que pretendemos trabalhar neste tópico.

Para tanto, tomamos a LCP do Nordeste como referência para analisar o desdobramento da realidade de camponeses nordestinos que têm suas vidas marcadas pelo histórico de exploração do trabalho no campo e dos conflitos de terras. Procuramos entender como a LCP tem organizado as famílias camponesas e quais as transformações territoriais provocadas por estas ações

A LCP é um movimento que propõe agir sem esperar pela morosidade das políticas do poder público. Há na materialização de seu programa a busca de se introduzir certa autonomia aos camponeses em suas ações. Para a LCP, esta postura autônoma deve estar presente desde a “tomada de terra” até os processos de produção agrícola e organização do acampamento. Por isso, o movimento estruturou determinados objetivos e atividades a serem desenvolvidos

dentro de um processo gradativo para a conquista da terra. Vejamos a seguir as principais etapas estabelecidas no discurso da luta em defesa da Revolução Agrária.

- 1) **Tomada de terra:** A tomada de terra é o ato de ocupação da propriedade e ocorre através da organização dos camponeses que já viviam trabalhando na grande propriedade (improdutiva) ou nas suas proximidades. A LCP orienta aos camponeses ocuparem as melhores terras com o objetivo de garantir a conquista de uma terra fértil que possibilite uma produção farta e de qualidade, já que, por muitas vezes, as instituições governamentais incentivam aos camponeses ou os deslocam para terras de péssima qualidade, nas quais os proprietários almejam a desapropriação.
- 2) **Assembleia do Poder Popular (APP):** As APP's são reuniões de caráter democrático entre os camponeses que compõem um acampamento. Nelas são discutidos temas pertinentes ao interesse coletivo das famílias envolvidas na ocupação. Qualquer camponês pode levantar uma proposta para ser debatida por todos.
- 3) **Comitê de Defesa da Revolução Agrária (CDRA):** O CDRA é o órgão responsável pela direção e pela coordenação geral das atividades do acampamento. A ele cabe a manutenção da disciplina, da ordem e a ideologia dentro da área. Ao mesmo tempo em que este comitê tem o objetivo de liderar e distribuir tarefas às massas, ele deve ouvi-las e prestar contas. O CDRA também tem o papel de conduzir as sessões da APP. O CDRA é formado por camponeses indicados por seus Grupos de Base e eleitos pela APP.
- 4) **Corte Popular:** É a atividade responsável pela divisão das terras realizada ainda no acampamento. No corte, são feitas a medição e a distribuição dos lotes para as famílias em luta. Com as doações de organizações e arrecadações entre os próprios camponeses, a coordenação do acampamento consegue adquirir o taqueómetro/estação total (versão moderna do teodolito). Os técnicos geralmente trabalham voluntariamente, pois são apoiadores do movimento. Depois do corte, as

famílias já podem produzir em seus lotes, sem esperar pela burocracia do INCRA para realizar este trabalho.

- 5) **Entrega dos Títulos de Terra:** Após o Corte Popular, cada família recebe um certificado simbólico, especificando a demarcação e os limites de seu lote, o que representa o título da terra.
- 6) **Festa do Corte Popular:** Durante a entrega dos títulos, ocorre, de forma simultânea, a Festa do Corte Popular, na qual os camponeses celebram a “conquista” de seu pedaço de terra.
- 7) **Agrovila:** No acampamento, é o agrupamento de casas que ficam afastadas dos lotes para que os camponeses possam interagir de maneira coletiva.
- 8) **Escola Popular:** É a escola construída nos acampamentos da LCP. É erguida e estruturada por professores e/ou graduandos apoiadores do movimento, de forma democrática, e sob a égide de três pilares básicos: alfabetizar; politizar e produzir.
- 9) **Biblioteca Popular:** A Biblioteca Popular faz parte da estrutura da Escola Popular. É construída com objetivo de ser um espaço de estudos e lazer para todas as famílias camponesas do acampamento ou assentamento.
- 10) **Seminário de Produção:** Neste seminário, os camponeses fazem um balanço parcial ou total de suas produções de um determinado período na área em que vivem. No evento, os camponeses também debatem e planejam suas ações em termos de produção agrícola.
- 11) **Grupo de Ajuda Mútua (GAM):** São equipes formadas por camponeses para desempenhar trabalhos coletivos. Os Grupos de Ajuda Mútua aglutinam famílias no trabalho de produção, que vai do plantio à colheita. Assim, os camponeses do acampamento evitam contratar força de trabalho, produzem mais e beneficiam as pequenas famílias.
- 12) **Feira da Revolução Agrária:** É uma feira organizada pelos próprios camponeses

que militam junto à LCP. Juntos, os camponeses de uma determinada área levam parte de sua produção para comercializar na cidade, evitando assim, a ação de atravessadores. Nesta feira, os camponeses da LCP levam suas bandeiras e eles mesmos vendem suas mercadorias, o que possibilita uma renda maior e ainda dá visibilidade à seriedade da atuação do movimento na região.

A definição de cada uma das etapas propostas pela LCP no projeto de Revolução Agrária foi construída com o objetivo de facilitar a compreensão de determinados aspectos da organização da LCP que venhamos a discutir com a análise da organização da luta nos acampamentos. Porém, não nos limitamos a analisar a luta das famílias por estas atividades organizacionais. Procuramos descobrir e analisar as histórias de luta como um todo, já que grande parte das famílias está em luta há muito tempo, inclusive tendo participação e militância em outros movimentos sociais camponeses.

A partir de agora, trataremos da luta das famílias camponeses que conhecemos em campo. Famílias estas que nos ensinaram, através de suas histórias de vidas, um pouco sobre como tem se desenrolado o movimento dialético dos antagonismos de classes no campo nordestino. Os “frutos” da luta pela terra não são meramente político-sociais, mas são frutos que têm alimentado aqueles que cuidam e trabalham na terra e aqueles que vivem na cidade.

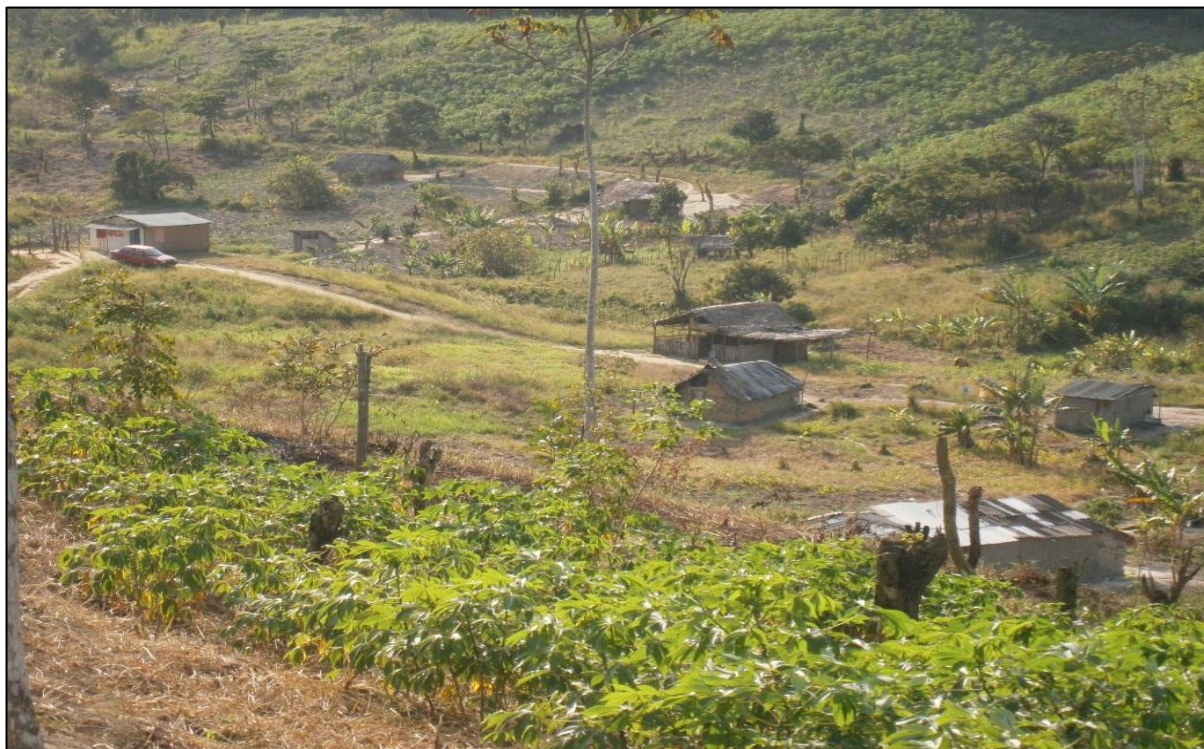
3.2.2. A “Área Revolucionária Renato Nathan”

O acampamento, nomeado pelos camponeses da LCP de “Área Revolucionária Renato Nathan”, está localizado no município de Messias/AL (ver mapa na pág. 171). O município de Messias está localizado na região da Zona da Mata Alagoana, compõe a região metropolitana de Maceió e, de acordo com os dados do IBGE (2010), tem uma população de 15.682 habitantes. O município nasceu através de um povoado criado pela família Calheiros. A agricultura e a pecuária impulsionadas por famílias da região e, mais tarde, o aparecimento da Usina Bititinga, fizeram com que a povoação se expandisse e o distrito de Messias viesse a se tornar município em 1962.

A área do município de Messias, assim como maior parte da Zona da Mata alagoana, é marcada pela larga produção de cana-de-açúcar destinada ao fornecimento para as usinas. A exploração do trabalho nos territórios do agronegócio é bastante visível. A expropriação dos

camponeses por conta da presente territorialização do capital também é muito marcante.

Figura 6: Acampamento "Área Revolucionária Renato Nathan".



Fonte: Trabalho de Campo, 2013. Autor: SILVA, David P. O. 2013.

A “Área Revolucionária Renato Nathan” está localizada em uma região muito próxima ao núcleo urbano de Messias, conhecida pela população como Lageiro. Anteriormente, o acampamento era chamado de Área Revolucionária Lageiro, mas o movimento resolveu fazer uma homenagem ao professor (militante) da LCP em Rondônia, Renato Nathan, que, segundo o movimento, foi assassinado a mando de latifundiários. No passado, antes mesmo da ocupação das famílias atuais, as terras de Lageiro eram ocupadas por posseiros e sitiantes que viviam do que produziam ali. Estes camponeses foram expulsos pela Usina Utinga Leão, que se apropriou das terras através de violência. O coordenador do acampamento nos relatou sobre as famílias que habitavam as terras antes da usina:

Aqui era uma família chamada Mororó. Esse povo abriu o dia e a noite e ninguém sabe onde esse povo se meteu. Não sei onde foram. Ali embaixo, entrando pra lá, era a Bica da Carmé, que era um povo da minha família. E na realidade, na verdade, aquilo ali, lá pra dentro era a família dos meus pais

que morava ali dentro. Família dos Brás, que morava ali dentro. Aí com essa ilusão de morar na rua, na cidade, foi desprezando. Ali pra baixo a gente dava o nome do Riachão, que era da minha família também, que morava lá embaixo. Tinha aqui na época duas casas de farinha, a daqui de cima eu não consegui alcançar não, aqui em cima tinha uma casa de farinha. Ali já tinha outra, e lá embaixo tinha outra casa de farinha. Aí eles foram botando pra correr o povo...

[...] isso aqui não era da Usina Utinga Leão não. Cada um tinha um sítiozinho, uma coisinha assim. Isso aqui, essa área aqui tinha manga, era jaca, era pé de coco, caju [...] A usina botou os caras pra correr. A usina dava um “cala boca” e saía tomando as terras, entendeu? Matando o povo, na baixa, na calada, “ou tu corre ou tu morre, isso aqui é da gente”. (Del – Coordenador do Acampamento. Trabalho de Campo, 2013)

A Usina Utinga Leão é uma das 23 usinas ainda em funcionamento em Alagoas, mas, segundo o entrevistado, está à beira da falência há algum tempo. A usina por muito tempo produziu cana-de-açúcar nas terras de Lageiro. As terras de Lageiro incorporavam uma extensa área de produção, mas nesse local a produção foi abandonada. Há alguns anos, a usina entrou em processo de falência, pois não vinha conseguindo renovar o plantio da cana e pagar os salários atrasados dos trabalhadores. Por esse motivo, e por conta dos boatos de crise da usina, em 2009, os trabalhadores organizados pelos movimentos LCP, MTL e CPT resolveram ocupar parte das terras da Usina Utinga Leão como forma de garantir seus direitos. Foi uma ação conjunta entre os movimentos, pois desta forma foi possível reunir um maior número de famílias e levantar os acampamentos em todas as áreas improdutivas da fazenda. A maior parte das famílias que ficou acampada era de ex-trabalhadores da usina, inclusive em Lageiro. O entrevistado nos relatou que, quando eles chegaram para ocupar e construir o acampamento, a terra estava abandonada com cana velha plantada.

Em 8 de dezembro de 2010, após um ano de ocupação, houve um assassinato de uma liderança no acampamento. Fato este que não foi relatado em pesquisa de campo. Encontramos esta informação em uma nota publicada na internet pela LCP do Nordeste, de onde retiramos o seguinte trecho:

No dia 8 de dezembro, quarta-feira, às 17 horas, o companheiro Elias Francisco Santos da Silva foi assassinado dentro do Acampamento Lageiro, município de Messias (Alagoas) em terras da Usina Utinga. Foi um assassinato covarde e brutal, o companheiro foi morto com três tiros de escopeta, calibre 12, sendo um deles disparado contra seu rosto. Logo após o ataque, as famílias acampadas, com medo, abandonaram a área. A própria

PM quando chegou ao local do crime foi recebida a tiros pelos assassinos que ainda estavam de tocaia na mata. O assassinato do companheiro Elias ocorreu num momento de crescentes ameaças da chamada “segurança” da Usina Utinga devido ao despejo que estava para ocorrer a qualquer momento. No dia 18 de agosto, o Movimento Terra e Liberdade protocolou denúncia no Ministério Público Federal revelando “a existência de grupo paramilitar na Usina Utinga Leão”. Segundo a denúncia do MTL: “A partir daí a Usina ingressou com ação de despejo e, não conformada passou a usar de expediente extrajudicial, com a atuação de grupo paramilitar, pistoleiros se dizendo vigias (...) que andam armados de revólveres, pistolas e espingardas calibre 12 (...)” (Nota da LCP do Nordeste³⁸)

Por causa do assassinato de Elias, várias famílias camponesas abandonaram o acampamento com medo de novas represálias. Apenas um grupo de famílias sob a liderança da LCP resistiu na ocupação das terras da usina Utinga Leão, conhecida como Fazenda Riachão. Restaram apenas 50 famílias cadastradas pela LCP no acampamento, embora houvesse antes cerca de 200 pessoas. A atual liderança narra o seguinte:

Quando eu cheguei aqui que eu tomei conta de tudo, aqui tinha uma faixa de 200 ou mais de 200 pessoas, agora só no cadastro. Aí aqui de pessoa tinha umas 40.

[...] Aí quando cheguei foi mais de semana, foi umas duas semanas, pra eu ajeitar esse cadastro todo, pra saber de onde vinha esse povo. Tinha gente até de Amazonas. Agora recebia feira sabe, recebia feira do INCRA, eles vinham pra cá. (...) Aí chamei os meninos, aí contei aos meninos, o Baixinho, o PJ e o Cabeludo. Aí conversei com eles, gente olhe, trabalhe do jeito direito isso aí, que isso dá problema, dá cadeia. Até quando conseguimos acertar, quando conseguimos acertar, aí pronto, aí hoje se encontra 50 famílias, mas é só 50 famílias, nem é mais nem é menos, que pra dar dor de cabeça já basta essas 50 mesmo.

[...] Cada um tem seus lotes. (Del - Coordenador do acampamento/LCP. Trabalho de Campo, 2013)

Através deste número de famílias, foram divididos os lotes. A área possui 75 hectares e foi dividida em lotes de 1,5 hectares por família. São lotes pequenos, mas que têm gerado transformações significativas na vida destes camponeses e do município de Messias.

Com a ocupação, a usina Utinga Leão reagiu alegando ser a dona das terras, embora

³⁸ Disponível no link: <http://www.ligaoperaria.org.br/1/?p=424>

não tenha apresentado nem mesmo um documento de propriedade. Sobre este impasse que gerou disputa jurídica, Neto³⁹ explica que:

Aqui foi assim. Quando ele entrou aqui, entrou vários movimentos junto assim né, muitos movimentos. Aí eles foram os únicos que se manteve aqui. Aí aqui ficou. Só que a usina fala que é Rio Largo. Aí ela tá tentando provar que é Rio Largo, que Rio Largo ela tem documento de terra. Ela quer pegar inscrição de uma área que tem aqui do lado dela que pertence a Rio Largo, pra tomar isso tudo aqui entendeu? Mas o INCRA reconhece aqui como Messias, não reconhece como de outra cidade. (Neto. Trabalho de Campo, 2013)

Enquanto a usina tentou provar que era dona das terras para incorporá-las à sua propriedade localizada no município vizinho (Rio Largo), os camponeses já possuíam uma história de luta e resistência de anos nessa área. Desde que montaram o acampamento, produzem uma diversificação de alimentos que consomem e vendem na cidade. Para os coordenadores da LCP, essa é a importância de se produzir logo depois da tomada de terra. O camponês lutará com mais garra se já possui o seu lote definido e sua produção e, além disso, poderá se manter sem esperar a ajuda do INCRA. Mesmo antes do Corte Popular, as famílias já produziam. A divisão em lotes organiza e dá mais autonomia de produção a cada família. Cada família decide o que irá plantar. Não há uma decisão coletiva quanto a isso, mas grande parte das famílias planta a macaxeira, pois é um alimento de tradição regional.

Mesmo com a morte de uma liderança, a história de luta das famílias de Lageiro não foi marcada por intensos conflitos e ordens de despejo, mas por ameaças e disputas judiciais. As ameaças partiam de trabalhadores da usina e as disputas judiciais findaram em um acordo entre a Usina Utinga Leão e as famílias do acampamento. Podemos entender melhor esse contexto com o relato do próprio Del, coordenador do acampamento:

[...] a conversa desse puxa-saco da usina é muita. Não é o chefe que vem conversar com a gente, é os cabras mesmo, o trabalhador, o cortador de cana, o puxa-saco que trabalha lá. Aí quando passa, passa só de piadinha né. Conversa lá pra cima até que vem bater no meu ouvido. Que a usina vai tomar, correr, botar os trator aqui dentro, vai plantar é cana e não sei o que

³⁹ Professor da Escola Popular do acampamento e militante apoiador da LCP.

mais lá... Essa conversa nunca deixou de existir. Deixou agora, depois que a gente foi lá no juiz. A gente foi embaixo lá, veio intimação pra gente ir. A primeira vez aí a gente foi lá, o juiz que era muito conhecido aí na paróquia dele aí, até que ele não deu quando o advogado da gente falou, advogado novo, novo de idade e novo de serviço de luta pela terra né. Aí começou a falar e vire e mexe, até que o juiz ia dar questão ganha pra usina né. Aí chegou e perguntou se eu tinha alguma coisa a falar. Eu digo “tenho”. Aí quando eu comecei a falar, o juiz só escutando. Aí o juiz disse: “Olha doutor, aí tem coisa errada. Tá suspenso o caso do Lageiro pra tal dia, procure provas”, isso com a usina né, “procure prova do seu lado pra trazer pra cá e o senhor procure prova do seu lado pra trazer pra cá que tem coisa errada aí no meio”, porque a usina saiu comprando um bocado de coisa que não era certo. [...] Aí o juiz foi e suspendeu o caso pra outra vez né. No caso, deu o dia pra gente procurar, como é que se diz, as melhora, tanto pra o lado da usina como o lado da gente. Aí o que ele fez foi procurar as coisas não certa, ele foi buscar um bocado de coisa, isso aqui não pertencia à Messias, a área não pertencia à Messias, pertencia à Rio Largo, que a área aqui não pertencia ao município de Messias, pertencia à Murici, que a área daqui era de uma área que tinha lá em cima que é na Esperança, e começou a juntar coisa com coisa, aí quando chegou a outra intimação, aí falei: “bora”. Já era outro juiz, já era outro novato. Aí agora pronto, ou empena ou desempena. Aí começou logo o advogado da usina metendo pau na gente. O juiz não tinha nem abrido a sessão ainda, ele já começou, pela intimidação né. Aí começou a meter o pau na gente, dizendo que a gente era um bocado de teimoso. Só não chamou a gente de santinho. E eu sem poder dizer nada. Eu com vontade de dizer e o advogado da gente “é melhor ficar calado”. A promotora também mandava o outro esperar, aí falou o advogado da gente, ele dizia uma coisa, o advogado da gente combatia, o advogado da gente dizia uma coisa, o advogado deles lá queria desmentir. Aí nessa reunião que foi feita, essa última, essa derradeira agora, esse juiz novato, aí mandou convocar todos os movimentos que estavam em problema, mandou chamar e chamar os advogados de tudinho né. Aí só quem apareceu lá foi a gente da Liga, o cara do INCRA, o cabeça do INCRA foi, e outro coisa lá que não sei se foi essa vez. Parece que foi essa vez mesmo que o advogado da gente foi até falar em favor deles, que o juiz mandou, que o advogado deles não tinha vindo, de outra área né. Aí quando chegou na hora da gente, conversei tudinho, vire e mexe e tal, e o juiz, a promotora e o escrivão tudinho lá anotando tudinho. Quando chegou na minha vez... o juiz já ia dá questão ganha pela usina, aí o advogado da gente perguntou: “tem alguma coisa pra falar?”. Eu digo: “Oxe! Tenho, porque quem vive lá dentro sou eu. Eu quem sei dos procedimentos lá dentro tudinho”, aí eu digo: “Sua Excelência, eu desconcordo com o que o doutor falou aí, eu desconcordo com isso aí assim”. Aí ele perguntou, o cara do INCRA né, o cara do INCRA deu uma força da porra a gente também viu. [...] Aí ele chegou e disse: “O senhor, seu Marco, tem conhecimento disso tudo disso aí?”. Ele disse: “Tenho, seu juiz! Tenho Excelência! Porque até apesar que o rapaz falou aí, uma eles tão certo, outra eles tão errado”, isso com o cara da usina né. O advogado disse: “umas coisas tão certa, outras não é certa não”. Aí foi logo lascando o cara, e o que o rapaz falou aí tá certo, que ele disse que o Lageiro era produtivo, a gente entrou aqui acabou com a cana da usina, e botou aquele meio mundo de coisa tudinho, e vire e mexe e coisa e tal, e nada que isso aqui tava com poucos dias disso aqui dentro. E eu disse que isso aqui tava com nove a dez anos que nós tava aqui dentro. Ele perguntou ao cara do INCRA, o cara do INCRA disse: “Ói, quem abastece, é

verdade, porque quem abastece a feira...”, como é que chama, a cesta básica né, “a cesta quem entrega sou eu e tá com muitos anos que eles tão lá dentro, produzindo, trabalhando a terra. A terra tava abandonada”. Aí lascou foi tudo e eu fui falar um bocado de coisa, quando eu disse a ele que eu tinha nascido (...) aqui, que eu tinha 51 anos de idade, aí foi que “coisou”, aí o juiz disse “Ói! Tem um jeito pra resolver esse problema, pra não mexer com esses camponeses”, com o advogado da usina né, “porque esses homem, esses homem é quem bota comida na mesa do povo né. Ói! Eu gosto muito de salada, mas eu não sei como é que planta um pé de tomate, o senhor sabe?”, com o advogado né, “eu sei que o senhor gosta, mas o senhor sabe como é que se pranta? É esse homem, esse homem aí que bota na mesa da gente tudo isso. Não tem um jeito não, pra deixar esse povo em paz, nas terras que eles tá, que eles tão dizendo que tem esse tempo todinho lá dentro? Não tem questão com a usina e...”, começou a dizer aquelas coisas né. “É, eu vou conversar com...” o chefe dele lá dentro, pra marcar uma audiência, pra ter uma conversa lá. Aí sei que foi aí que nós foi embaixo. Deram 10 dias pra ir levar a resposta pra lá né, pro juiz. “Ói. Nem a usina nem eles avança mais um palmo donde eles tão pra terra da usina e nem a usina mexe mais com eles. Aí nisso ficou. (Del – Coordenador do Acampamento. Trabalho de Campo, 2013)

O acordo foi firmado entre as lideranças da LCP e representantes da usina perante o juiz, inclusive com a produção de um documento comprobatório, mas para Del a terra ainda não foi conquistada. Para ele, a conquista da terra só estará garantida com a emissão dos títulos de posse pelo INCRA. No caso do acampamento Renato Nathan, o próprio movimento organizou o corte das terras e, após o corte, cada família recebeu um certificado simbólico. A entrega dos lotes e destes certificados acaba reforçando o modelo de propriedade privada, mas de acordo com um militante da LCP, esse processo tem o objetivo de motivar o camponês a trabalhar (produzir) e defender o seu pedaço de terra.

Como consta no relato, Del nos informou que está no acampamento há nove ou dez anos. Antes da LCP, já havia militado na CPT, mas, segundo ele, resolveu sair por discordar da forma metodológica da CPT em coordenar os acampamentos. Como a LCP chegou a Alagoas em 2007 e, de acordo com dados secundários, a LCP ocupou Lageiro em 2009; acreditamos que Del tenha ocupado a área anteriormente com a CPT, pois ele não deixou isso muito claro na entrevista. Muitos outros camponeses do acampamento também passaram pela CPT. Inclusive, quando Del entrou na CPT, o Índio saiu e, coincidentemente, quando Del saiu da CPT e entrou para LCP, o Índio saiu da LCP e foi para o MTL. A entrada de um não tem nada a ver com a saída do outro, foi apenas uma coincidência explicada por Del. E, sobre a saída de Índio da LCP, Del não entrou em detalhes, pois não tinha conhecimento sobre o fato.

Atualmente, a coordenação do acampamento é composta por Del (coordenador), sua esposa Bina (tesoureira) e Madruga (vice-coordenador). As reuniões da coordenação ocorrem a cada 15 dias, sendo que também há as reuniões da executiva chamadas de *Assembleias Populares*. A coordenação solicita às famílias uma contribuição mensal de dez reais para suprir as necessidades de infraestrutura e organização política do acampamento. Entretanto, cada família contribui de acordo com a sua possibilidade.

Com relação ao processo de lutas políticas, já foram realizadas manifestações em Messias/AL com o apoio do povo do povoado Lajeiro. Segundo Del, era para ter havido também o apoio da Igreja nestas manifestações, mas não houve. Em junho de 2013, as famílias camponesas participaram de um protesto na cidade de Messias/AL, no qual aproveitaram a oportunidade para reivindicar energia, educação, saúde e máquinas para a agricultura no acampamento. Este protesto fez parte das grandes manifestações, ou Jornadas de Junho, que tiveram como embrião a luta contra o aumento da passagem de ônibus no sudeste e se proliferaram por todo o país, integrando reivindicações por diversas demandas sociais.

A questão da necessidade das máquinas se dá porque o solo é argiloso, embora seja fértil. Del informa que, quando chove e depois seca, o solo endurece, o que dificulta o trabalho na terra. As máquinas fariam o trabalho de arar a terra e assim melhorar a produção. Houve a promessa de políticos de conseguir o empréstimo das máquinas, mas até hoje os camponeses de Lageiro esperam. O território do acampamento, por estar na Zona da Mata (próxima à região litorânea), tem o verão seco e o inverno chuvoso, mas é favorecido pela presença de nascentes. Porém, por ser uma área de brejo, conhecida como Brejo do Lageiro, no período de muita chuva, a área alaga e acaba com parte da produção, como ocorreu entre o final de 2012 e o início de 2013. Del relata que:

[...] o sol, o verão machucou, maltratou né. Aí quando veio o inverno, a gente não se preveniu direito, aí a cheia levou uma parte da colheita da gente. Levou abóbora, melancia, acabou com os milho, coentro... No final do verão pro começo do inverno, a gente perdeu a produção na parte alta né, que o verão ficou pesado, não tinha com o que aguar. Um bocado de coisa ainda foi salvo porque a gente aguemo. Eu mesmo na minha parte ali, toda de manhazinha e de tarde eu tinha tempo de tá aguano as melancias, os milho, ainda fizemo, botamo alguma coisa ainda né. Aí quando bateu, aí vamo para o alto e vamo pra vage, “pelo jeito o inverno esse ano vai ser fraco”. Oxe! Foi engano, o inverno foi rico, o inverno esse ano foi rico, foi bom mesmo. Se a gente tem deixado a vage e tem plantado no alto a

gente tinha lucrado umas coisas. Ainda teve gente que plantou no alto, aí tão tudo, já plantou atrasado que não deu pra trabalhar na vage mesmo, aí ainda tem coisa que eu peguei na meia banda, amanhã você vai ver pela meia banda, você vai ver a meia banda tudo instalada de lavoura já. Outros já tão começando as vages, uns já tem um bocado de coisa plantada nas vages.

A gente saiu do alto humor da seca, aí fomo pra vage, aí quando tava, não bom de colher não, não tava bom de colher ainda não. De repente caiu o toró, quando amanheceu o dia aí já tava tudo debaixo das águas. O povo lá em cima perdeu melancia, abóbora, milho, a gente... Eu plantei 5 quilos de milho, o milho já tava tudo deste tamanho assim, plantei 2 quilos de feijão de corda, já tinha tocado a terra tudinho, aí ficou tudo debaixo d'água. (Del – Coordenador. Trabalho de Campo, 2013)

Mesmo com estas dificuldades, e o fato da extensão da terra de cada lote ser pequena, as famílias produzem o suficiente para o seu consumo e o excedente para a comercialização. A produção excedente é destinada à feira local de Messias ou para feirantes de Maceió e compradores de outras regiões. A feira local de Messias/AL ocorre aos sábados. O assentamento “Branquinha” e o assentamento União realizam a *Feira da Reforma Agrária* na cidade. Já a ***Feira da Revolução Agrária*** ocorreu apenas duas vezes em Messias/AL, em dias de terça-feira. As feiras da Revolução Agrária tiveram apoio da população, pelo fato dos camponeses da área Renato Nathan venderem produtos sem uso de agrotóxico e por um preço mais baixo que o mercado local. Para ilustrar o que se tem produzido no acampamento, fizemos um quadro com dados sobre algumas famílias que entrevistamos em nossa pesquisa:

Quadro 3: Dados sobre famílias camponesas do acampamento Renato Nathan

Dados/Famílias			
Representante do lote	Contexto	Período no acampamento (anos)	Produção
José “da Manga”	Começou a produzir com a ajuda das famílias mais antigas que doaram sementes e mudas. Obtém ajuda na produção através de trabalho coletivo.	2	Milho, feijão e melancia.
Maria Severina	Já trabalhava com a terra desde criança com os seus pais, no sertão do estado de Alagoas. Vende o que produz com seu o marido na feira. Vive do que produz na terra.	5	Macaxeira, manga, caju e inhame.
Erasmio	Trabalhou na usina Utinga Leão e em outras usinas no estado de Alagoas e fora do estado, como cortador de cana, por 41 anos. Hoje sofre com problemas de saúde, mas mesmo assim continua trabalhando em seu lote.	4	Milho, feijão, macaxeira e banana.
Madrugá	Trabalhou 28 anos com o corte de cana na usina Utinga Leão. Hoje está aposentado, mas o que ganha não dá pra sobreviver. Morou na Usina enquanto trabalhou na mesma. Assim como o Erasmio, participou da CPT.	5	Laranja, maracujá, macaxeira, dentre outros.
Arnaldo (irmão de Madrugá)	Trabalhou na Usina Santa Clotilde com o corte da cana. Afastou-se há um ano da Usina, mas ainda está fichado. Trabalhou no corte da cana por 34 anos e também morava na Usina. Foi da CPT.	1	Macaxeira, milho, laranja e abóbora.
Antônio	Trabalhou na empresa Via Farma até a mesma falir em 2005. A partir daí passou a trabalhar de negociante. Deslocou-se para a área para ficar com a sua esposa Maria de Lurdes. Ela trabalhou a vida toda no corte da cana e participou da ocupação. Os dois trabalham no lote.	2	Fava, feijão, milho, macaxeira, banana, laranja, manga, caju, pinha, jaca e maracujá.
Benedito	Foi assentado em Matriz do Camaragibe/AL, mas não deu certo e largou o lote. Não conseguia produzir devido à baixa fertilidade do solo e falta de assistência técnica. Foi para Messias/AL e entrou no acampamento. Planta para se alimentar. Já colheu uma batata de 4,400 Kg. Trabalha sozinho e às vezes paga uns dias de serviço a alguém do acampamento.	3	Feijão de corda, mandioca, banana, coco, laranja, coco do bom, milho, amendoim e abacaxi.
Maria	Já foi arrendatária e atualmente mora com os filhos no acampamento, sendo que o trabalho no lote é familiar. O que produz é para o consumo e para vender na feira.	8	Macaxeira, batata, banana, feijão de corda, coentro, fava e outros. Cria galinha, pato e guiné (galinha d’angola).

Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

Org.: SILVA, David P. O. 2014.

Considerando-se a extensão da área do acampamento, percebemos que a produção tem sido bem diversificada. O problema da falta de energia elétrica unido à falta de recursos de maior parte das famílias também são implicadores que impedem uma produção maior e mais diversificada. Não há apoio por parte do Estado e do INCRA, que deixou de distribuir cesta básica desde fevereiro de 2013. Os camponeses se mantêm essencialmente através do que produzem, sendo que alguns também possuem outras rendas obtidas em bicos (por exemplo, com o trabalho no lote de outrem) ou de aposentadoria.

Figura 7: Plantação de macaxeira no acampamento.



Fonte: Trabalho de Campo, 2013. Autor: SILVA, D. P. O. 2013.

Alimentos como macaxeira, batata, milho, feijão são básicos nas refeições dos camponeses, e por isso, a maior parte das famílias os produz em seus lotes. A figura 5 mostra claramente uma paisagem marcada pelo contraste que há entre a agricultura camponesa de Lageiro (logo à frente) e a monocultura de cana do capital nas terras da Usina Utinga Leão (ao fundo). A agricultura camponesa alimenta a vida no campo e na cidade, distribui renda e dignidade, protege a fauna e a flora da Mata local, enquanto que a agricultura do capital faz o

inverso. O que os engenhos e as usinas deixaram em Alagoas foi um rastro de destruição do homem e da natureza, concentrando riquezas em famílias e/ou empresas.

Figura 8: Plantação de milho (frente), macaxeira e banana (fundo).



Fonte: Trabalho de Campo, 2013. Autor: SILVA, D. P. O. 2013.

Nos depoimentos que colhemos em trabalho de campo, obtivemos a informação de que no acampamento nenhuma família chegou a passar necessidade ao ponto de não ter o que comer. Uma das lideranças afirmou que “todos eles aqui tem chance, tem terra, tem o tempo suficiente que já teve, e todos eles aqui é barriga cheia. É tão de tal que é barriga cheia a gente e enche a barriga do povo lá de fora”.

Dentre as famílias que conversamos, todas apoiam o trabalho organizativo do Del e da LCP. Del afirma que se sente mais livre e confiante no trabalho de coordenação da LCP, o que não sentia quando atuou na CPT. Para ele, faltava mais espaço e transparência. As famílias admiram a coragem e a disposição de Del na coordenação do acampamento, visto que o mesmo já passou por sérios problemas de saúde e atualmente ainda faz tratamento com

remédios de uso controlado.

Del revela que já se expôs muito para organizar o acampamento, inclusive criando inimigos. Os inimigos a que se refere foram pessoas expulsas do acampamento por ele, pois utilizavam áreas próximas ao acampamento para o tráfico de drogas. Os camponeses também se organizaram para restringir a entrada de caçadores e de extratores de madeira, para assim, manter preservada a área de mata nativa.

A *Escola Popular* na Área Revolucionária Renato Nathan funciona com a colaboração de dois professores apoiadores da LCP: a companheira do militante PJ e o Neto. Segundo Del, a escola funciona em dois níveis: estudos de alfabetização e formação avançada (política). O dia de organização das aulas pelos professores é a segunda-feira e os dias de aulas são a quarta e a sexta-feira. Sobre a participação dos camponeses, Neto explica que:

Todo mundo que quer participar não tem assim uma obrigatoriedade, uma regularidade assim, aí vai alguns. Tem dias que vai mais, tem dias que vai menos, aí tem dias que vão três, tem dias que vai só um, tem dias que vai quatro. Aí tem um dia também que a gente passa filme, tá organizando assim o dia estabelecido, mas em média quinze em quinze dias. Aí já mais uma galerinha, vai uns 10. Vai 7, vai 5. A gente discute os temas da escola, a luta pela terra. A gente passou um filme sobre o cangaço. Aí às vezes a gente passa uma comédia, pra variar assim (...) (Neto. Trabalho de Campo, 2013)

A escola no acampamento tem um papel fundamental, pois ela tenta orientar a construção de todos os alicerces organizacionais do movimento no acampamento. Ela não só propõe trabalhar com a alfabetização e a formação política dos camponeses, mas também tem o objetivo de orientá-los na produção agrícola. De acordo com Neto:

[...] a escola em si, ela é semelhante a isso, ela tem um papel semelhante ao Movimento de Mulheres, que é um auxílio na ideia de fazer um reforço ao movimento camponês. E qual que é a ideia da Escola Popular? Com o intuito de ser popular é pra fazer com que o camponês lute melhor, trabalhe e lute melhor. O primeiro alvo é os camponeses, os mais velhos né, o segundo os filhos do camponês, daí um processo de uma escola mais estruturada. Daí em outras escolas que tem mais tempo assim, elas conseguem isto. Que aí é aquela necessidade que tem né, que o camponês às vezes não mora na área, porque os filhos estudam na cidade. Aí fica essa dificuldade. Tendo uma escola ali, ele consegue ficar mais tempo e tal. Ou até às vezes a própria escola não dá o suficiente pra os filhos dos camponeses, acabam

desanimando da escola e tal, e na Escola Popular dá esse reforço né. Que é ideal assim pra continuar. Aí tem essa ideia de dar esse, um apêndice assim né, no movimento camponês, ela trabalha na discussão também da organização da área, entendeu, da politização, do entendimento da situação geral do país e da mais local também né, ela vem nesse intuito né. Enfim, a escola tem três pilares fundamentais assim né, de organização: é politização; a produção; e a alfabetização. Praticamente é nessa ordem mesmo que se gera as coisas assim, a política como rege as outras duas, que é a produção, aí é a questão da luta pela produção, é próprio do movimento camponês mesmo, que é a luta pra libertar as forças produtivas do campo, aí você leva a técnica, todo o conhecimento. Recentemente na área Renato Nathan, a gente fez um seminário de produção lá, aí teve um professor, até eu tava comentando lá, “ah.. fulano pergunta pro agrônomo” e tal, teve um professor da UFAL que é de agronomia lá, ele deu uma palestra e tal, ele até se comprometeu também em dar seguimento, a gente fazer uns projetos de acompanhamento da produção, a gente tá com intuito lá, e aí por consequente também a alfabetização que aí também não precisa nem de muito comentário. Uma pessoa alfabetizada consegue desenvolver melhor, pensar melhor, toda uma politização mais rica pra vida dela mesma. (Neto. Trabalho de Campo, 2013)

Figura 9: Escola Popular do Acampamento Renato Nathan.



Fonte: Trabalho de Campo, 2013. Autor: SILVA, D. P. O. 2013.

O que mais nos chamou a atenção no aspecto da Escola Popular, enquanto projeto da LCP, é que ela é proposta e construída de maneira mais autônoma por militantes e camponeses do movimento, sendo às vezes voluntários. A Biblioteca Popular que faz parte da escola é erguida com apoio de doações de livros e recursos próprios. A escola no acampamento em Lageiro foi feita de taipa pelas mãos dos próprios camponeses. E, como o próprio Neto relatou, a frequência na escola ainda é pequena. Isso ocorre por conta de problemas de infraestrutura (ausência de energia), mas também pelo fato de os camponeses estarem cansados em decorrência do trabalho diário.

Nos dias em que estivemos no acampamento Renato Nathan, fomos acolhidos e recebidos pelas famílias camponesas com respeito e atenção. A observação e as entrevistas fizeram com que nos aprofundássemos na realidade sofrida de pessoas que não se cansam de lutar, seja no trabalho com a terra ou na ação política. No último dia em que estivemos com os camponeses de Messias, a notícia de que uma tubulação, que estava sendo construída para despejar esgoto na área, circulou o acampamento e logo os camponeses se organizaram para ir protestarem contra a obra.

Figura 10: Camponeses da LCP se organizaram em frente à obra.



Fonte: Trabalho de Campo, 2013. Autor: SILVA, D. P. O. 2013.

Esse foi um momento em que pudemos ver na prática os camponeses se organizando politicamente para defender uma causa coletiva. No acampamento, quando uma militante tocou o sino, todos se reuniram no espaço de realização de reuniões e assembleias populares. Após um breve debate sobre o assunto, todos se dirigiram ao local da obra. Em poucos minutos, funcionários da obra chegaram tentando desarticular o protesto. Os acampados decidiram definir uma comitiva para ir dialogar com o prefeito, buscando esclarecimentos. Fomos convidados por Del para compor o grupo e nos dirigimos à Prefeitura de Messias. Depois de horas esperando, fomos recebidos pelo funcionário responsável da obra que nos levou para conversarmos com o vice-prefeito do município. O discurso do vice-prefeito era o de que a obra não impactaria o acampamento, pois o que seria despejado pela tubulação seria água da chuva acumulada nos córregos da cidade. Observando a situação do saneamento básico da cidade, percebemos que a situação era muito diferente. Não havia um sistema de coleta de esgoto em casas de alguns bairros, e eram justamente nesses locais onde outros setores da obra estavam sendo realizados. No final de nossa discussão, argumentamos que as águas da chuva e o esgoto iriam se misturar e acabar contaminando o riacho e as nascentes que existem no acampamento. O vice-prefeito garantiu que isso não iria ocorrer, mas quando solicitamos o projeto da obra, ele desconversou e argumentou que isso poderia ser debatido em um encontro entre todos envolvidos.

A reunião foi encerrada com o discurso da garantia de que o acampamento não seria atingido com a água contaminada e houve promessas de empréstimos de máquinas para o acampamento. As lideranças do acampamento deixaram claro que continuariam observando a obra e pediriam um teste de análise da água. Argumentaram que não queriam que eles e as próprias pessoas da cidade, inclusive o vice-prefeito, passassem a comer alimentos contaminados que façam mal à saúde.

Há uma preocupação entre os camponeses do acampamento em manter a produção sem o uso de agrotóxicos e manter a qualidade da terra e da água que a natureza os fornece. A luta perante as dificuldades é diária, visto que a terra já poderia ser de fato das famílias. As famílias demonstram a vontade de crescer e, contraditoriamente, o anseio pela possibilidade de créditos.

Nesta perspectiva, a LCP não orienta um processo de luta pela terra aos moldes do INCRA e propõe uma resistência com relação à política de créditos, por conta do

endividamento que ocorre nos projetos de assentamento por todo o país. De acordo com o professor Golbery Lessa⁴⁰ (que nos concedeu entrevista), a prática do Corte Popular impossibilita o INCRA de reconhecer os lotes de terra. Ele diz que isso impede a “possibilidade de crédito pra casas, créditos pra fomento, todos os tipos de crédito que o INCRA dá em torno de quarenta mil reais para crédito de fomento e outros vinte e cinco mil reais pra construção de casas” (Golbery. Trabalho de Campo, 2013).

Para Del, a luta ainda não acabou. Ele diz que só estará satisfeito com os títulos de posse emitidos pelo INCRA, mas que não vê o advogado da LCP dando celeridade a esse processo. Pelo tempo de acampados, Del afirma que eles já possuem o direito por usucapião e expressou o seguinte, no final de nossa entrevista:

Agora pra você ter uma ideia cara, uma ideia baseado em três, quatro ou cinco, ou talvez até mais do que isso. A usina é de uma família que mais tem terras na face da terra. É uma família que como comprou ninguém sabe, e sabemos que tem muitos enterrados por aí pra não abrirem a boca e pra assinar um papel como a usina tá comprando. A usina tem tanta terra que nem ela mesma sabe rapaz, nem sabe e tá perdido aí. Aí quando o cara descobre um pedacinho de terra pra plantar e fazer alguma coisa, aí chega um carro de vigia, aí chega a polícia, “rapaz, aqui é da usina”. A sujeita nem sabe que aquela terra era dela, mas como tá pertinho da terra dela, aí ela quer dizer, procura um papel, alguma coisa, “não... aquilo é da gente mesmo!”. [...] Agora só tem um detalhe, a pessoa que entrar aqui que tomar conta da usina, ou sendo ou não, se mexer com a gente aqui vai pegar problema, que daqui a gente não abre. A gente quer mais antes seguir pra frente, a gente não quer perder mais isso aqui, a gente já tem muito suor derramado aqui dentro, a gente tem muitos planos, muitos projetos aqui dentro e não é ninguém que vai tirar. (Del. Trabalho de Campo, 2013)

3.2.3. A “Área Revolucionária José Ricardo”

O acampamento, “batizado” de Área Revolucionária José Ricardo, está localizado no município de Lagoa dos Gatos/PE (ver mapa na pág. 171) e teve uma história de luta conflituosa, mas hoje é referência em produtividade agrícola por toda a região do agreste pernambucano.

O município de Lagoa dos Gatos tem uma população de 16.100 habitantes (de acordo

⁴⁰ Assessor no INCRA de Alagoas.

com os dados de 2013 do IBGE). É um município interiorano e pequeno, mas muito conhecido em sua história por ter sido um dos palcos da Guerra dos Cabanos (1832-35). Conquistou a sua emancipação definitiva como sede de município em 11 de setembro de 1928 com o nome de Frei Caneca, sendo alterado novamente para Lagoa dos Gatos em 1938 por meio de decreto. No processo histórico de colonização, o município ficou marcado pelo desenvolvimento de atividades econômicas como a agricultura e a criação de gado. Uma realidade condizente com o processo histórico de interiorização dos colonos em território nordestino.

A história de luta dos camponeses da “Área Revolucionária José Ricardo” teve início com a ocupação da Fazenda Riachão. A fazenda pertence à família do falecido coronel Cordeirinho. O coronel Cordeirinho faleceu há aproximadamente 40 anos e, antes da ocupação, a fazenda era administrada por um vaqueiro conhecido por Damião, que trabalhava para a viúva, filhos, netos e sobrinhos do coronel.

Figura 11: Acampamento Riachão (Área Revolucionária José Ricardo).



Fonte: Trabalho de Campo, 2013. Autor: SILVA, D. P. O. 2013.

De acordo com Dida, na Fazenda Riachão a produção que existia era a dos arrendatários (que trabalhava no sistema da terço⁴¹) ou dos foreiros⁴². No restante das terras da propriedade, se encontravam apenas algumas cabeças de gado e mata de capoeira. O coronel Cordeirinho ficou conhecido na região por sua postura repressiva e exploratória contra os trabalhadores que viviam nos arredores de suas terras. Ele chegou a ser prefeito do município. Os camponeses mais antigos revelaram que o trabalho em suas terras era quase escravo e ninguém podia sequer pescar em seus açudes ou buscar lenha na mata que logo era repreendido ou ameaçado.

A Fazenda Riachão foi ocupada inicialmente por 700 famílias (cerca de 2000 pessoas) entre os anos de 2002 e 2003. A ocupação foi liderada por José Ricardo, que na época era militante do MST. Dida conta que logo no início os acampados sofreram 6 despejos com a presença da polícia e de jagunços. Foram vários conflitos com troca de tiros, resultando em camponês baleado. Isso passou a ocorrer a partir do terceiro despejo, pois os dois primeiros foram mais calmos, mas os camponeses conseguiram dispersar os jagunços e a polícia. Cada despejo deixava o seu rastro de destruição (dos barracos e das lavouras) e, por isso, os camponeses também reagiram destruindo a Casa Grande e outras estruturas da fazenda. Sobre isto, Dida revela que:

As pessoas começaram a criar ódio do próprio INCRA. O INCRA vinha pra interferir em alguma coisa “você sai que a gente vai resolver, fica ali três meses enquanto a gente resolve!”. E o povo passava 6 meses. Entendeu? E nada de resolver, quando o pessoal saiu, disseram que não iam mexer com a lavoura do pessoal, quando pensa que não vieram destruir a lavoura. Aí quando foram embora a polícia né, o pessoal daqui veio pra destruir a lavoura. Aí o povo entrou no mesmo instante, foi negócio de uma hora depois que a polícia foi embora. Aí vieram jagunços da fazenda, vieram pra destruir a lavoura né. Aí o pessoal botou os jagunços pra correr, derrubou a Casa Grande, derrubou a casa do administrador. (Dida – Coordenador Regional da LCP/Nordeste. Trabalho de Campo, 2013.)

A destruição do curral e da casa grande ocorreu na quarta reocupação em 2004. Parte das famílias, que ocupou as terras e montou acampamento, foi de camponeses arrendatários da própria fazenda. Camponeses que foram explorados durante anos e se rebelaram pelo justo

⁴¹ No sistema de terço, o camponês é obrigado a entregar um terço do que produz ao proprietário da terra.

⁴² O foreiro paga o foro (taxa) ao proprietário para trabalhar em determinado pedaço de terra.

direito da terra, já que foram eles que sempre produziram nela.

Em 2005, o líder camponês José Ricardo sofreu uma perseguição policial que veio a culminar num conflito, resultando na morte de um soldado da PMPE. Uma viatura descaracterizada da PM, contendo um sargento e dois soldados, empreendeu uma perseguição a José Ricardo, que fugiu para o assentamento Bananeiras em Quipapá, município vizinho a Lagoa dos Gatos. No assentamento, os policiais chegaram atirando e, para proteger José Ricardo e as famílias, os camponeses revidaram. Dida relata o episódio:

Foram mandar matar Ricardo, três policiais à paisana foram matar Ricardo mesmo. Ricardo viu que tava sendo seguido e ligou pra o acampamento Bananeirinha, lá de Quipapá. Aí falou: “Tem um carro aqui me seguindo com três cabras dentro do carro, vocês se preparem aí”. Quando Ricardo entra na fazenda lá, na área de Bananeirinha, que é área de assentamento, aí os caras já foram logo começaram a atirar logo, os cabras no fiatzinho, os três policial.

[...] o sargento Jacinto que era de Catende. O sargento Jacinto saiu atirando em Ricardo, e Ricardo conhecia todo o terreno lá. Ricardo desce lá por um caminho pra conseguir pegar o Jacinto. Aí deram muito em Jacinto. Sei que chegou o ponto de Ricardo veio, aí botou a braço por cima dele: “Aí tá vendo isso aqui. O que é isso Jacinto?”. E o pessoal querendo matar o Jacinto. Aí lá, pegaram Jacinto lá pra um canto e depois chega o policial que fugiu né, aí ligou pra o comando todo, acho que no máximo em uma hora chegou tanta polícia no mundo. (Dida - Coordenador Regional da LCP/Nordeste. Trabalho de Campo, 2013)

No confronto, um soldado acabou sendo atingido e outro fugiu a pé em busca de reforços. Os camponeses mantiveram o sargento preso no assentamento Bananeira como garantia de que ninguém mais seria ferido. O sargento foi libertado no mesmo dia após negociação entre os camponeses e o major Sillas Charamba (comandante do 10º Batalhão da PM). Por conta desse episódio, José Ricardo fugiu e passou dois meses escondido, mas resolveu se entregar e foi preso. Nesta época, José Ricardo já havia rompido com o MST (na época era coordenado em nível estadual por Jaime Amorim) que não cedeu qualquer apoio ao camponês e este passou três anos e seis meses preso até conseguir a sua liberdade através do apoio do advogado do CEBRASPO e da LCP. No período em que Ricardo esteve preso, uma mulher conhecida por Socorro (MST) assumiu a coordenação do acampamento. Dida conta que:

A Liga procurou o pessoal, conheceram Ricardo, visitaram ele no presídio, pegaram toda a história de Ricardo. Aí juntou lá o movimento, o advogado do CEBRASPO.

[...] A Liga visitou ele né, o pessoal do CEBRASPO. [...] do MEPR. Sindicatos... informaram quem era Ricardo, aí a Liga soltou o Ricardo. Ricardo foi solto.

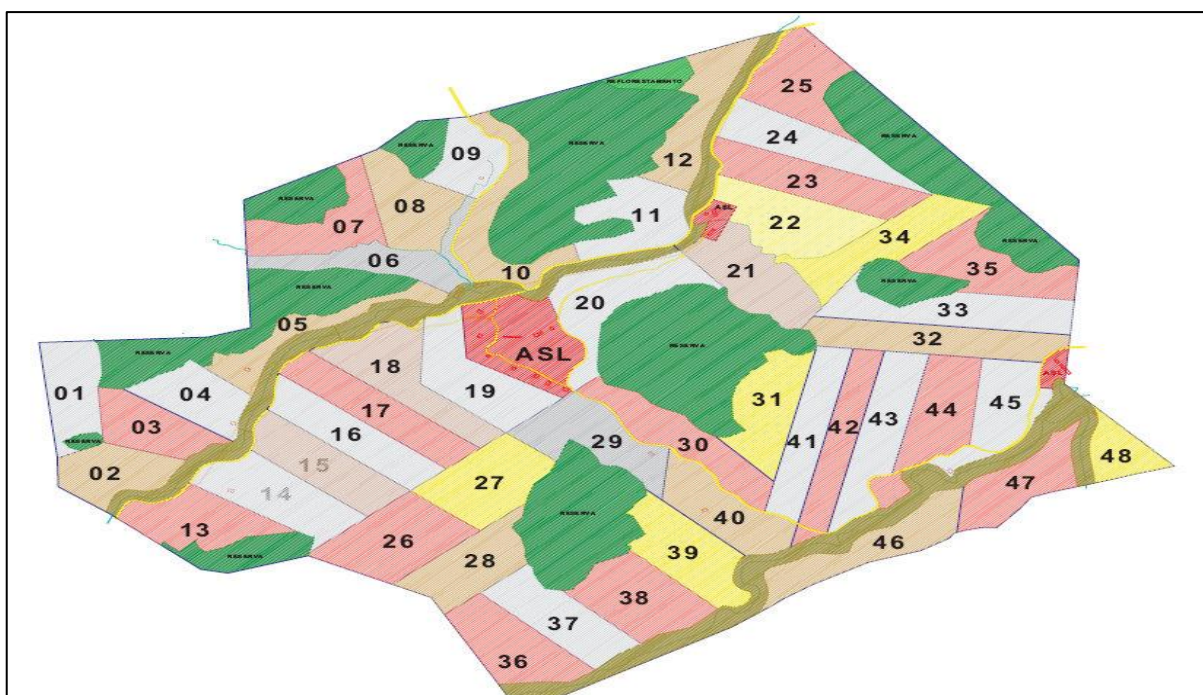
[...] Aí quando Ricardo soltou-se veio aqui na área. Porque a intenção quando ele tava preso era pra ninguém falar o nome dele aqui dentro. O pessoal do MST não queria nem vê Ricardo. Quem falasse no nome de Ricardo aqui era expulso pela coordenação. Pessoas que tavam aqui na coordenação geral que vinha pra cá de vez em quando pegar dinheiro do pessoal, pegar a produção do pessoal e quem falasse o nome de Ricardo ou que Ricardo era uma pessoa boa, era expulso. O pessoal tinha medo. Muitas das pessoas daqui que iam para as passeatas pra assinar documentação pra libertar Ricardo era expulso da área. O povo tinha medo. Muitas pessoas me encontravam por aí, eu vivia mais em Catende e o pessoal dizia: “ói Dida, eu queria tanto, mas não posso” (...). A gente começava a fazer nosso trabalho tudinho, e foi quando Ricardo soltou-se. Assim que Ricardo soltou-se ele nem foi nem visitar a família dele. Ele veio pra aqui pra área, veio com o pessoal da Liga, aí disse: “Posso entrar?”, aí respondemos: “Vem cá, vem pra cá!”. O pessoal correu daqui de dentro. A mulher que coordenava aqui que era do MST, uma tal de Socorro, tava em Messias, em Agrestina. Ela ficou com medo de Ricardo: “eu soube que Ricardo vai ser solto, e parece vai lá pra área”. Aí pronto, Ricardo chegou na porteira né, o pessoal foi tudo olhar pra ele. Ele disse: “eu posso entrar aí?”[...] Aí quando ele chega na área, perguntou, “tô com eles, tô na Liga agora, sou da Liga, e se vocês me quiserem eu tô com um movimento aqui que vai partir essa terra pra vocês”. Aí a gente: “é nada Ricardo!”. Então foi feita uma reunião na sexta-feira isso, quando foi no sábado Ricardo reuniu o povo aí tudinho e marcou uma reunião pra o domingo, acho que dia 5. Ricardo chegou no dia 3 (na sexta), foi domingo que era dia 5. Aí Ricardo disse “ói, quem for daqui pode avisar pra Jaime que eu quero encontrar com ele”, “avise a Socorro”. Que é quem dava na minha cara aqui, pois muitas pessoas aqui carregava recado pra ela né. Até muitas pessoas até não tinha culpa, porque diziam que Ricardo não voltava mais nunca. Ricardo não ia sair do presídio mais, saía por uma porta na outra morria. Diziam que se Ricardo saísse de lá por uma porta e o povo matava Ricardo. Aí pensava que Ricardo nunca mais se soltava. Aí Ricardo passou aqui no estábulo, na sexta-feira: “Avisa pra o pessoal de Jaime que eu vou tá aqui. Se vocês me querem, eu vou tá aqui na reunião”. Aí nós fez a reunião embaixo da palhoça e disse ao pessoal que se o pessoal aceitasse ele era com a Liga e ia cortar essa terra. (Dida - Coordenador Regional da LCP/Nordeste. Trabalho de Campo, 2013)

Em abril de 2008, José Ricardo foi solto com o apoio da LCP. Logo se juntou aos camponeses do agreste pernambucano e organizaram a ocupação do engenho Santa Luzia, no município de Catende. Em Catende/PE, as famílias ocuparam e logo fizeram o “corte popular das terras”. O objetivo era, logo em seguida, fazer o Corte Popular das terras da Fazenda

Riachão, mas, depois de quatro meses de liberdade, o líder José Ricardo veio a falecer em um acidente de moto. Os camponeses lamentaram a perda e homenagearam a liderança no 1º Congresso da LCP do Nordeste (realizado no final de 2008) e o acampamento em Riachão, também em homenagem, recebeu após o corte popular o nome “Área Revolucionária José Ricardo”.

Dida assumiu a coordenação regional no lugar de José Ricardo. O líder camponês já havia conseguido o teodolito⁴³ no tempo em que José Ricardo ainda estava vivo, inclusive os dois viajaram juntos para buscar esse material. O corte popular das terras da Fazenda Riachão era para ter ocorrido em 2008, mas, por conta da ocupação em Catende e do falecimento de José Ricardo, a atividade foi adiada para o ano de 2009. O Corte Popular ocorreu no início de 2009 sob a liderança de Dida. Foram 600 hectares para serem divididos em 67 lotes. Os lotes variaram em tamanhos de 5,6 a 12 hectares. Segundo Dida, foram divididos, de fato, por volta de 390 hectares de terras cultiváveis, já que o restante soma as áreas de reserva permanente, açudes, rios, matas, rochas etc.

Figura 12: Mapa de divisão dos lotes da Área Revolucionária José Ricardo.



Arquivo: LCP do Nordeste, 2009.

⁴³ Instrumento utilizado na medição e divisão de lotes de terras. Uma versão anterior ao contemporâneo “estação total”.

Dida conta que já existia produção no tempo do MST, mas era pouca e não tinha organização. Cada um produzia onde quisesse. A divisão dos lotes realizada pelo corte popular não foi realizada por sorteio como geralmente faz o INCRA, visto que muitos camponeses já produziam há anos em determinadas localidades da fazenda. Sobre o Corte Popular, Dida explica que:

[...] tinha gente aqui que já trabalhava desde o tempo dos Cordeirinhos com negócio de terça, de meia, essas coisas assim sabe. Até mesmo o fato do Tonho Tortinho, um companheiro aqui que é irmão do Damião que morreu. Ele é irmão dele, aí trabalhava nas terras dele já. Aí a gente aqui não tem negócio de sorteio de lote não, porque quando o INCRA corta as terras vai pra sorteio né, e aqui não teve isso não. Aqui quem tinha produção, o lote foi pegado ali na produção deles mesmo. E teve companheiro aqui de ter produção e quando cortou a terra deu pra quatro pedaços de lotes. Ele escolheu a área melhor e teve seis meses pra colher a produção dele. Teve tudo isso aqui. Aí a gente fez assim. Agora poucos aqui trabalhavam, porque outros não trabalhavam com medo. Tinha uns que eram mais queixudo, dizia: “eu duvido alguém vim me expulsar”. Enfrentava mesmo o movimento, e outros não, tinha medo. Quando produzia era expulso.

[...] Aqui nós tinha semana de fazer reunião três, quatro vezes. E quase todo dia, trabalhava de dia e de noite reunião. Isso era quase todo dia. Porque tinha pessoas que quando queria saber logo onde ia ser o lote dele, quando soubesse onde era o lote, quando terminasse aquele lote dele não ia continuar mais no coletivo. E outro pessoal queria sorteio, os preguiçosos. Teve muito isso. Outras pessoas aqui queria que o lote fosse maior, diziam: “Ahh, eu moro aqui há tanto tempo, eu tô aqui, eu queria que meu lote fosse maior!”, “eu era da coordenação do MST naquele tempo e eu queria um lote de 20 hectares, vamos dar pra umas 15 pessoas aqui dentro, 20 hectares, depois nós cortar os taquinhos pequenos pra os outros”. Tinha muito isso aqui. As pessoas se davam muito assim comigo, principalmente da coordenação. Perguntavam: “você dá pra mim 10 hectares?”. Não existe isso não, o Corte é topográfico (...). Aonde teu lote for, tua produção vai ser lá, é isso. E tinha aqueles que não tinham nada e queria porque queria que fosse sorteio, porque até a sorte o preguiçoso tem pra ganhar uma área boa. Aí, não vai ter isso também não. Aí chegava na reunião nós explicava tudinho, tal, tal. Eu sei que era muito. Era mais sossegado fazer a reunião do que cortar a terra. Foi um ano de processo, de a gente conseguir, e depois quando conseguiu o lote aqui, até o lote tinha a produção das pessoas, que nem todo mundo pegou lote aqui não. Tinha pessoas aqui que trabalhava na terra, mas taxavam o movimento. Dizia que os camponeses era ladrão, não gostava do movimento. Ricardo marcava reunião. Não vinha! “Ahh, não vou pra reunião não”, “escutar as mesmas conversas”. Esses daí não pegaram terra. Quando chegou o ponto de medir o lote deles, eles tavam com a produção, várias coisas plantadas no lote de fulano, aí o cara chegava e dizia: “ói, tem que tirar tua lavoura agora, eu quero até amanhã, esse lote aqui é meu”. Era uma briga do cão. Aí eu disse: “ói gente, qualquer coisa pra aqui pra gente resolver, a gente manda aqui pra assembleia”. E porque tu mora aqui, trabalha aqui há dez anos, não sabia nem usar seu taco de terra e agora tu não

pode esperar. Tu esperasse de anos, tanto pra gente conseguir esse Corte. E agora tu vai brigar com o companheiro aqui dentro, porque ele não recebeu lote, mas pelo menos ele tem que colher a lavoura dele. E não se tira um inhame! Tem um pessoal aqui em cima que (...), cheio de problema tudinho, mas é um pessoal cheio de desaforo mesmo. Aí chegou lá brabo: “tire toda sua lavoura, que eu quero essas terras desocupada essa semana”. Aí vinha me procurar: “mas Seu Dida, é porque minha terra, minha lavoura ainda não tá boa de colher, e a mulher mandou que eu tenho que colher”. Aí eu digo: “Tua lavou tem o que, tem inhame?”, inhame não se colhe verde, não presta nem pra ração, inhame verde não colhe, e nada não “você só vai tirar tua lavoura quando ela tiver madura!”. Quando teu feijão, teu milho, tua macaxeira, quando tiver em ponto de venda tu vai tirar, enquanto não tiver, vamo ver isso aí. Aí nós fizemos uma comissão aqui do CDRA, fomos visitar essas áreas de produção do pessoal, fazer um levantamento, com o pessoal dono da parcela né. Aí o pessoal diz: “óia esse aqui é meu feijão”, “daqui a quanto tempo ele tá bom?”, daqui há uma semana, “essa batata?”, “daqui há 15 dias”, “esse inhame”, “daqui há 3 meses, daqui há 2 meses”. Entendeu? Chegou o ponto da gente sentar com esse pessoal, “olha, você tem seis mês”. Aí o dono da parcela: “não, eu quero dois mês”. Não, você só vai colher, tirar o inhame dele quando tiver maduro. Entendeu? Ah, quer a terra pra trabalhar. Porque a terrinha tava pequena né, feitinha, queria já pegar pra... eu digo “ói, você tem que trabalhar, enquanto você tiver trabalhando naquelas terra ali, esse povo tá colhendo a plantação dele”. Aqui não vai tirar nenhuma lavoura. Não vai tirar nenhuma lavoura aqui enquanto a lavoura não tiver boa de colher. (Dida - Coordenador Regional da LCP/Nordeste. Trabalho de Campo, 2013)

O processo de discussão sobre corte da terra não foi tão simples devido às divergências de opiniões, mas logo veio a se concretizar. Para tornar possível a execução deste trabalho, os camponeses organizaram grupos responsáveis como: o Grupo de Ajuda Mútua do Corte Popular, uma direção através da Assembleia do Poder Popular e o Comitê de Defesa da Revolução Agrária (CDRA). A diversificação da produção no acampamento continuou por conta de cada família. Não há uma logística dentro do acampamento quanto a isso, pois muitas famílias já produziam há décadas como foreiros ou arrendatários e possuíam experiência sobre quais os melhores alimentos para se produzir, tendo em vista o consumo e o mercado local. Há uma autonomia e uma diversificação natural da produção entre as famílias, adquiridas pela experiência de vida. No dia 26 de abril de 2009, mais de 800 camponeses se reuniram na “Área Revolucionária José Ricardo” para celebrar a Festa do Corte Popular, conhecida também como a Festa da Revolução Agrária. Vemos nesta festa a inspiração da LCP na Revolução Cultural Maoísta.

Figura 13: Festa do Corte Popular.



Arquivo: LCP do Nordeste, 2009.

As transformações territoriais ocasionadas após a distribuição dos lotes são bastante visíveis. De acordo com Dida, a produção cresceu significativamente, dando maior visibilidade à luta dos acampados no município de Lagoa dos Gatos. A LCP define que a cada ano deve ser feito um balanço da produção através de seminários para ter conhecimento sobre o quê e a quantidade do que se tem produzido. O primeiro Seminário de Produção do acampamento José Ricardo foi realizado nos dias 6 e 7 de março de 2010. A pesquisa sobre a produção de 2009 do acampamento foi organizada pelo CDRA e pela Escola Popular. O balanço de produção resultou nos seguintes dados⁴⁴:

⁴⁴ Estes dados foram publicados no Jornal A Nova Democracia, Ano VIII, nº 64, abril de 2010.

Quadro 4: Quadro de Produção – Acampamento José Ricardo/2009

Produtos	Quantidade
Macaxeira	63 Toneladas
Mandioca (brava)	75 Toneladas
Batata	71 Toneladas
Milho	15,2 Toneladas + 600 sacos em espiga
Feijão	9 Toneladas
Alface	28.650 pés
Coentro	6,2 Toneladas + 300 Kg de sementes
Quiabo	78 Toneladas

Fonte: Jornal A Nova Democracia, 2010.

Em um trabalho publicado recentemente, as estudantes Sá e Melo (2013) pesquisaram os impactos do Corte Popular no acampamento José Ricardo dentro do processo de luta pela terra no município de Lagoa dos Gatos. A obtenção de dados do ano de 2012, através da Escola Popular Elisabeth Teixeira, permitiu às estudantes constatarem o crescimento na produção em quase a totalidade dos alimentos produzidos:

Quadro 5: Quadro de Produção – Acampamento José Ricardo/2012

Produtos	Quantidade
Macaxeira	70 Toneladas
Mandioca (brava)	60 Toneladas
Batata	80 Toneladas
Milho	80 Toneladas
Feijão	25 Toneladas
Alface	120.000 pés
Coentro	50 Toneladas
Quiabo	100 Toneladas

Fonte: Sá e Melo (2013).

Dida revela que “já teve camponês de fazer 12.000 reais com o comércio de sementes de coentro”. Os alimentos produzidos são destinados ao consumo, mercado e armazenamento. Os camponeses do acampamento chegaram a realizar a ***Feira da Revolução Agrária*** no município durante um período de quatro meses, mas, com a saída do militante/liderança em Alagoas e outros problemas de infraestrutura, se tornou difícil levar a feira adiante.

O crescimento da produção faz avançar a luta pela terra. Os camponeses bem sucedidos podem ajudar outros camponeses de seu ou de outro acampamento, por exemplo, com a doação de sementes. Hoje, a coordenação regional da LCP do Nordeste já possui um taqueômetro e um carro próprio conquistados com a contribuição financeira dos camponeses e

o apoio do Sindicato do Marreta (Liga Operária).

Figura 14: Produção de hortaliças.



Fonte: Trabalho de Campo, 2013. Autor: SILVA, D. P. O. 2013.

De acordo com alguns camponeses, a produção existe desde que ocuparam as terras da Fazenda Riachão. Os arrendatários e os foreiros já produziam desde o tempo do Coronel Cordeirinho, mas os que chegaram com o MST explicaram que o movimento incentivara a produção desde a primeira ocupação. O período de ocupação nos barracos foi um tempo difícil.

O Sr. Amaro revela que “dormia na chuva, na lama, no chão, dormia de cócoras. Era um pedacinho de lona pra dormir no meio do tempo” (Trabalho de Campo, 2013). Atualmente, o Sr. Amaro tem uma produção diversificada com batata, macaxeira, coentro, alface, quiabo, maracujá, mandioca e ainda cria algumas cabeças de gado. O camponês conseguiu puxar a energia para o seu lote e colocou bombas de irrigação do tipo suspensor em uma distância de 1000 m. Assim como outros do acampamento, tem uma rotina de trabalho intensa. Amaro trabalha das 04:30 às 18:00 horas, sendo que tem que acordar às 2:00 da

manhã e no inverno trabalha de 06:30 às 16:30.

Figura 15: Plantação de Batatas no lote do Sr. Amaro.



Fonte: Trabalho de Campo, 2013. Autor: SILVA, D. P. O. 2013.

Tivemos uma longa conversa com uma das famílias camponesas mais antigas do acampamento. Fomos muito bem recebidos na casa do senhor Ramiro e de sua esposa Maria de Lurdes. Ramiro conta que já arrendava a terra, pois era arrendatário como seu pai. Ele conta que sua família também trabalhava com o sistema de terça. Se ele produzisse 6 sacos de mandioca, 2 sacos seriam entregues ao proprietário. A maior parte dos camponeses produzia mandioca, pois esta produção abastecia as casas de farinha da fazenda.

Maria de Lurdes diz que eles estão na luta desde a primeira ocupação e que Ramiro montou o barraco, mas, como eles possuíam casa na fazenda e já eram idosos, o genro que ficava no barraco. Ramiro também revelou que, na época de conflito intenso, homens de moto sempre ameaçavam os acampados e que, em um dos despejos, uma Toyota saiu arrastando e destruindo os barracos. Em um destes despejos, a sobrinha de Maria levou um tiro de raspão.

Sobre a questão das terras, Ramiro explicou que atualmente a viúva do coronel (Célia) tem direito a 40% das terras, sendo o restante dos herdeiros. Concernente a isto, Dida explicou que a proprietária não tem mais interesse nas terras e gostaria que o INCRA resolvesse logo o processo de desapropriação. Por outro lado, Dida não conhece a posição dos demais herdeiros sobre a desapropriação. Estes herdeiros não chegaram a se manifestar sobre a desapropriação da fazenda.

A produção do senhor Ramiro se dá com base no trabalho familiar (ele, esposa e o genro) e é bem diversificada. No seu lote, encontramos plantação de milho, batata, banana, feijão, feijão gandu, maxixe, mandioca e criação de porcos etc. A produção da maior parte das famílias do acampamento tem como base o plantio destes mesmos alimentos.

Figura 16: Plantação de mandioca no lote do Sr. Ramiro.



Fonte: Trabalho de campo, 2013. Autor: SILVA, D. P. O. 2013.

Algumas famílias mais antigas possuem casas em seus lotes, outras construíram pequenos casebres em seus lotes e o restante vive num conjunto de pequenas casas de taipa construídas ao lado do que sobrou da casa grande. Parte das edificações da casa grande que

não foi destruída serve como alojamento e abriga a Escola e a Biblioteca Popular. Essa aglomeração também se dá por conta da falta de energia nos lotes, já que se torna mais viável para os camponeses permanecer no local do acampamento onde tem energia, assim eles podem manter uma comunicação e a coletividade com maior facilidade.

A **Escola Popular** do acampamento José Ricardo está num estágio semelhante ao da escola do acampamento Renato Nathan, embora possua uma biblioteca mais consolidada. Ela funciona em dois níveis de alfabetização e possui dois professores, o Neto e a Cláudia. A professora Cláudia trabalha na área faz dois anos e é remunerada pela prefeitura, pois trabalha substituindo a sua mãe. Antes de trabalhar pela prefeitura, ela era voluntária e recebia uma ajuda de custo da LCP do Nordeste, já que teve um período em que a prefeitura cortou o custeio. Há uma pequena frequência de camponeses, entre 3 a 5, exceto nos dias de filmes que pode chegar de 10 a 15. Os camponeses que participam das aulas rendem pouco nos estudos, pois se sentem cansados do trabalho diário no campo.

Figura 17: Escola Popular do Acampamento José Ricardo.



Fonte: Trabalho de Campo, 2013. Autor: SILVA, D. P. O. 2013.

A escola funciona quatro dias na semana e há o planejamento com a Secretaria

Municipal de Educação. Em nossa pesquisa de campo, participamos de uma aula da Prof^a. Cláudia. Ela trabalha com o nível básico que é a Alfabetização (Português e Matemática) e revela que a frequência tem caído, mas ainda há muitas crianças que gostam de frequentar a biblioteca da escola para ler livros. Sobre o trabalho que cada professor exerce, Neto explica que:

Concretamente, é a professora que alfabetiza mais. Ela tá mais direto. Foi do início né. Aí agora eu fiquei mais com essa parte de pegar o nível 1, que é pré-silábico e silábico, pra alfabetizar mesmo. Estão ainda identificando as sílabas, pegando as letrinhas, fazendo as coisas tal e tal. Ela já pega o nível 2, que já é pré-alfabetizado e alfabetizado, mas não tem uma divisão assim, até porque a gente senta e discute tudo. Divide assim mais ou menos uma tarefa e a gente decide um tema e tal. Por exemplo, “fulano tem mais facilidade de pegar o filme em torno disso, ou de música, de relação, ou algum clipe, ou alguma coisa relacionada”. Aquelas coisas assim, mas concretamente acaba que a gente não teve essa necessidade também, talvez mais pra frente assim. (Neto. Trabalho de Campo, 2013)

O movimento defende um projeto de escola popular, no qual o processo metodológico resulte num trabalho que alfabetize, mas ao mesmo tempo politize, através das discussões alicerçadas nas atividades práticas de ensino (exemplo: debates sobre filmes, músicas etc) e materiais utilizados (exemplo: jornais, revistas e livros). A escola popular nos acampamentos ajuda no processo de formação, mas este não é o seu papel exclusivo, justamente porque a LCP promove seus cursos, seminários etc. Neto nos conta que:

Essa questão do movimento tem a sua própria formação, a escola junto participa também, ajuda a construir isso. Independente, a escola constrói. A escola também faz isso, mas não é uma responsabilidade só da escola. A escola tem a sua certa independência de gerir, mas é ligada com o movimento, caminha junto com o movimento. Tem uma estrutura própria. Não atuaria em outro movimento se não a Liga. Não teria surgido. [...] Aí tem a assembleia, porque a assembleia é uma questão aí já do movimento. Ela tem uma diferenciação que aí também a escola ajuda a trabalhar isso nessa formação, junto. Deixe eu lhe explicar, que aí é a questão do caráter da assembleia que existe assembleia geral que é de informação, que é até a que o Del tava falando que faz em 15 e 15 dias lá né, e tem a Assembleia Popular. A Assembleia Popular já é um processo mais avançado de organização dos camponeses em áreas revolucionárias que aí ela se dá (...) no embrião do exercício do poder dos camponeses. O poder próprio. Gerir a sua própria vida, definir os seus deveres e os seus direitos

dentro da área, independente do governo externo. Pronto, você viu lá, ali que gere é os camponeses, não existe outra forma. Então o legislativo, o judiciário, o executivo é o camponês. Aí a assembleia seria essa estrutura, não nesse formato, nesse estilo, mas a Assembleia Popular é essa estrutura de poder assim. Seria um embrião, a ideia é essa né, um embrião do novo. Da nova sociedade assim, onde o povo consegue gerir em comunidade a sua forma de organização, sua própria vida social. (Neto. Trabalho de Campo, 2013)

Figura 18: Aula na Escola Popular do Acampamento José Ricardo.



Fonte: Trabalho de Campo, 2013. Autor: SILVA, D. P. O. 2013.

Em nosso trabalho de campo, participamos também de uma reunião do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável da cidade de Lagoa dos Gatos/PE. A reunião ocorre periodicamente e tem o objetivo de reunir os representantes de associações e assentamentos do município para discutir sobre políticas públicas direcionadas a estes territórios. Acompanhamos Dida, nesta reunião, que nos explicou que há uma resistência muito grande por parte da administração pública em ajudar o acampamento, pelo fato de o território não ser assentamento. A discussão nesta reunião foi sobre a construção de cisternas e a distribuição de caixas d'água. Dida conseguiu as caixas d'água para o acampamento com muita luta e

insistência. Ele alega que é injusto o acampamento não ter os mesmos direitos, visto que o acampamento produz muito mais que qualquer outro assentamento da região.

Figura 19: Distribuição de caixas d'água no Acampamento José Ricardo.



Fonte: Trabalho de Campo, 2013. Autor: SILVA, D. P. O. 2013.

Dida revela que são cinco assentamentos, alguns coordenados pelo MST e outros pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE). Na opinião dele, a produção nestes assentamentos não é significativa, pois há um alto índice de endividamento com a política de créditos do governo. Os assentados se endividam com os empréstimos e não lucram o suficiente para quitar. Aliado a este fator, há a falta de assistência técnica do governo, já que as terras desapropriadas são as de solo com baixa qualidade e já desgastado, o que necessitaria de um bom tratamento na terra e o acompanhamento do INCRA para que ela voltasse a produzir com qualidade.

Tanto no acampamento Renato Nathan quanto no acampamento José Ricardo, há um misto entre sensações de posse da terra e receio de perdê-la. A LCP dissemina entre as

famílias o discurso de que o Corte Popular das terras e as emissões dos títulos da terra promovem o avanço na garantia de posse de lote, já que esta seria a característica da Revolução Agrária. Ou seja, tomar as terras, “cortá-las”, produzir e construir o poder popular nelas sem a interferência do Estado. Entretanto, há um descompasso no conhecimento do processo de desapropriação entre as famílias e algumas contradições entre o discurso e a prática. Percebemos em campo que as famílias almejam a desapropriação legal e os títulos de posse emitidos pelo INCRA, caracterizando um processo de espera pela Reforma Agrária. Se, no acampamento Renato Nathan, o acordo firmado no judiciário não dá a garantia das terras, no acampamento José Ricardo, os camponeses ainda esperam pela desapropriação. O fato é que mesmo com tantos anos produzindo na terra, os camponeses correm o risco de serem surpreendidos por uma reintegração de posse.

3.3. LCP no Nordeste: algumas considerações

Os camponeses com os quais conversamos nos dois acampamentos relatam que preferem o modelo organizativo da LCP. No caso do Acampamento José Ricardo, os camponeses afirmam que depois que a Liga chegou, a situação no acampamento se acalmou. Analisando o processo histórico desta luta, percebemos que a pacificação do conflito não ocorreu simplesmente porque a LCP tomou a frente, mas justamente porque o MST esteve presente no momento inicial do conflito marcado pela tensão, pelas ameaças de despejos e pelo desejo dos proprietários de expulsarem os camponeses. A ocupação em Lagoa dos Gatos foi organizada pelo MST e, nos primeiros anos, os conflitos foram intensos, até que a proprietária majoritária veio a perder o interesse nas terras. Como já relatamos, nesse meio termo, houve a expulsão do José Ricardo do MST e a sua ida para LCP passou a organizar o acampamento.

Além do caso do José Ricardo, algumas divergências já existiam na coordenação do MST. Um problema da época, relatado por Dida, foi em relação ao fato de as coordenações do MST serem compostas por muitos militantes, muitas vezes não advindos da massa de camponeses. Dida explica que:

[...] a diferença da Liga pra os outros movimentos é porque os outros movimentos se preocupam com militantes. Tem tantas pessoas que

querem vir pra Liga, entrar pra Liga, mas a gente tem que nascer das massas quem vai coordenar. Vamos chegar na área aqui, porque quando no tempo que a gente tomou isso aqui eu fazia parte do MST, aqui tomou enquanto MST, e depois teve uma brigas e o pessoal saiu do MST. Todo mundo. Sem o pessoal do MST vai embora a direção do Jaime Amorim e há quase 6 anos tá a Liga e o povo ficou de escolher ou o MST ou a Liga. Aí escolheram a Liga. Aí não tem mais aquela questão de coordenação, vim aqui militantes, que aqui vinham muito militantes de outros movimentos. O camponês vinha com a sua produção, com um ratinho de milho pra chegar aqui e tinha militante que dizia: “Asse milho pra mim, eu quero milho assado agora mesmo pra mim tomar com Montilla aqui, com cerveja [...]

[...] Os militantes do MST no tempo dos movimentos que eu também fazia parte. Mas eu nunca agi com essa opção.

[...] Dizia: “Pegue o milho pra nós assar porra!”. “O cara chegou agora cansado” eu dizia assim pra eles... Não que eu tô querendo aparecer. Dizia: “Pegue o milho pra nós assar”, e eu respondia: “o cara chegou agora do roçado e tu...”. O cara vinha e assava o milho pra ele como se fosse, sei lá, uma forma de... um Cordeirinho. Agia igualzinho a um senhor de engenho, agia as pessoas. Eu não sei, eu não quero falar de outros movimentos, mas quando eu fazia parte do MST eu ouvia isso dos militantes, dos coordenadores. Aqui o povo tinha medo de produção, de botar roçado. Quando botava a produção era expulso, deixava a produção pro movimento. E até a gente escutou muitas vezes, o pessoal dizia assim “que queria antes um preguiçoso do que um que botasse roçado”. Aqui algumas pessoas do MST disse que dava mais valor a um cabra que não tinha tempo, não tinha produção, do que um que trabalhava seis dias, porque os que produzia, tinha roçado, não tinha tempo de ir mais eles fazer tomada de terra, de participação, de tomar a terra. E a Liga a gente se preocupa com nós tem que tomar a terra, agora nós tem que produzir. Porque a gente quer a terra? (Dida. Trabalho de Campo, 2013)

Dida explica que algumas lideranças do MST assumiam posturas autoritárias no acampamento. Estas discordâncias já apontavam alguns conflitos entre as lideranças na época em que o MST organiza o acampamento. O fato é que este tipo de problema quanto a divergências entre lideranças, movimento e famílias camponesas não é restrito ao MST. É um processo que ocorre frequentemente nos movimentos sociais camponeses, vide o caso do Índio em Alagoas na própria LCP do Nordeste. Os problemas entre o Índio e o restante da coordenação geraram a sua saída da LCP do Nordeste e ida para o MTL. Consigo o Índio levou a coordenação de diversos acampamentos, ou seja, o seu espaço de influência. Outro exemplo seria as lideranças do Acampamento Renato Nathan que saíram da CPT para a LCP.

No caso do acampamento de Lagoa dos Gatos/PE, como podemos notar através de relatos do Dida já citados no texto, os camponeses não escolheram a LCP ao invés do MST,

mas sim a liderança (José Ricardo) que estava de volta com o apoio de outro movimento. Em campo, através de nossas conversas abertas, observamos que as famílias camponesas notam as diferenças no caráter organizacional. A LCP caracteriza-se por ser um movimento que procura trabalhar com maior autonomia, seja em sua organização política ou na organização de suas “áreas”. A LCP se preocupa em orientar as famílias a produzir sem esperar pelo INCRA. O movimento tenta construir uma nova sociabilidade mais independente, embora haja dificuldades e contradições nesse processo. As famílias acabam necessitando das políticas públicas e se tornando por vezes reféns do clientelismo, como é caso do Acampamento Renato Nathan, no qual os camponeses necessitam de energia e de máquinas da prefeitura.

Os camponeses da LCP que lutam pela terra no Nordeste ainda não possuem o título de posse da terra emitido pelo INCRA, mas sabem que é necessário conquistá-lo. Embora os dois acampamentos em que estivemos tenham em torno de uma década de resistência, as lideranças e as famílias sabem que precisam da desapropriação e da criação do Projeto de Assentamento para garantir de fato a posse de seu lote. Deste modo, o discurso da Revolução Agrária se torna algo mais simbólico dentro das áreas. Os títulos da terra entregues pela LCP são simbólicos. Mas, de certa forma, acabam instigando o camponês a defender a sua produção, o seu barraco e tudo que foi construído.

Independente de ser LCP, MST, MTL, CPT, FETAPE ou qualquer outra bandeira que possa existir, e na atualidade são muitas, as famílias camponesas sem terra sabem por que lutam e estão dispostas a sacrificarem as suas vidas por seu pedaço de terra, sua produção e seu suor. Elas confiam sua luta em suas lideranças, as personificam como guias que possibilitarão a conquista do que almejam, mas que, na verdade, são seres humanos capazes de acertar e de errar, de serem honestos ou de serem corrompidos. É trivial que cada trabalho de base de cada movimento os direcionam a diferentes estratégias de acordo com suas teses teóricas e metodológicas, amadurecidas ou não. Nesse sentido, a questão que nos aparece é: *No cenário contemporâneo, quais as consequências da fragmentação no movimento camponês?*

As divergências, principalmente entre lideranças, podem gerar as dissidências e novas bandeiras de luta surgem. Essas bandeiras horas se unificam, horas se digladiam em críticas sobre suas ações, enfraquecendo o movimento camponês como um todo. A LCP é um exemplo da consequência desse processo. Para a LCP, as massas fazem a história, mas, na prática, estas massas, representadas por suas lideranças, acabam muitas vezes agindo com as suas próprias experiências do passado. As divergências entre lideranças e os seus movimentos

se dão em casos particulares e específicos. Todavia, se uma liderança sai de um movimento **A**, um movimento **B** o integrará, pois sabe que conquistará espaços de influência para a aplicabilidade dos seus objetivos. A partir da década de 1990, houve a explosão de novas bandeiras de movimentos, e conseqüentemente, o acirramento no processo de disputa por territórios por estes movimentos. Para termos uma ideia do que estamos discutindo, de acordo com os dados obtidos no relatório DATALUTA (2013), tivemos pelo menos 116 movimentos sociais camponeses atuantes em todo o país entre os anos de 2000 a 2012.

Se o “*boom*” destes movimentos, no início da década de 2000, gerou uma expectativa positiva para o avanço da luta pela terra, na conjuntura atual notamos um refluxo na ação destes movimentos. Para alguns, este refluxo é estratégico. Para nós, a fragmentação causa a debilidade do movimento camponês como um todo. De acordo com Montaña e Duriguetto (2011):

Uma debilidade significativa dos Movimentos Sociais é a sua tendência à fragmentação. Essa característica se revela fundamentalmente quando os movimentos explicitam uma preocupação com sua autonomia frente a partidos e sindicatos e, em geral, a qualquer estrutura mais ampla de organização e de demandas das que não são específicas à dos próprios movimentos. Há, assim, uma forte tendência à ênfase nas lutas econômico-corporativas setoriais, particulares ou locais. O rechaço à articulação a partidos e sindicatos chega também a significar o rechaço a qualquer relação com o Estado e com a ideia de luta pelo poder, significando o insulamento dos movimentos nas lutas econômicas, não as projetando em lutas políticas. A perspectiva geral de transformação da sociedade termina desaparecendo, sendo hegemônicas as práticas do culto ao local (ver Campione e Rajland, in Caetano, 2006). (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011)

A fragmentação tende a afunilar em objetivos específicos a ação de muitos movimentos sociais, isso quando não o restringe a uma atuação local. A LCP do Nordeste nos mostra pontos positivos na organização do campesinato em luta, como por exemplo, a autonomia que se busca construir em seus acampamentos, através da produção agrícola que dá condições da permanência na terra ou do processo de alfabetização que permite uma evolução na formação política e na vida do camponês. Porém, não há como negar a importância que as bandeiras mais antigas, como as do MST ou da CPT, tiveram e têm em todo o processo histórico. Um exemplo seria o trabalho de base que esses grandes movimentos ainda o fazem. Muito embora a luta pela terra continue em atividade, os

movimentos passam a se distanciar não só pelas divergências entre lideranças, mas também de acordo com as diferentes teses e programas que seguem. Outras vezes pelas contradições impostas pelo próprio modelo de sociedade capitalista que instiga o individualismo, a ambição pelo poder e a corrupção, e que estabelece estratégias de desarticulação e de cooptação dentro do próprio movimento camponês. Entretanto, o campesinato resiste e se remodela.

No caso da LCP, preocupamo-nos com a interpretação da realidade agrária brasileira alicerçada no conceito de *semifeudalidade*. No artigo de Sá e Melo (2013) sobre o corte popular no Acampamento José Ricardo, foi discutido nesse viés o contexto da história das famílias camponesas que viveram na Fazenda Riachão. O argumento é que o sistema de terça adotado entre proprietário e camponês se caracteriza como uma relação semifeudal. De fato, a relação se assemelha à existente no modelo feudal, mas não se desenvolve no modo de produção feudal e sim no modo de produção capitalista. Como já defendemos, no Brasil o senhor da terra nasce capitalista. Aqui, o modo de produção capitalista combinou relações capitalistas e não-capitalistas, todavia, subordinando a renda da terra ao capital. De acordo com o relato do Sr. Ramiro, o proprietário “Cordeirinho” cobrava a terça de várias famílias que trabalhavam em sua propriedade. Essa terça poderia ser parte da produção de mandioca que era e ainda é muito comum nestas terras. Essa mandioca era direcionada ao mercado in natura ou transformada em farinha. Tornava-se, portanto, uma mercadoria comercializável. Com base em nossa fundamentação teórica, nesse processo já havia a sujeição do trabalho do camponês e de parte da sua renda da terra. Renda esta que assume a forma de lucro para o proprietário.

CAPÍTULO 4 – O MOVIMENTO CAMPONÊS SOB O OLHAR GEOGRÁFICO: A LIGA DOS CAMPONESES POBRES (LCP) E A LUTA PELA TERRA NO NORDESTE COMO REFERÊNCIA

Na discussão levantada no primeiro capítulo, acerca da questão agrária brasileira, priorizamos pontos como a propriedade privada, a concentração fundiária, o Estado, a reforma agrária e a luta de classes no campo. Dentro da construção deste quadro histórico-geográfico conceitual, buscamos contextualizar a trajetória construída pela luta camponesa no movimento contraditório da luta de classes no campo brasileiro, para assim, e nesse viés, analisarmos a luta da LCP no Nordeste. No estudo sobre formação de um “novo” movimento e materialização de sua estrutura organizativa na luta pela terra no Nordeste, que realizamos nos capítulos 2 e 3, tomamos a LCP como referência para nos levar ao retorno teórico sobre como o pensamento geográfico tem refletido sobre as contradições deste processo de luta no campo. Por isso, no momento de conclusão deste trabalho, preocupamo-nos também em refletir como vem sendo desenvolvida a análise sobre o movimento camponês sob o ponto de vista teórico da Geografia. Desta forma, podemos pôr em questionamento conceitos recentemente construídos e nos posicionarmos com relação ao tema, para com isso darmos nossa contribuição direta à ciência geográfica e ao estudo sobre o movimento camponês.

No âmbito dos estudos teóricos sobre os movimentos sociais, nota-se que neste período histórico mais recente, a Geografia que estuda os movimentos sociais busca transcender, ainda que timidamente, de uma ciência até certo ponto dependente das formulações teórico-metodológicas de outras ciências como, por exemplo, a Sociologia e a Antropologia, para uma ciência que busca a sua autonomia teórico-conceitual (crítico-analítica), propondo novos conceitos e categorias próprias de análise. Ou seja, novos caminhos na construção do conhecimento geográfico. É claro que não se pode entender esse processo de busca em “geografizar” a construção e a produção teórico-conceitual como um processo de ruptura com as suas “tradicionais” bases teórico-metodológicas, pois se assim fosse interpretado, cairíamos em controvérsias. Para tanto, lembremo-nos da importância da produção filosófica e da própria Sociologia nas fundamentações teóricas e metodológicas dos estudos geográficos desenvolvidos sob o viés de diferentes concepções.

Sobre o processo de construção teórico-conceitual da Geografia Agrária brasileira, os

estudos dos movimentos sociais camponeses fazem parte desta subárea desde os anos 1960, com alguns trabalhos de Orlando Valverde e de Manuel Correia de Andrade, mas se tornaram mais frequentes a partir de 1980. Entretanto, foi logo após a década de 1990 que surgiram os primeiros trabalhos com a proposta de se estudar os movimentos sociais como categoria/conceito da Geografia. Ou seja, surgem as formulações dos conceitos de Movimentos Socioespaciais e Movimentos Socioterritoriais, trabalhados por Jean-Yves Martin e Bernardo Mançano Fernandes.

Nesse sentido, este último capítulo centrar-se-á na análise, reflexão e discussão acerca da proposta teórica sobre o estudo dos movimentos sociais camponeses, essencialmente na perspectiva geográfica, empreendida no Brasil, principalmente pelo geógrafo Bernardo Mançano Fernandes. Para tanto, desmembramos a discussão decorrente no texto, no que se refere aos seus resultados, em duas partes principais. A primeira parte é dedicada a uma breve revisão sobre a compreensão dos conceitos de espaço e de território como categoria geográfica, sob o ponto de vista em que se apoia Fernandes. A segunda parte trata de revisar a própria proposta teórico-conceitual em se estudar os movimentos sociais camponeses na perspectiva geográfica, ou seja, trata de explicar resumidamente a abordagem conceitual de Movimentos Socioterritoriais (Camponeses) e, em seguida, desenvolver uma discussão de cunho reflexivo sobre essa proposta ou contribuição teórico-conceitual, com o intuito de colocá-la em questão.

O objetivo aqui é o de analisar e desenvolver uma discussão em torno desta mais recente proposta teórica empreendida principalmente pelo pesquisador Bernardo Mançano Fernandes, na qual o mesmo trata movimento social como categoria da geografia, que, no caso dos movimentos camponeses, são denominados de Movimentos Socioterritoriais. Através disto, nos comprometemos em aprofundar a discussão e pensar sobre o estudo do movimento camponês e a luta pela terra na conjuntura atual.

Observa-se, nas referências de Fernandes (1999; 2000; 2005; 2008), a grande influência teórica da escola francesa (RAFFESTIN, 1993) e dos estudos de Milton Santos para as fundamentações no trabalho desta proposta teórica, principalmente no que se refere às reflexões sobre os conceitos de espaço e de território. Também sabemos que junto à construção do conceito de movimento socioterritorial está relacionado o conceito de movimento socioespacial, já trabalhado anteriormente por Jean-Yves Martin (1997). Por isso,

a diferenciação das categorias e conceitos faz parte da principal preocupação deste capítulo.

O mapeamento das principais produções⁴⁵ de Fernandes sobre o tema foi essencial para o aprofundamento desta discussão, como por exemplo, a sua tese de doutorado *Contribuição ao Estudo do Camponato Brasileiro: Formação e Territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, o ensaio teórico *Movimento social como categoria geográfica*; outro ensaio teórico *Movimentos Socioterritoriais e Movimentos Socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos Movimentos Sociais* e o artigo, produzido em parceria com Jean-Yves Martin, *Movimento socioterritorial e “globalização”: algumas reflexões a partir do caso do MST*. Nota-se que todos estes trabalhos irão se complementar no caminho gradativo de superar os diversos questionamentos e críticas surgidos ao longo dessa construção teórico-conceitual que permanece aberta a novas contribuições.

4.1. Espaço, território e movimento camponês

É através dos estudos teóricos sobre os conceitos de espaço e território e sua relação com os processos de formação, espacialização, territorialização e mundialização do movimento camponês que Bernardo Mançano Fernandes chega à proposta de se estudar os movimentos sociais numa perspectiva geográfica.

Fernandes (2008) concorda que, para se realizar uma reflexão sobre o território, torna-se necessário partir da compreensão do conceito de espaço. Fundamentado em Lefebvre, ele nos traz que o espaço é a materialização da existência humana, e nesse viés, o espaço não pode ser reduzido a um fragmento, mas entendido como uma totalidade. Apoiado também na definição de Milton Santos, Fernandes coloca o espaço como um conjunto de objetos e de sistemas de ação indissociáveis que se complementam no modo de vida de maneira solidária e contraditória. Nesse sentido, os objetos sociais, diferentes dos objetos naturais (elementos da natureza), são produzidos pelas relações sociais. Relações sociais que produzem os espaços e vice-versa. Assim, o movimento ininterrupto de (re)produção dos espaços e das relações sociais revela-se como o processo de produção do espaço e de territórios (FERNANDES, 2008, p. 276).

⁴⁵ Os trabalhos citados no parágrafo encontram-se nas referências bibliográficas.

Baseado em Raffestin (1993), Fernandes concorda com o princípio que interpreta o território como uma construção a partir do espaço geográfico, ou seja, que o território é posterior ao espaço. Podemos corroborar essa interpretação através de alguns fragmentos da obra *Por Uma Geografia do Poder*, na qual Raffestin (1993, p.143) coloca que:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço.

O autor considera ainda que “o território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si”. (Ibid, p. 143-144) Nessa concepção, a materialização geográfica do território ocorre a partir do espaço através da ação intencionada do homem, coletivizado ou não, que produz suas relações inscritas em um campo de poder. Assim, esta parcela do espaço absoluto, apropriada por uma determinada sociedade ou outro ator social, torna-se território.

Deste modo, percebemos que Fernandes defende a ideia na qual se pode entender o espaço geográfico como o espaço (re)produzido pela relações sociais de modo solidário e/ou contraditório por intermédio das conflitualidades resultadas pelas diferentes intencionalidades. Já o território seria, grosso modo, um processo de apropriação/fragmentação abstrata e/ou concreta do espaço, baseado em relações sociais de poder e empreendidas por diferentes atores. Fernandes (2008, p. 278) traz contribuições acerca do conceito de território da seguinte maneira:

Eu defendo uma significação mais ampla para o conceito de território. O princípio da multidimensionalidade pode ser como uma propriedade do conceito de território. Este é um grande desafio, porque por mais que se defenda a multidimensionalidade na aceção do conceito de território, as teorias, métodos e práticas a fragmentam. Mas esta fragmentação não ocorre somente na multidimensionalidade dos territórios, acontece também na sua multiescalaridade.

Nessa perspectiva, o pesquisador em questão defende que o território na compreensão da Geografia é multidimensional, pelo fato de o mesmo, assim como o (e sendo) espaço, ser uma totalidade que se expressa por meio de várias dimensões como as dimensões política, social, cultural, econômica, ambiental, etc., sendo que cada dimensão possui todas as outras. Entende-se também o território em sua multiescalaridade, pois a organização dos tipos de territórios pode ser compreendida através das várias escalas geográficas (local, regional, nacional, internacional). Fernandes trabalha a tipologia dos territórios com o objetivo de fundamentar a discussão sobre as disputas territoriais entre camponeses e capitalistas, na qual explica que:

As propriedades camponesas e as capitalistas são territórios distintos, são totalidades diferenciadas, nas quais se produzem relações sociais diferentes, que promovem modelos divergentes de desenvolvimento. Territórios camponeses e territórios capitalistas como diferentes formas de propriedades privadas disputam o território nacional. Para se compreender essa disputa, é importante uma análise dos níveis e escalas territoriais: o primeiro território e o segundo território. O primeiro território é formado pelos espaços de governança em diferentes escalas: nacional, regional, municipal, distrital. O segundo território é formado pelos diferentes tipos de propriedades particulares. (Ibid, p. 280-281)

Sem aprofundar mais a discussão sobre a tipologia dos territórios de Fernandes, percebe-se claramente até aí que a abordagem do autor é construída com a preocupação de evidenciar a disputa territorial, no âmbito da escala da propriedade particular, entre o agronegócio e o movimento camponês. Deste modo, é importante entender, na sua concepção de território, que diferentes territórios estão contidos em outros territórios em diferentes escalas no espaço geográfico, e que os mesmos sobrepõem-se uns aos outros, seja de maneira concreta ou imaterial. Partindo-se dessa premissa, o território é ou pode ser interpretado como um trunfo para o movimento camponês, conquistado através da luta pela terra (e pela Reforma Agrária), e materializado na criação dos Projetos de Assentamentos. É essa interpretação que serviu e que ainda serve a Fernandes como fundamentação na análise da relação entre o território e o movimento camponês, trabalhada no conceito (posto como) essencialmente geográfico de Movimento Socioterritorial, através das leituras dos processos geográficos de espacialização e de territorialização da luta pela terra.

4.2. O debate sobre o conceito dos movimentos sociais camponeses na perspectiva geográfica

No espaço teórico da geografia brasileira, os primeiros ensaios e trabalhos produzidos sobre as organizações e mobilizações camponesas inseridas no tema da Reforma Agrária surgem a partir dos anos 1960, através dos geógrafos Orlando Valverde e Manoel Correia de Andrade. De acordo com Bombardi, o texto *Regionalização da Reforma Agrária*, de Orlando Valverde, escrito em 1961, tratava das concepções do autor sobre a Reforma Agrária. “Nele Valverde afirmou que para a reforma agrária ser democrática, dois grupos deveriam ser ouvidos: os técnicos e os camponeses da região” (BOMBARDI, 2008, p. 106).

Manuel Correia de Andrade obtém destaque nesse mesmo contexto histórico de Valverde com a sua obra *A Terra e o Homem no Nordeste* (1963), que trata do modo de produção predominante no campo, relações sociais e luta pela terra, ou seja, sobre a questão agrária no Nordeste (BOMBARDI, 2008). Todavia, sabe-se que a geografia, desde a década de 1960 aos anos 1980, esteve muito limitada e/ou “presa”, em seu proceder teórico-conceitual e metodológico, a posturas científicas arcaicas. A partir da década de 1980, para quebrar com essa dependência e superar a denominada crise teórica, alguns Geógrafos, a exemplo de Milton Santos⁴⁶, iniciaram um movimento na Geografia, sendo perceptível a materialização de debates e estudos propondo a renovação desta ciência. Neste período, inicia-se na Geografia a construção de propostas e/ou alicerces teórico-metodológicos próprios, a serem utilizados a posteriori nos estudos sobre os movimentos sociais.

Com relação aos estudos diretamente relacionados aos movimentos sociais na Geografia, ainda em meados da década de 1980, destacam-se os Geógrafos Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Ruy Moreira, sendo que inicialmente o foco central das pesquisas de Ariovaldo esteve relacionado aos movimentos reivindicatórios formados por associações de moradores. Já a produção de Ruy Moreira, nesse contexto, teve seu foco no estudo da evolução do movimento operário no Brasil (BOMBARDI, 2008). Com o desenrolar destas transformações, no processo de construção de uma Geografia Agrária Crítica, através da introdução e utilização do método dialético de Marx, o próprio Ariovaldo Oliveira torna-se, mais à frente, um dos principais precursores e referência para os estudos dos movimentos sociais no campo, levantando temas como: MST, camponeses, latifúndio brasileiro, Reforma

⁴⁶ Vide a obra *Por Uma Geografia Nova*, publicada em 1978.

Agrária, modo de produção capitalista e as contradições no campo.

Seguindo a linha de Oliveira, surge Bernardo Mançano Fernandes que desenvolve vários estudos sobre os processos de formação, espacialização e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Através da análise desses processos, Fernandes (2000) irá construir uma proposta teórica de se estudar os movimentos sociais camponeses utilizando o conceito de Movimento Socioterritorial. Para ele, não há como discutir movimentos sociais sob o viés da Geografia Crítica sem pôr em foco a análise dos conceitos de espaço e de território, e dos processos de espacialização e territorialização. Por isso, Fernandes se preocupa em aprofundar-se na discussão um pouco já trabalhada no tópico anterior sobre a diferenciação das categorias: espaço e território.

O processo de espacialização pode significar a multiplicação das ideias ou do conjunto de intencionalidades de um movimento socioterritorial no espaço, fornecendo assim, as condições necessárias para a consolidação do processo de territorialização. Segundo Fernandes (1999), o movimento socioterritorial está organizado e atua em diferentes lugares ao mesmo tempo. Para ele, este tipo de ação só é possível por causa da própria forma de organização do movimento, que permite espacializar a luta para conquistar novas frações do território, multiplicando-se através do processo de territorialização. Com relação ao processo de espacialização dos movimentos socioterritoriais camponeses, Fernandes (1999, p. 278) esclarece que:

O significado de espacialização tem como referência a participação de trabalhadores, que já viveram a experiência da ocupação em diversos lugares e regiões, e como militantes espacializam essas experiências, trabalhando com a organização de novas ocupações, territorializando a luta e o movimento na conquista de novas frações do território – o assentamento – a terra de trabalho.

Já o processo de territorialização da luta pela terra é compreendido como o processo de conquista de parcelas do território pelos movimentos socioterritoriais camponeses. Para Fernandes, o processo de territorialização fortalece os movimentos porque possibilita a espacialização das experiências vividas, o que contribui para o avanço da luta pela terra em outras regiões. Sendo assim, nota-se que em sua compreensão o processo de espacialização produz o processo de territorialização e vice-versa, ou até mesmo que ambos caminham juntos.

Assim, nesta perspectiva teórico-geográfica, entende-se que a inserção histórica de

movimentos sociais, como é o caso dos movimentos sociais camponeses, na disputa e na relação contraditória contra o capital e por frações do território, tem os caracterizado como movimentos socioterritoriais. Deste modo, o movimento socioterritorial caracteriza-se por ser um grupo de indivíduos coletivizados e empreendidos na luta pela conquista de um território ou pela soberania de um espaço já apropriado. Baseado nos conceitos das categorias geográficas (espaço e território), fundamentadas em Henri Lefebvre e Claude Raffestin, Fernandes (2005) discute a diferenciação entre movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais. Para ele, todos os movimentos são socioespaciais, já que se tem a concepção de que o espaço é “perene” e o território seria “intermitente”. Ou seja, o espaço sempre existirá enquanto espaço, mesmo que um território ceda lugar para um novo território. Nesse sentido, Fernandes considera que até mesmo os movimentos socioterritoriais são socioespaciais, embora os socioterritoriais estejam envolvidos na construção de um território, formados a partir dos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

Também é importante frisar um ponto da discussão teórica de Pedon (2009) trazida em sua tese de doutorado sobre os aspectos constitutivos dos movimentos socioterritoriais. De acordo com ele, esses aspectos são a *agenda* e a *escala da luta*. A *agenda* de um movimento socioterritorial, que no caso dos movimentos camponeses é denominado de Programa Agrário, se apresenta como elemento definidor das intencionalidades e do campo de ação. Já a *escala de luta* é reflexo da própria organização do movimento, que está intrinsecamente ligada ao conteúdo proposto em sua agenda, e à materialização e repercussão da mesma no espaço através dos embates diretos e dos conflitos sociais que abarcam a vida dos envolvidos.

Segundo Pedon (2009, p. 185), um movimento socioterritorial é constituído através de sua capacidade de articulação e do seu grau de organização. Nesse sentido, os aspectos constitutivos de um movimento socioterritorial camponês definem o seu processo de materialização de luta pela terra. Ainda de acordo com ele:

A formulação da agenda de um movimento socioterritorial é uma prática política e corresponde a um processo caracterizado por três momentos: o primeiro é o da comunicação, no qual ocorrem as reuniões nas quais os membros socializam valores e ideias; o segundo é o da constituição de um “espaço interativo”, no qual se dá o processo de aprendizado por meio da interação, baseada na troca de experiências, conhecimentos e trajetórias de vida. [...] Por último, temos a constituição de espaços geradores de sujeitos, no qual eles constroem suas próprias experiências. Este momento é o da reflexão e da redefinição das estratégias e objetivos, mostrando que as

agendas não se dissociam da ação, permanecendo numa contínua reformulação. (Ibid, 2009, p. 185-186)

Fundamentado em Milton Santos, Pedon compreende que a discussão sobre *escala da luta* subdivide-se na análise da *escala da origem* e da *escala do impacto*, sendo que a primeira concerne à origem de um fenômeno produzido e o seu alcance espacial, e a segunda tem como base a objetivação do evento ou como ele se realiza no espaço geográfico. Pedon sintetiza sua análise colocando que:

Os movimentos socioterritoriais, sobretudo hoje, não restringem sua organização e agenda somente à *escala da origem*. Sua extensão está diretamente relacionada com o alcance da luta e dos impactos pretendidos pelos movimentos. Utilizando os termos de Milton Santos, a *escala da origem* e a *escala do impacto* estão condensadas na organização e na agenda dos movimentos, de forma a dar uma maior profundidade às ações do movimento. Alcance, extensão e profundidade são dimensões da ação dos movimentos socioterritoriais, e que estão relacionados com a Intencionalidade manifestada nos embates promovidos, sobretudo, pelas ocupações. Dessa forma, a ocupação de edifícios e de terras compreende um conjunto de relações, valores, ideias e propostas de mudanças que superam a lógica de ordenamento dos lugares. (PEDON, 2009, p. 195)

A proposta teórico-conceitual de Bernardo Mançano Fernandes, de estudar os movimentos sociais camponeses através da leitura de processos geográficos, tem gerado polêmicas e críticas desde sua gênese. Nota-se que o pesquisador em questão propõe a categoria Movimento Socioterritorial como uma contribuição conceitual para a Geografia, e que, ao longo de suas produções e das produções de alguns dos seus orientandos em torno deste debate, tem se preocupado em sanar os questionamentos e as críticas surgidas. Nesse sentido, um ponto defendido por Fernandes é que:

movimento social e movimento socioterritorial são um mesmo sujeito coletivo ou grupo social que se organiza para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses, em possíveis enfrentamentos e conflitos, com objetivo de transformação da realidade. Portanto, não existem “um e outro”. Existem movimentos sociais desde uma perspectiva sociológica e movimentos socioterritoriais ou movimentos socioespaciais desde uma

Sendo assim, entendemos que Fernandes cria uma forma de ler os movimentos sociais camponeses na Geografia, fazendo uso de categorias geográficas. Mas será que o campesinato realmente se territorializa? No primeiro capítulo, destacamos em nota de rodapé que explicaríamos, neste último capítulo, o porquê de não utilizarmos o processo de territorialização na análise sobre o movimento camponês. Sendo assim, traçamos toda essa reflexão relacionada ao estudo dos movimentos sociais na perspectiva da teoria geográfica para chegarmos até aqui. Como vimos, a partir do estudo e da aplicação das categorias geográficas espaço e território, Fernandes desenvolve a sua abordagem teórico-conceitual, na qual compreende que os movimentos sociais camponeses se espacializam e se territorializam.

É aqui que nós rompemos com a compreensão de Fernandes e com a definição que passa a ser embutida no conceito de movimento socioterritorial. Fernandes coloca o território camponês como condição de existência das famílias camponesas. Na sua concepção, esses territórios camponeses são constituídos com a criação dos Projetos de Assentamentos.

Nesse sentido, questionamo-nos como conceber a plena conquista territorial pelo campesinato, se com o processo de produção capitalista do espaço, o capital, quando não territorializado, monopoliza o território?

Partimos da interpretação de que o campesinato, no processo de luta pela terra e pela reforma agrária, conquista o direito de uso de frações do território capitalista⁴⁷. Porém, essa conquista é fruto das próprias relações contraditórias do desenvolvimento capitalista no campo. Nesse sentido, a reprodução ampliada de capital cria relações capitalistas e não-capitalistas de produção no campo. Com o desenvolvimento da agricultura, o capitalismo tem unificado contraditoriamente a indústria e a agricultura, por isso o capital ao mesmo tempo territorializa-se, através de agroindústrias e monoculturas ligadas ao agronegócio, e monopoliza novas configurações territoriais produzidas pela produção camponesa (baseada em relações não-capitalistas subordinadas ao capital). Dando-nos apoio, Oliveira afirma que:

⁴⁷ Chegamos a essa interpretação através de leituras e das discussões elucidativas em sala de aula no curso da disciplina Técnicas e Teorias em Geografia Agrária, sob a regência da Profa. Dra. Alexandrina Luz Conceição. O esclarecimento dos conceitos nas aulas da professora foi de fundamental importância para nossa reflexão, que está alicerçada no pensamento da mesma.

O que esses processos contraditórios do desenvolvimento capitalista no campo revelam é que, no primeiro caso, o capital territorializa-se. Trata-se, portanto, do processo de territorialização do capital monopolista na agricultura. No segundo caso, esse processo contraditório revela que o capital monopoliza o território sem territorializar-se. Trata-se, pois, do processo de monopolização do território pelo capital monopolista. (2002, p. 105-106)

Nesse sentido, Oliveira (2002) exemplifica colocando que, no primeiro caso onde o capital se territorializa, ele se materializa nas cidades ou no campo, através da instalação das indústrias ou agroindústrias, nas quais ocorre a exploração da força de trabalho dos trabalhadores expropriados do campo, ou da própria exploração dos trabalhadores assalariados do campo (boias-frias). Segundo ele, “o capitalista/proprietário da terra embolsa simultaneamente o lucro da atividade industrial e da agrícola (cultura da cana, por exemplo) e a renda da terra gerada por esta atividade agrícola” (id, ibid, p. 106). No segundo caso, em que o capital monopoliza o território, ele permite que a produção camponesa e o campesinato enquanto classe social se desenvolvam, todavia, com a sua agricultura subordinada através da sujeição da renda da terra (camponesa) ao capital. Isso ocorre quando a produção camponesa fornece matérias-primas ao mercado e às indústrias ou pelo fato da dependência de produtos industriais por parte do campesinato (OLIVEIRA, 2002). Deste modo, não partimos do pressuposto que há territórios capitalistas e territórios camponeses, mas sim, que há territórios capitalistas e territórios monopolizados pelo capital. Ou seja, territorializado ou não, o território disputado pelos camponeses já é pertencente ao sistema capitalista.

Entretanto, concordamos que os acampamentos e os assentamentos de famílias camponesas sejam espaços de resistência mesmo que subordinados. É um espaço contraditoriamente estratégico para o prosseguimento da luta pela terra e pela reforma agrária. Em estudos anteriores realizados em Sergipe, sob a orientação do professor Marco Antonio Mitidiero Junior, notamos que os assentamentos produzem uma série de impactos territoriais (SILVA; MITIDIERO JUNIOR, 2010). Evidenciamos que os impactos territoriais, advindos da luta pela terra e da construção coletiva de um Projeto de Assentamento, podem ser materializados em diferentes escalas (municipal, estadual etc), e, partindo das análises de Leite (2004), estes impactos podem ser “internos” e/ou “externos”. Assim, podemos identificar os impactos que estão ligados diretamente aos beneficiários (assentados) e os que

estão envolvidos em níveis mais abrangentes, como por exemplo, no debate político do município ou região do assentamento. De acordo com Mitidiero Junior (2011, p. 16-17):

Em localidades com a presença de vários assentamentos ou em assentamentos com grande quantidade de famílias pode ocorrer uma intensificação dos impactos territoriais. Ferreira e Fernandes (2001) destacam a criação de aglomerados urbanos a partir dos PAs. Os equipamentos que geralmente são construídos em uma área de assentamento (escola, Igreja, áreas de lazer) são acrescidos por outros serviços, como: comércio, oficina mecânica, bares, lojas, armazéns, associações, serrarias, postos de gasolina, depósitos e etc. Estudos como o de Ferrante (2000) mostram certas alterações no domínio do poder local. A pesquisa de Paula (2001) constata a ocupação de postos no poder público municipal por assentados, representando um fato social absolutamente inovador. A meu ver, o assentamento que é produto de uma luta política aglutina sujeitos sociais contestadores e, especialmente, uma significativa quantidade de eleitores, que por si só podem alterar dinâmicas políticas locais, sobretudo em relação a pequenos municípios.

É evidente que todos esses eventos, manifestações, acontecimentos que compõem o processo de assentamento negam uma situação social e territorial anterior, sinalizando para a constituição de novas formas de reprodução social (pelo menos para o sujeito envolvido) e novas configurações territoriais (do latifúndio ao recorte dos lotes do assentamento), impactando realidades locais e/ou regionais.

Compactuando com as reflexões de Mitidiero Junior (2011), entendemos que, através da criação e da materialização dos PA's, o campesinato passa a expressar contraditoriamente uma *resistência subordinada* na reorganização do espaço. Deste modo, essa resistência subordinada que impulsiona a reorganização do espaço e do território não se restringe às formações dos assentamentos. Com base na experiência que tivemos nas chamadas “áreas revolucionárias” organizadas pela LCP, entendemos que esta resistência subordinada pode ser iniciada ainda mesmo na construção dos acampamentos. É a partir daí que começa a disputa pelo território.

Os acampamentos da LCP nos evidenciaram uma consolidação político-econômica semelhante a projetos de assentamentos. Essa constatação se dá com a observação dos impactos territoriais, pois não se trata mais de acampamentos com um conjunto de barracos, nos quais as famílias sobrevivem com a doação de cestas básicas do INCRA. Trata-se de acampamentos, nos quais as famílias sobrevivem do que produzem, consumindo ou comercializando. Famílias que, diante das contradições, conseguiram construir uma

sociabilidade, erguendo as suas casas de taipa e a agrovila, construindo a escola que alfabetiza e politiza, as plantações, a criação de animais, enfim, condições que permitem fortalecer a resistência e espacializar a luta, mas não territorializar o camponês. Nem mesmo se fossem assentamentos. De fato, não há a construção de um projeto revolucionário dentro dos acampamentos da LCP e o termo “área revolucionária” permanece no plano simbólico, assim como os títulos da terra entregues às famílias. Os acampamentos da LCP não são emancipados nem conseguiriam sobreviver de forma totalmente autônoma diante das imposições do Capitalismo. De acordo com as nossas análises nos planos teórico e empírico, não há um projeto e práticas emancipatórias que possam se caracterizar como revolucionários. As famílias dependem das regras de mercado para escoar a produção, sendo parte delas reféns de atravessadores. As famílias também dependem das políticas públicas, principalmente municipais, tornando-se também reféns de práticas clientelísticas, vide as promessas do vice-prefeito de Messias/AL com relação ao empréstimo de máquinas para trabalhar a terra. Se por um lado a LCP propõe a construção de áreas revolucionárias que sejam independentes das políticas de Estado e da legalidade constitucional, por outro lado as famílias almejam a desapropriação do INCRA para não correrem o risco de serem despejadas por uma reintegração de posse.

Na prática, os movimentos sociais camponeses, que disputam e conquistam a posse de frações de terra, não conseguem obter um poder decisório perante as políticas (de reforma agrária) empreendidas pelo Estado, porém, conseguem exercer certa influência no domínio territorial nas regiões onde atuam. Não há de fato um domínio territorial pelo campesinato mesmo através da materialização dos assentamentos. Mas sim, uma constante disputa territorial que provoca reconfigurações territoriais e que se dá no movimento contraditório da luta de classes. Nesse sentido, Mitidiero Junior (2011, p. 17-18) acrescenta:

É importante aprofundar a ideia de domínio territorial, uma vez que as forças políticas opostas tratam o assentamento rural como uma área de pequenas propriedades privadas, o que de fato não é. As terras da maior parte dos assentamentos rurais de reforma agrária são terras públicas, sobre as quais é concedido direito real de uso à família assentada, dentro de um programa de aquisição de terra adquirido/conquistado por essa família. Ou seja, o assentado rural é antes de tudo uma família que contraiu uma dívida frente a um crédito estatal, uma vez que terá no máximo 23 anos para pagar o lote de terra. Isso significa que, antes do pagamento de no mínimo 10 anos regulares, não é possível obter título legal de propriedade, mas sim

concessão de uso, portanto, nessas condições, a venda de lotes no mercado imobiliário é impossível do ponto de vista legal.

O domínio territorial, levando em consideração as leis que regem a propriedade privada da terra no Brasil, é inexistente se se considera apenas essa dimensão do domínio da terra pelos assentados. No entanto, a luta pela terra que garantiu às famílias o direito de concessão de uso e a possibilidade de se tornarem pequenos produtores e futuramente proprietários permite a precedência desses sujeitos sobre a área em questão, portanto um domínio relativo sobre a terra.

Já mostramos que Fernandes (2008) entende que tanto as propriedades capitalistas quanto as propriedades camponesas são territórios. Por outro lado, vimos em Mitidiero Junior (2011) que os assentados sequer possuem o direito da propriedade. O que existe é uma concessão de uso permitida pelo Estado, ou seja, o direito de posse, e quiçá, no futuro, as famílias possam se tornar proprietárias, caso quitem a dívida. E mesmo sendo proprietárias, ainda estarão subordinadas às “regras do jogo” do capital através da sujeição da renda da terra.

Para Alentejano (2007), é uma ilusão pensar que existe uma autonomia dos movimentos sociais camponeses no controle do território. Para ele, com a conquista da terra passam a operar outros mecanismos de subordinação, visto que “as relações de trabalho e o regime de posse da terra são apenas parte das relações sociais de produção e não sua totalidade” (p. 106).

Para nós, na conjuntura atual, o trunfo do movimento camponês é a luta e não a conquista em si, justamente por não haver domínio territorial do campesinato. A luta como trunfo se dá no sentido da constante espacialização da combatividade e da capacidade organizativa política do campesinato enquanto classe. A permanência da luta e da resistência possibilita o “triumfar” da conquista e da permanência do/no uso da terra. Este é o sentido da terra para o camponês, o seu valor de uso, que lhe permite desenvolver a sua reprodução e garantir a sua sobrevivência. Todavia, sem a luta o movimento camponês tende a se perder nas articulações ideológicas do capitalismo e ser absorvido pelo processo perverso e excludente das leis mercadológicas, fazendo perder de vista até mesmo a possibilidade de outro modelo de sociedade.

O que temos percebido, vide as análises sobre as contradições em que mergulha o MST e a observação do **gráfico 1** (ver p. 51) do número de assentamentos no primeiro capítulo, é o enfraquecimento da luta massiva do campesinato. Os próprios dados revelam

uma queda brusca no número de criação de assentamentos e ausência do Estado perante a questão agrária.

A permanência de famílias camponesas por anos em acampamentos, como é o caso das ocupações da LCP do Nordeste que já duram cerca de uma década, revela a ineficácia da política de reforma agrária no país. Não existe reforma agrária. O que encontramos é o que tantos outros pesquisadores já se depararam: a luta pela terra. Uma luta pela sobrevivência, pela posse da propriedade da terra e por melhores condições econômicas dentro do próprio modelo de produção capitalista. Nos acampamentos da LCP, vimos de perto o processo de disputa territorial, erguido pelas próprias mãos dos camponeses que produzem com seus próprios recursos ou ajudas de outrem. A luta se espacializa, mas não se emancipa, pois as regras do mercado comandam o jogo no bojo das relações sociais.

Nos acampamentos Renato Nathan e José Ricardo, os camponeses sobrevivem do que produzem, mas mesmo assim possuem as suas dificuldades. Não há apoio público para o modelo de produção agrícola familiar em acampamentos, com a justificativa de que não são assentamentos. Para outros acampamentos restam apenas as cestas básicas por vezes entregues pelo INCRA, já que o título de posse da terra não chega. Os camponeses acampados da LCP do Nordeste têm sua renda sujeita ao capital, assim como ocorre em assentamentos.

Os camponeses, quando acampados ou assentados, constroem um espaço de resistência e dão vida a um território que se torna monopolizado pelo capital. Quando são acampados, a propriedade ainda pertence juridicamente ao capitalista, e os camponeses podem ser expulsos pela força repressiva a qualquer momento. É instável. Quando são assentados, se tornam reféns das políticas capitalistas do próprio Estado. O sistema de crédito e a falta de assistência técnica têm massacrado as famílias de diversos assentamentos, não só no Nordeste, mas em todo o país. Os camponeses permanecem em disputa pelo território, produzem impactos e/ou transformações territoriais, mas de fato não se territorializam. Não se pode dizer que é um território efetivamente camponês, como o sentido heroico da quebra da cerca do latifúndio pode deixar transparecer. Mesmo estando assentados, se a luta passa a se resumir em conquistas por melhorias de condições socioeconômicas no território, perde-se o movimento das articulações sem a noção da totalidade das relações. Passa-se a crer na ilusão do desenvolvimento territorial imposta pela reforma agrária mercadológica e esquece-se a utopia que possibilita a transformação desta sociedade desigual.

A luta é trunfo que mantém presente a necessidade da constante autoavaliação para o desempenho de novas possibilidades. Destarte, acreditamos que o campesinato só se territorializará com a construção de uma sociabilidade emancipatória. Para nós, obviamente se torna fácil analisar, discutir e expressar nossas concepções, mas a realidade da conjuntura atual impõe outras condições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em menor proporção, a luta pela terra e os conflitos no campo continuam a se espacializar pelo país na conjuntura atual. Diante das contradições, o movimento camponês se revela como um sujeito fragmentado em suas ações e concepções, mas uníssono em sua demanda: a posse da terra da terra de trabalho. Neste viés, o interesse em pesquisar a LCP nasceu ainda na graduação, pois despertamos a curiosidade em entender o processo de fragmentação e dissidências no movimento camponês. Sobre o que levava à ocorrência de tal processo e suas consequências para a luta pela terra como um todo?

Tomamos a LCP como referência não com o intuito de em nosso estudo hastear a bandeira de movimento A ou B, mas com o objetivo de analisar como a luta pela terra vem se desenrolando na conjuntura atual. O nosso olhar geográfico sempre esteve direcionado ao campesinato em luta na sua própria essência, independente de teses, bandeiras, programas e ações. Esse foi o compromisso científico que assumimos desde que iniciamos nossos primeiros trabalhos com a pesquisa científica.

O sentido dos resultados deste estudo é o retorno que ele pode dar à própria ciência e à classe trabalhadora camponesa. Essa classe e os demais trabalhadores explorados desse país sustentam nos ombros uma sociedade, na qual uma classe dominante os reprime e os criminaliza através da mídia burguesa. Todos os camponeses da LCP que atuam como lideranças e que foram entrevistados relataram que, antes de ingressarem na luta, enxergavam o movimento camponês como um bando de desocupados criminosos. Essa é a imagem reproduzida ideologicamente para desacreditar aqueles que poderiam estar lutando.

A análise histórica nos mostra que a luta pela terra trouxe conquistas significativas e que o derramamento de sangue camponês não foi e nem é em vão. Entretanto, não houve uma reforma agrária executada pelo Estado no Brasil. O poder dos latifundiários impede que esta política aconteça para manter intactas as amarras da concentração de terra e de riqueza. Os dados apresentados neste trabalho, que revelam a constante (embora em pequeno número) criação de assentamentos, são frutos de uma luta permanente.

Os dados do DATALUTA (2013) revelam que houve nos últimos anos (2004-2012) uma redução constante das ocupações de terra no país. Por outro lado, as manifestações no campo têm voltado a crescer desde 2010. As manifestações se diversificam entre marchas, caminhadas, romarias, bloqueios de estradas, ocupações de prédios públicos e privados,

ocupações de agências bancárias, jejuns, greves de fome etc. Toda a mudança neste quadro conjuntural é resultante das próprias transformações ocorridas nas táticas e estratégia do MST. A atual proposta central do movimento tem como objetivo massificar a mobilização popular. De acordo com a proposta de Reforma Agrária Popular, o MST acredita que o povo deve ser o sujeito responsável pelas mudanças no campo. Para tanto, o debate sobre a luta que envolve a questão da terra e a produção agrária deve ser disseminado pelo campo e pelas cidades, para que a sociedade e o Estado Democrático Popular exerçam seus papéis através da pressão popular.

Não sabemos dizer se a estratégia do MST é o caminho a ser seguido. As ocupações de terra sempre foram uma importante arma contra o latifúndio. Na história, elas garantiram as conquistas de terra, a resistência na luta e o avanço da espacialização do movimento camponês pelo país. Nesse sentido, acreditamos que a unidade na luta entre as mobilizações e os movimentos no campo e na cidade, como propõe o MST, é um avanço. A LCP no Nordeste e demais regiões busca articular a luta no campo e na cidade através da união entre as demandas dos camponeses sem terra, dos trabalhadores sem moradia, do movimento de mulheres, do movimento estudantil, do sindicato de operários e de quem mais se somar à luta. Entretanto, há no material jornalístico e de formação da LCP um discurso muito forte e, muitas vezes, generalista contra outros setores da esquerda, sejam movimentos, partidos ou entidades. Não são apenas críticas pontuais que objetivam uma auto-avaliação com a possibilidade de articulação, mas críticas gerais que revelam o desinteresse deste agrupamento no trabalho conjunto.

Da mesma forma, outros movimentos terão críticas e contraposições à LCP e nunca entrarão num consenso. Todos os movimentos populares possuem suas contradições e suas divergências internas e externas. Torna-se importante superá-las, a fim de se adquirir maturidade entre a teoria e a práxis. Faltam entre os movimentos sociais camponeses uma unificada consciência de classe e uma combatividade que superem estas contradições. Isso não ocorre apenas entre os movimentos sociais camponeses. Os partidos de esquerda no Brasil são um exemplo claro disso. Não conseguem engatar um projeto uníssono que atenda a demanda de uma possível transformação social. Deste modo, perante a este quadro conjuntural atual, em que se encontram também os movimentos sociais camponeses, nossas reflexões nos levam a questionamentos que já foram feitos em maior amplitude por outros pesquisadores. De acordo com Montaño e Duriguetto:

Borón elucida que os desafios das lutas sociais no capitalismo contemporâneo estão assentados em três fenômenos que se inter-relacionam: a) fragilidade organizativa; b) imaturidade da consciência política; e c) predomínio do espontaneísmo como modo de intervenção política. Com base nessas afirmações, o autor nos propõe algumas indagações que constituem problemáticas já clássicas da tradição marxista: como fazer com que os movimentos desenvolvam um tipo de consciência que lhes permita transcender os limites que lhes impõem o imediatismo e o espontaneísmo? Como construir uma ação coletiva e organizada dos trabalhadores que supere as lutas atomizadas e fragmentadas? Que processos desenvolver para a formação de uma consciência de classe em si à classe para si? Como assegurar que as reivindicações desenvolvidas pelos partidos, sindicatos, pela diversidade de movimentos sociais sintetizem-se em um projeto emancipatório? Como articular as suas lutas na direção da construção desse projeto? (MONTAÑO; DURIGUETTO. 2011, p. 349)

Nós concordamos que não há como fugir dessas indagações quando estudamos os movimentos sociais. Em nosso estudo, pudemos constatar a evidência das transformações territoriais provocadas pela luta pela terra nos acampamentos da LCP do Nordeste. Reforçamos as constatações da importância que há a conquista da terra para o camponês e para a sociedade como um todo, mesmo com a sua produção e suas relações subordinadas ao capital. Ao mesmo tempo, observamos as contradições que levam os movimentos sociais camponeses a fragmentarem uma luta que é ou deveria ser uma só. Segundo Montaño e Duriguetto (2011, p. 349-350), as formas clássicas de organização dos trabalhadores, voltadas para a formação de uma consciência de classe, de tomada do poder político e da socialização da riqueza, sempre fizeram parte do histórico projeto socialista. Nesse sentido, os autores sinalizam que hoje o desafio encontrado para este projeto socialista é sobre como estabelecer vínculos e conexões entre as diversas reivindicações populares e lutas sociais a projetos contra-hegemonia, inserindo-os em um quadro mais abrangente e classista. Para eles, torna-se necessário dotar as lutas sociais de uma perspectiva teórica e ético-política com a visão de totalidade social.

A perda dessa perspectiva de unidade, de uma práxis política coletiva e articulada, visando à construção de um novo projeto societário com e no pluralismo sócio-organizativo e político-cultural das classes subalternas, ajuda a contribuir para que as mesmas se dispersem ou se esgotem no particularismo, com o que acaba reforçando a hegemonia do projeto neoliberal-corporativo. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 350)

A dominância histórica das classes dominantes capitalistas materializou no Nordeste os acordos dos grandes agroempresários (por exemplo, os usineiros) e as permanentes políticas clientelísticas e de cooptação dos coronéis que se perpetuam com os atuais políticos. Estas práticas criaram um ciclo de reprodução da miséria, ignorância, violência e descaso para grande parte da população, não só camponesa. O que se constata na contemporaneidade é a verdadeira “besta” da Barbárie, cria do capitalismo, crescendo e devorando os opositores e os marginalizados ao modelo.

Aliado a este contexto, o pensamento surgido a partir da ideia de pós-modernidade invade todos os espaços da sociedade, sejam eles teóricos, políticos e culturais, com o discurso da negação da história, a tentativa de destruir a visão de totalidade e pôr em crise o materialismo histórico-dialético, respaldando a fragmentação das possibilidades da luta classista. O pensamento pós-moderno tem rachado as lutas populares em lutas fragmentadas, como as de gênero, raciais, religiosas, dentre outras, contribuindo assim, para o projeto neoliberal.

Estas condições acirram os desafios de se construir um projeto que reúna todas as demandas da classe trabalhadora (do campo e da cidade) que poderia construir uma sociedade revolucionária. Nos momentos em que estivemos nos acampamentos, os camponeses nos mostraram, de maneira concreta, a existência da coragem combativa que os movimentos podem construir. Junto à combatividade, a formação que permita a maturidade teórico-política pode estabelecer um elo entre os trabalhadores no campo e na cidade. E independentemente de bandeiras, acreditamos que a construção de um projeto emancipatório único é a possibilidade mais viável para a alteração da ordem vigente e o avanço na construção de uma sociedade justa e igualitária, na qual todo camponês terá terra e vida com dignidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENTEJANO, Paulo Roberto. Os Movimentos Sociais e a Teoria Geográfica. In: MARFON, G. S.; RUA, J., RIBEIRO, M. (Orgs.). *Abordagens teórico-metodológicas em Geografia Agrária*. Rio de Janeiro: UERJ, 2007.

_____. *Questão Agrária no Brasil Atual: Uma abordagem a partir da Geografia*. In: Terra Livre. São Paulo, Ano 27, Vol. 1, n.36, 2011, p. 69-95.

AMIN, Samir. O capitalismo e a renda fundiária: a dominação do capitalismo sobre a agricultura. In: AMIN, Samir; VERGOPOULOS, Kostas. *A questão agrária e o capitalismo*. Trad. de Beatriz Resende. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 9- 40.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Usinas e destilarias em Alagoas*. 2. Ed. Maceió: EDUFAL, 2010.

ANDRADE, Manuel Correia de, 1922 -. *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 8ª ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

BARNABÉ, Israel Roberto. Elite, Classe Social e Poder Local. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/viewFile/384/278>>. Acesso em: 10/11/2013.

BOMBARDI, Larissa Mies. Contribuição à Historiografia da Geografia Agrária na Universidade de São Paulo. In: *Revista Agrária*, nº 8, São Paulo: 2008, p. 99-121. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/revistaagraria/revistas/8/Texto6_bombardi.pdf>. Acesso em: 12/05/2012.

CAMELY, Nazira Correia. A geopolítica do ambientalismo ongueiro na Amazônia: um estudo sobre o Estado do Acre. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, 2009.

CARVALHO, Horácio Martins de. Uma ressignificação para a reforma agrária no Brasil.

TEXTO I – TESES. In: *A Questão Agrária no Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000* (Vol. 8). João Pedro Stédile (org). 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 127-140.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. *O banguê nas alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional*. 3. Ed. Maceió: EDUFAL, 2006.

_____. *O engenho de açúcar no Nordeste: documentário da vida rural*. Maceió: EDUFAL, 2006.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 2. Ed. Rev. São Paulo: Escala, [s.d].

FELICIANO, Carlos Alberto. *Movimento Camponês Rebelde: A Reforma Agrária no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Contribuição ao Estudo do Camponato Brasileiro: Formação e Territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. (Tese de Doutorado). São Paulo: USP, 1999.

_____. Movimento Social como Categoria Geográfica. *Revista Terra Livre*. São Paulo: AGB, nº 15, 2000.

_____. *Questão Agrária, Pesquisa e MST*. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. In: *OSAL: Observatorio Social de América Latina*. Ano 6. Buenos Aires: CLACSO, 2005. ISSN 1515-3282. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16MFernandes.pdf>

_____. Entrando nos Territórios do Território. In: *Camponato e Territórios*. Org. Eliane Tomiasi Paulino, João Edmilson Fabrini (orgs). 1º edição. São Paulo: Expressão Popular: UNESP: Programa de Pós Graduação em Geografia, 2008, p. 273-301.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MARTIN, Jean-Yves. Movimento socioterritorial e globalização: algumas reflexões a partir do caso do MST. *Revista Lutas Sociais*: Programas de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais (PUC-SP). São Paulo, vol. 11/12, 2004, p. 161-172.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais*. Paradigmas Clássicos e Contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

GRUPPI, Luciano. *Tudo Começou com Maquiavel: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci*. Porto Alegre: L&PM, 2001.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. *Condição Pós-moderna*. 22ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

KAYSER, Bernard. O geógrafo e a pesquisa de campo. Seleção de textos – AGB. *Teoria e Método*, n.11, 1985.

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LEITE, Sérgio [et al.] *Impactos dos Assentamentos: Um Estudo sobre o Meio Rural Brasileiro*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

LIGA DOS CAMPONESES POBRES. *Nosso Caminho*. Goiânia: Coordenação das Ligas de Camponeses Pobres, 2006.

_____. *Teses do 5º Congresso da LCP de Rondônia*. Porto Velho: mimeo, 2008.

LIMA, Edvaldo Carlos de. Os Movimentos de Luta pela Terra e Pela Reforma Agrária no Pontal do Paranapanema (SP): Dissidências e Dinâmica Territorial. (Dissertação de Mestrado). Presidente Prudente: UNESP, 2006.

LIMA, Edvaldo Carlos de. Dissidência e Fragmentação da Luta pela Terra na “Zona da Cana”

nordestina: o estado da questão em Alagoas, Paraíba e Pernambuco. (Tese de Doutorado). Recife: UFPE, 2011.

LOPES, Liedja Batista. Trabalhadores Rurais Sem Terra e a Violência Sistêmica em Alagoas: um estado de impunidade. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Alagoas, 2010.

MAO TSÉ TUNG. *A Nova democracia na China*. Disponível: <<https://www.marxists.org/portugues/mao/1940/01/15.htm>>. Acesso em: 15/01/2014.

MANDEL, Ernesto. *Introdução à Teoria Econômica Marxista*. São Paulo: ILAESE/Editora Instituto José Luíz e Rosa Sundermann, 2006.

MARTÍN MARTÍN, Víctor O. *El papel del campesinato en la transformación del mundo actual*. Valencia: Baladre, 2007.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. *O cativo da terra*. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MARTINS, Márcio Marinho. Corumbiara: Massacre ou Combate? A luta pela terra na fazenda Santa Elina e seus desdobramentos. Dissertação de Mestrado. Fundação Universidade Federal de Rondônia, 2009.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MARX, K; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã: Feuerbach – A Contraposição entre as Cosmologias Materialista e Idealista*. São Paulo: Martin Claret, 2007.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*: livro III, volume VI / Karl Marx; tradução de Reginaldo Sant'Anna. – 30ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. *O capital: crítica da economia política*: livro I, volume I / Karl Marx; tradução de

Reginaldo Sant'Anna. – 30ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MENDONÇA, Sonia Regina. *A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária no Brasil - natureza e comportamento 1964-1990*. STÉDILE, João Pedro (org.). São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MESQUITA, Helena Angélica de. *Corumbiara: o massacre dos camponeses*. Rondônia, 1995. Tese de Doutorado. FFLCH/USP, 2001.

_____. *A Luta pela Terra no País do Latifúndio: o massacre de Corumbiara/Rondônia*. Ed. FUNAPE/DEPECAC/UFG, 2011.

MÉSZÁROS, István. *O Poder da Ideologia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. *O Movimento de Libertação dos Sem Terra e as Contradições da Luta Pela Terra no Brasil*. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: USP, 2002.

_____. *A Ação Territorial de uma Igreja Radical: Teologia da Libertação, Luta Pela Terra e Atuação da Comissão Pastoral da Terra no Estado da Paraíba*. (Tese de Doutorado). São Paulo: USP, 2008.

_____. *Reforma Agrária no Brasil: algumas considerações sobre a materialização dos assentamentos rurais*. *Revista Agrária*, São Paulo, No. 14, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/55794/59203>>. Acesso em: 30/05/2013.

MONTAÑO, Carlos, DURIGUETTO, Maria Lúcia. *Estado, Classe e Movimento Social*. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOREIRA, Ruy. *Espaço agrário e classes sociais rurais na sociedade brasileira*. Petrópolis: Revista de Cultura Vozes. Ano 74. Vol. LXXIV março, 1980.

MST. *Proposta de Reforma Agrária Popular do MST*. In: *A Questão Agrária no Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000 (Vol. 8)*. João Pedro Stédile (org). 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 149-165.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao estudo do método de Marx*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011, 64p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A Geografia das Lutas no Campo*. 6ª Ed. São Paulo: Contexto, 1994.

_____. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: *Novos caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, 2002, p. 63-110.

_____. A “não reforma agrária” do MDA/INCRA no governo Lula. *Reforma Agrária*, vol. 33, n. 2 – ago/dez 2006, p. 181.

_____. *Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária*. São Paulo: Labur Edições, 2007.

_____. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: *A Questão Agrária no Brasil: o debate na década de 2000 (Vol. 7)*. João Pedro Stédile (org.). 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p.103-172.

PEDON, Nelson Rodrigo. *Movimentos Socioterritoriais: Uma Contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica*. (Tese de Doutorado). Presidente Prudente: UNESP, 2009.

RAFFESTIN, Claude. *Por Uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. *Questão Agrária Atual: Sergipe como Referência para um Estudo Confrontativo das Políticas de Reforma Agrária e de Reforma Agrária de Mercado (2003-2006)*. (Tese de Doutorado). Presidente Prudente: UNESP, 2008.

SÁ, Carolina Figueiredo de; MELO, Maria José de. Corte Popular – Impactos da Luta Pela Terra em Lagoa dos Gatos/PE. João Pessoa/PB: VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária - VII Simpósio Nacional de Geografia Agrária. I Jornada de Geografia Das Águas (ISBN 978-85-237-0718-7).

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. 23^a. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, David Pimentel Oliveira; MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. *Os Impactos Territoriais da Luta Pela Reforma Agrária: Estudo do Projeto de Assentamento 22 de Novembro, Município de Lagarto (SE)*. Porto Alegre: UFRS. XVI ENG (Encontro Nacional de Geógrafos). 2010. Disponível em: <<http://www.agb.org.br/xvieng/anais/edp.php?orderBy=inscricoes.nome>>.

SHANIN, Teodor. Lições camponesas. In: PAULI- NO, E. T.; FABRINI, J. E. *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 23-48.

STÉDILE, João Pedro. Tendências do Capital na Agricultura. In: *A Questão Agrária no Brasil: o debate na década de 2000 (Vol. 7)*. João Pedro Stédile (org.). 1^a ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 19-38.

VELTMEYER, Henry & PETRAS, James. Camponeses numa era de Globalização Neoliberal: América Latina em Movimento. In: *Campesinato e Territórios em Disputa*. org. Eliane Tomiasi Paulino, João Edmilson Fabrini (orgs). 1^a edição São Paulo: Expressão Popular: UNESP: Programa de Pós Graduação em geografia, 2008, p. 79-117.

Fontes secundárias:

Conflitos no campo – Brasil. 2001. [Coordenação: Antonio Canuto e Cássia Regina da Silva Luz] – [Goiânia]: CPT Nacional – Brasil, 2002, 150p.

Conflitos no campo – Brasil. 2002. [Coordenação: Antonio Canuto e Cássia Regina da Silva Luz] – [Goiânia]: CPT Nacional – Brasil, 2002.

Conflitos no Campo - Brasil 2011. (Organização: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Isolete Wichinieski) – Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2012. 182p.

Conflitos no Campo – Brasil 2012. [Coordenação: Antonio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Flávio Lazzarin [Goiânia]: CPT Nacional – Brasil, 2013. 188p.

DATALUTA (Banco de dados da luta pela terra) 2013. Relatório Brasil 2012. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/rededataluta/relatorios/brasil/dataluta_brasil_2012.pdf>. Acesso em: 13/02/2014.

INCRA. *Dados do Sipra Web*. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/portal/>>. Acesso em: 15/05/2013.

GIRARDI, Eduardo P. Atlas da Questão Agrária Brasileira. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/>>. Acesso em: 15/05/2013.

IBGE. *Dados do Censo Agropecuário de 2006*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/defaulttabbrasil.shtm>. Acesso em: 12/01/2013.

Jornal Resistência Camponesa. Disponível em: <<http://www.resistenciacamponesa.com/>>.

Jornal A Nova Democracia. Disponível em: <<http://www.anovademocracia.com.br/>>.

Jornal Gazeta de Alagoas. Disponível em: <<http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/>>.

ANEXOS

MAPA DE LOCALIZAÇÃO

ESTADO DE PERNAMBUCO: MUNICÍPIOS



Município de Lagoa dos Gatos/PE

Fernando de Noronha

ESTADO DE ALAGOAS: MUNICÍPIOS



Município de Messias/AL

Fonte: Base Cartográfica do IBGE